

O SPI NA AMAZÔNIA

*Política indigenista
e conflitos regionais
1910 – 1932*

Carlos Augusto da Rocha Freire



O SPI NA AMAZÔNIA

O SPI NA AMAZÔNIA

*Política indigenista
e conflitos regionais
1910 – 1932*

Carlos Augusto da Rocha Freire

MUSEU DO ÍNDIO – FUNAI

Segunda Edição

2009

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Ministro **Tarso Genro**

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
Presidente **Márcio Augusto Freitas de Meira**

MUSEU DO ÍNDIO
Diretor **José Carlos Levinho**

© Direitos Autorais Carlos Augusto da Rocha Freire

EDITOR DA SÉRIE & COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO
Carlos Augusto da Rocha Freire

DESIGN GRÁFICO
DESIGN GENUÍNO
Bernardo Lac e Maria de Oliveira

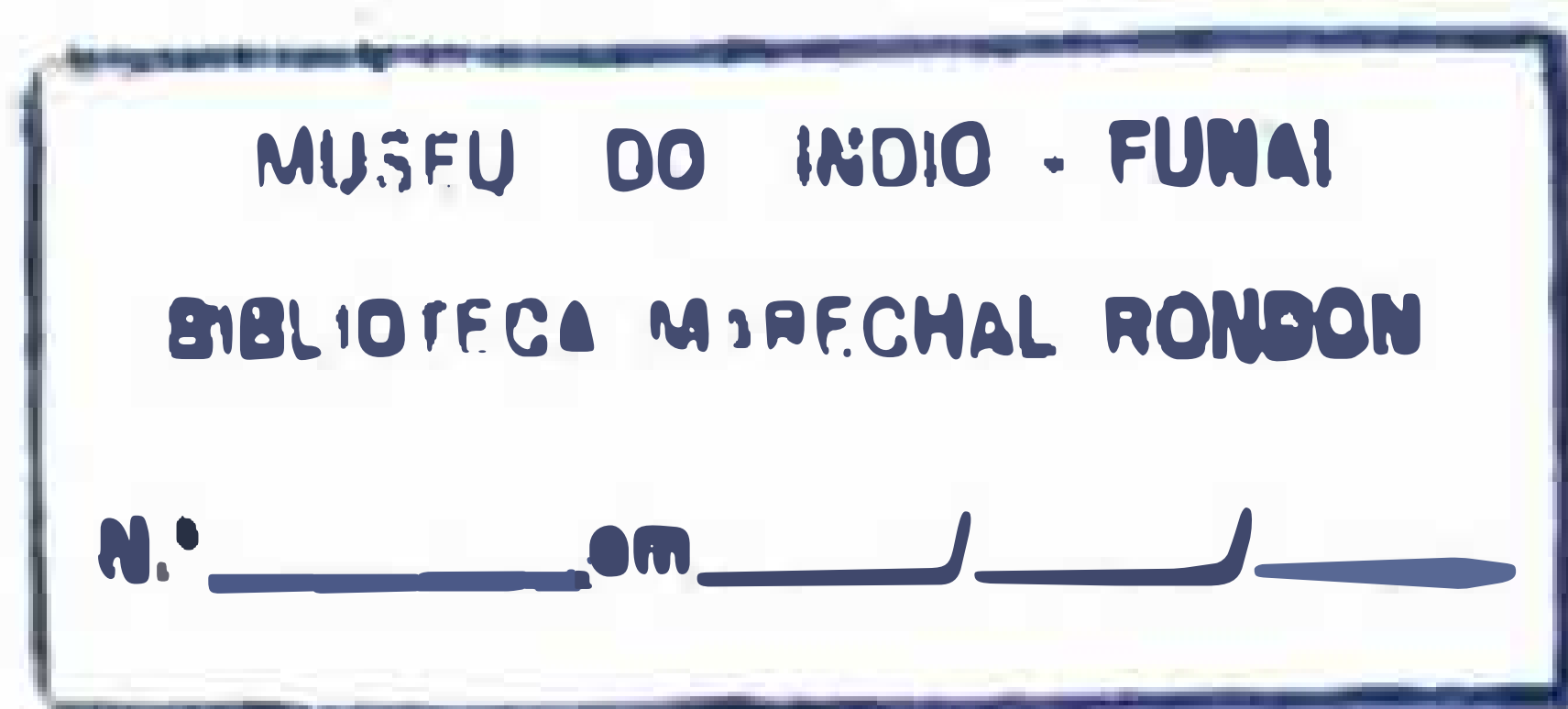
REVISÃO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Cristina de Jesus Botelho Brandão
Marta Gontijo Chalu Barbosa

FOTOGRAFIAS
SERVIÇO DE REGISTRO AUDIOVISUAL
Acervo Fotográfico do Serviço de Proteção aos Índios

FOTO DE CAPA
Índia Jamamadi em traje de festa no posto indígena do Tuiní
(SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 92, foto Anastácio Queiroz,
acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.

F866p

325.45(811.3) F866p



FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais (1910-1932). / Carlos Augusto da Rocha Freire. 2ª ed., Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009. (Série Publicação Avulsa do Museu do Índio 2).

il. 116p.
1. Política indigenista 2. Amazônia 3. Serviço de Proteção aos Índios 4. Lemos, Bento Martins Pereira de
I. Título

ISBN 978-85-85986-15-5

CDU 325.45(811.3)



Museu do Índio Rua das Palmeiras 55, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, Brasil,
CEP 22.270-070, (21) 3214 8722, www.museudoindio.gov.br

*Este livro é dedicado à memória do amigo
João Domingos Lamônica, fotógrafo do SPI
e do Museu do Índio.*

Apresentação 9

Introdução 11

A institucionalização do SPI na Amazônia 13

Bento de Lemos: esboço biográfico e visão indigenista 19

O recenseamento dos índios da Amazônia 22

A gestão indigenista de Bento de Lemos 28

 A escravidão e outras violências contra os indígenas 28

 A luta pela tutela 30

 Sobre a pacificação de “tribos indígenas” 31

As terras dos índios 35

Práticas indigenistas na Amazônia 39

 A rotina administrativa de Bento de Lemos 39

 As normas de ação para os delegados do SPI 42

 A ação indigenista no Amazonas 43

O ataque ao SPI: a Revolução de 1930 e a Comissão de Inquérito na Inspetoria do Amazonas e Acre (IR1) 45

A Comissão de Inquérito na IR1 na visão de Bento de Lemos 51

 A identidade indígena 51

 Bento de Lemos e as terras dos índios. 54

 Sobre a inspetoria e os delegados do SPI. 56

 O trabalho indígena 57

Os índios da Amazônia na documentação fotográfica da IR1 58

Considerações sobre a ação indigenista de Bento de Lemos 60

Bibliografia 66

Mapa 72

Anexo documental 74

Tabelas 76

Anexo fotográfico 95

Apresentação

Os fundos textuais depositados no Serviço de Arquivos do Museu do Índio surpreendem os mais experientes pesquisadores quanto à diversidade dos estudos que possibilitam. Há documentos sobre os mais diversos assuntos – terra, saúde, produção agrícola, demografia, educação, etc. – onde são recuperadas as vozes indígenas, suas demandas, sofrimentos e esperanças.

Esse acervo possibilita também o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os agentes e agências governamentais responsáveis pela política indigenista brasileira. Esta área, pouco privilegiada nos estudos acadêmicos, mas de grande importância para o destino dos povos indígenas, teve no professor Roberto Cardoso de Oliveira, funcionário da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios/Museu do Índio, nos anos 50, um dos seus expoentes na preocupação de construir uma Sociologia do Brasil Indígena.

A documentação preservada no Museu do Índio permite aprofundar o conhecimento das iniciativas dos indigenistas brasileiros ao longo da história do SPI. Baseada neste acervo, a pesquisa do antropólogo desta instituição, Dr. Carlos Augusto da Rocha Freire, traz à luz os profissionais que, num dado contexto, enfrentaram graves conflitos regionais para desenvolverem os projetos estabelecidos pela direção do SPI. Discute-se aqui a institucionalização das políticas públicas para os índios, seu alcance e limitações, através do estudo da trajetória do inspetor Bento Martins Pereira de Lemos, chefe da Inspetoria do Estado do Amazonas e Território do Acre (IR 1) entre 1916 e 1932. Tomado por ideais positivistas, Lemos combateu a escravidão e os inimigos dos índios, instituindo nos postos indígenas iniciativas que previam a rápida “civilização” dos índios.

Este é um estudo que destaca o peso das iniciativas dos indigenistas no destino dos índios e, como tal, possibilita comparações com outras situações contemporâneas. Num contexto em que as lideranças indígenas discutem permanentemente o futuro da ação do Estado frente a seus povos, colocamo-nos à disposição aqui no Museu para que os índios possam conhecer melhor a história da política indigenista brasileira no século XX. Acreditamos que a presente publicação evidencia a produção de um profissional altamente qualificado e o potencial do acervo documental do Museu do Índio na realização de estudos e debates que contribuam para um futuro digno para os índios no Brasil.

José Carlos Levinho

Diretor do Museu do Índio

JORNAL OFFICIAL



SEMANARIO DA PREFEITURA

ANNO 1

TARAUACA, DOMINGO, 26 DE NOVEMBRO DE 1916

NUM. 33

ADMINISTRAÇÃO

DO
SR. DR. JOSÉ THOMAZ DA CUNHA
VASCONCELLOS

PORTARIAS

Em 18 de Novembro:

O Prefeito do Departamento de Tarauacá, usando da faculdade que lhe confere o n. 2 do artigo 7.º do Decreto n. 9831, de 23 de Outubro de 1912, Resolve em atenção a importância do caso urgência da medida determinada pelo Delegado deste 1.º Terreno, designar o Dr. Raphael Guees Corrêa Gondim, para especialmente e sem prejuízo de sua actual situação, ir ao seringal Novo Destino proceder à examinação do cadaver de João Jansen de Souza, praticando para todos os actos indispensáveis e sob o compromisso, já prestado, de seu cargo, depois que remetterá o resultado da diligência à Delegacia deste 1.º Terreno para proseguir e ser utilizado o inquerito policial iniciado.

Cumpra-se e publique-se, para devidos fins.

O Prefeito do Departamento de Tarauacá, usando da faculdade que lhe confere o n. 2 do artigo 7.º do Decreto n. 9831, de 23 de Outubro de 1912, Resolve atender a pedido o Sr. Adolpho de Lyra do cargo de 2.º Oficial da Secretaria.

Cumpra-se e publique-se, para devidos fins.

O Prefeito do Departamento de Tarauacá, usando da faculdade que lhe confere o n. 2 do artigo 7.º do Decreto n. 9831, de 23 de Outubro de 1912, Resolve designar o Sr. Carlos de Alencar, 1.º Oficial da Secretaria, para servir de Contador interino durante o impedimento do effectivo.

Cumpra-se e publique-se, para devidos fins.

PETIÇÕES

Em 17 de Novembro:

De Rozendo Gonçalves Bezerra por seu procurador, José Pereira de Lucena, datada de 14 do corrente, pedindo pagamento da importância de 100\$000, proveniente da subvenção da canoa, do preço de porte nos tres bairros desta Cidade, conforme contas anexas. — A Secretaria para o processo respectivo.

OFFICIOS RECEBIDOS

Em 18 de Novembro:

Do Capitão Eugenio Augusto Terra, datado de 16 de Novembro de 1916, sobre o pagamento de 100\$000, para a arma.

— De João Protá Menezes, datado de 14 do corrente, comunicando que baquelle data foi enviado Delegado honorario do Serviço de Protecção aos Indios para a tribo dos indios domiciliados no rio Murú e seus afluentes, por acto do Sr. Dr. Bento

Martins Pereira de Lemos. — Agradeço-se.

— De Carlos de Alencar, 1.º Oficial da Secretaria, comunicando ter desistido da licença em cujo caso se achava e ter assumido o exercicio do seu cargo. — Sciencie. Archive-se.

OFFICIOS EXPEDIDOS

Em 21 de Novembro:

Exmo. Sr. Dr. S. A. de Araújo Jorge, M. D. Juiz de Direito desta Comarca.

Tenho a honra de convidar a V. Exc. para fazer parte da mesa examinadora que deve submeter a exame os alumnos das escolas desta Cidade, mantidas pela Prefeitura.

Os exames começarão no dia 25 do corrente mez às 9 horas da manhã, respectivamente nas escolas "Alcindo Guanabara", "General Pinheiro Machado", "D. Orsina da Fonseca" e "Carlos Maximiliano", no Corcovado, havendo distribuição de premios no dia 30 às 13 horas no edificio da Prefeitura.

Convicto de que V. Exc. se dignará a prestar seus bons serviços a causa da Instrução Publica, apresento desde já a V. Exc. os meus protestos de elevada estima, reconhecimento e consideração.

Saudações.

— Exmo. Sr. Dr. Sansão Gomes de Souza, M. D. Intendente Municipal.

Tenho a honra de convidar a V. Exc. para fazer parte da mesa examinadora que deve submeter a exame os alumnos das escolas desta Cidade, mantidas pela Prefeitura.

Os exames começarão no dia 25 do corrente mez, às 9 horas da manhã, respectivamente nas escolas "Alcindo Guanabara", "General Pinheiro Machado", "D. Orsina da Fonseca" e "Carlos Maximiliano", no Corcovado, havendo distribuição de premios no dia 30 às 13 horas no edificio da Prefeitura.

Convicto de que V. Exc. se dignará a prestar seus bons serviços a causa da Instrução Publica, apresento desde já a V. Exc. os meus protestos de elevada estima, reconhecimento e consideração.

Saudações.

— Ilmo. Sr. Severiano Rodrigues de Souza, M. D. Gerente do "Jornal Official".

Convido a V. S. para fazer parte da mesa examinadora que deve submeter a exame os alumnos das escolas desta Cidade, mantidas pela Prefeitura.

— Ilmo. Sr. Coronel Feliciano Benjamin de Souza Aguiar, M. D. Intendente da Guerra.

Accuso recebido o vosso officio n. 1173 de 23 de agosto ultimo, ao qual acompanhavam cinco caixões de armamentos destinados á policia desta Prefeitura,

contendo um d'elles guarda-felhos e bandoleiras para armas.

Prevalecendo-me do ensejo apresentado-vos os protestos da minha mais subida consideração. Saúde e fraternidade.

SECRETARIA GERAL

OFFICIOS EXPEDIDOS

Dia 21.

Exma. Sra. D. Dido da Cunha Vasconcellos, d. d. professora da escola "Alcindo Guanabara".

Comunico a v. exc., que ficou marcado o dia 25 às 9 horas da manhã, para se realizar o exame dos alumnos da escola sob sua direcção e designado o dia 30 para a distribuição dos premios no edificio da Prefeitura a 1 hora da tarde.

Apresento a v. exc. os meus protestos de estima e respeito.

Saúdo a v. exc.

— Exma. sra. d. Odilia Hielwa Rodrigues, d. d. professora da escola "General Pinheiro Machado".

Comunico a v. exc., que ficou marcado o dia 27 às 9 horas da manhã, para se realizar o exame dos alumnos da escola sob sua direcção e designado o dia 30 para a distribuição dos premios no edificio da Prefeitura a 1 hora da tarde.

Apresento a v. exc. os meus protestos de estima e respeito.

Saúdo a v. exc.

Exma. Sra. D. Maria Amelia Rodrigues, d. d. Professora da escola "D. Orsina da Fonseca".

Comunico a V. Exc. que ficou marcado o dia 27 às 9 horas da manhã para se realizar o exame dos alumnos da escola sob sua direcção e designado o dia 30 para a distribuição dos premios no edificio da Prefeitura a 1 hora da tarde.

Apresento v. exc. os meus protestos de estima e respeito.

Saúdo a v. exc.

— Ilmo. sr. Antonio Benício Netto, m. d. professor da escola "Carlos Maximiliano".

Comunico-vos, que ficou marcado o dia 26 do corrente mez, às 9 horas da manhã, para se realizar o exame dos alumnos da escola sob vossa direcção e designado o dia 30 para a distribuição dos premios no edificio da Prefeitura a 1 hora da tarde.

Apresento-vos os meus protestos de estima e consideração.

Saúde e fraternidade.

COMMANDO DA COMPANHIA REGIONAL DO TARAUACA

Quartel em Villa Seabra, 15 de Novembro de 1916

ORDEM DO DIA N. 60

Para conhecimento da Companhia e devida execução publico o seguinte:

DATA NACIONAL

Quinze de Novembro é o maior dia da nossa historia, pois foi a 15 de novembro de 1889 que a nossa grande patria entrou no regimem de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, preparando a aurora do dia 24 de Fevereiro de 1890, que nos deu a mais liberrima Consti-

tuição, que figura na Bibliotheca Universal.

O "Direito das Gentes", proclamado na França, a pioneira da liberdade, a 14 de Julho de 1789, foi na nossa Carta Magna, inscripto com maior latidade.

E, por termos a melhor Constituição, a mais grandiosa, a mais opulenta, a mais bella terra do mundo, que, nós soldados e brasileiros, devemos estar preparados para darmos, pela sua honra e integridade a ultima gota do nosso sangue.

(A) Eugenio Augusto Terra
Capitão commandante.

INSPECTORIA

de Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionais no Estado do Amazonas e Territorio do Acre

Para a boa execução deste Serviço, por parte dos delegados desta Inspectoria, baixo as presentes Instruções, que deverão ser estritamente observadas pelos ditos funcionarios em as suas circumscripções.

CUMPRE AOS DELEGADOS

Art. 1.º Velar pelos direitos que as leis vigentes concedem aos indios e por outros que lhes sejam outorgados.

Art. 2.º Garantir a todo o transe a effectividade da posse dos territorios occupados por elles e conjuntamente do que nelles se contiver.

Art. 3.º Pôr em pratica os meios mais efficazes para obstar que os civilizados invadam terras dos indios.

Art. 4.º Velar para que não sejam coagidos a prestar serviços a particulares.

Art. 5.º Permitir, se for da livre vontade dos indios, que estes se contractem com particulares para prestação de serviços, cujo prazo não poderá exceder de seis mezes, podendo, entretanto, ser o mesmo renovado, se assim desejarem os indios.

Art. 6.º Nos contractos a que se refere o artigo precedente deverão ficar claramente estatuidas as seguintes obrigações:

a) ter o contractante de fornecer aos indios vestuários e regular alimentação, além dos salarios que forem estabelecidos;

b) tratar dos indios em suas doenças, fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos e outros recursos de que carecerem;

c) não cobrar dos indios as dividas por estes contrahidas senão por meios amigaveis, importando o uso de qualquer acto de coação ás suas pessoas na perda total da obrigação, por isso que não são elles responsaveis pelas dividas que contrahirem;

d) não obrigar os indios a prestação de serviços quando elles se manifestarem contrarios ao trabalho que lhes for destinado;

e) pagar aos indios os seus salarios, sempre na presença do delegado, que exercerá no caso a maxima fiscalização, pagamento que poderá ser realizado em moeda ou convertida esta em mercadorias uteis, segundo a vontade do indio;

f) não vender, dar ou propor-

cionar de qualquer modo, bebidas alcoholicas aos indios, sob pena de ficar privado para sempre da prestação de serviços por parte daquelles;

g) o contractante não poderá de modo algum maltratar os indios e obrigar que estes effectuem serviços coagidos ou superiores ás suas forças.

Art. 7.º Velar para que os indios não vivam espalhados por casas de particulares, salvo se estiverem contractados na forma do artigo 5.º.

Art. 8.º Não consentir que indios trabalhem senão em casas de pessoas de reconhecida moralidade e probidade.

Art. 9.º Não consentir que nenhum civilizado posua em sua companhia, sob qualquer pretexto, indios menores, orphaos ou não, sem previo consentimento da Inspectoria ou de quem representá-la.

Art. 10.º O Inspector é o unico tutor legal dos indios orphaos não podendo ser deferida a sua tutela a terceiros.

Art. 11.º Fiscalisar o modo como são tratados os indios pelos civilizados e não permitir de forma alguma que estes retirem das malocas mulheres ou crianças, sob qualquer pretexto.

Art. 12.º Não permitir nehum desrespeito aos indios e sobretudo ás suas mulheres.

Art. 13.º Entender-se sempre por escripto com as pessoas que tiverem transações com os indios e nunca attender a recados.

Art. 14.º Promover os meios para a punição dos crimes que se commetterem contra as pessoas dos indios e suas propriedades, dando immediatamete sciencia de taes occorrencias á Inspectoria.

Art. 15.º Procurar manter relações com as tribus indigenas, velando, não só pela segurança dellas, como tambem por sua tranquillidade.

Art. 16.º Nunca usar de meios de coação e sim procurar obter pacientemente pelo conselho o que de conveniencia fôr para o bem estar e a civilisação dos indios.

Art. 17.º Envidar todos os esforços para que sejam localizados em terras devolutas e proprias para a agricultura, os selvícolas que vivem em estado nomade e outros.

Art. 18.º Estudar o modo de vida dos indios, suas lendas e tradições e organizar, tendo o maximo cuidado na graphia da pronuncia, um glosario das palavras correntes e a estatística dos indios.

Art. 19.º Remetter semestralmente á Inspectoria um relatório minucioso de todas as occorrencias que se verificarem em as suas circumscripções, informando a cerca do desenvolvimento que vae tendo cada tribo e da adaptação de cada uma á civilisação occidental, no que concerne aos nossos habitos e costumes.

Art. 20.º Proteger em summa e a todo o transe o indigena não permitindo que os desrespeitem ou lhes façam represalias, ainda quando por elles atacados.

Maãos, 20 de Julho de 1916.

O Inspector.

Bento Martins Pereira de Lemos.

A Inspetoria do Amazonas e Acre publicou em 26 de novembro de 1916 as normas para os delegados do SPI no Jornal Oficial, semanário da prefeitura municipal de Tarauacá(AC). (Original cedido por Marcelo Iglésias)

Introdução

Diversos jornais do Sul do país noticiaram a detenção do Gal. Rondon ao eclodir a Revolução de 30. Alguns publicaram até uma foto rara, apresentando Rondon à porta do trem em que estava detido¹. O encontro de Rondon com a tropa comandada pelo Gal. Miguel Costa, inimigo que enfrentara em 1924 no combate à Coluna Prestes, foi descrito pelos jornais como “galante” ou “afável”². Transferido para Porto Alegre e retido no “Grande Hotel”, Rondon teria deixado os gaúchos satisfeitos ao aconselhar o Pres. Washington Luís a render-se aos revoltosos³.

Ao contrário dos jornais, as biografias oficiais de Rondon, principalmente Viveiros (1969) e Coutinho (1975), são sucintas ao tratar desse acontecimento, preferindo transcrever o desdobramento do confronto que opôs o Gal. ao então tenente revolucionário Juarez Távora. Nos idos de outubro de 1930, Távora desqualificou o trabalho da Comissão Rondon, identificando o Gal. como “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios, para servir-lhes de brinquedo”⁴, chegando a sugerir sua prisão. Mais de duas décadas depois, em meados dos anos 50, Távora fez um *mea culpa* daquelas declarações que acabou ganhando destaque nessas biografias ⁵.

Entretanto, nem os jornais nem as biografias abordaram o que estava em jogo para Rondon naquele momento. Num trabalho anterior⁶, havíamos afirmado que o contexto da Revolução de 30 contrapunha os militares positivistas aos militares católicos⁷. O historiador Paulo Ricardo Pezat, estudando o confronto entre positivistas e revolucionários católicos no Rio Grande do Sul, transcreveu na sua dissertação⁸ as críticas que Rondon fez no final de 1930 aos militares revoltosos e à política clerical⁹. O Gal. previa dificuldades para as frentes de trabalho que instituíra, o que de fato ocorreu: a Comissão Rondon foi extinta e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) enfrentou uma profunda crise que o tornou inoperante por mais de uma década¹⁰.

A crise do indigenismo governamental começou, no Sul do país, e logo chegou à Amazônia. Em 1931, o interventor federal no Estado do Amazonas, Dr. Álvaro Maia, instaurou uma Comissão de Inquérito para investigar denúncias contra as atividades desenvolvidas pela Inspetoria Regional do SPI (IR1). Nas duas décadas de atuação no Estado do Amazonas e Território do Acre, enfrentando oposição às iniciativas protecionistas, os agentes do SPI haviam se envolvido em inúmeros conflitos com seringalistas, comerciantes de castanha, políticos municipais e estaduais, além de representantes dos poderes Judiciário, Estadual e Federal.

Os alvos principais da Comissão de Inquérito eram as ações protecionistas e as iniciativas do inspetor Bento Martins Pereira de Lemos, chefe da IR1. O relatório final dessa Comissão é

1 SARQ/MI, filme 325, fot. 0576.
2 Ibid., fot. 559; 563.
3 Idem.
4 Jornal do Comércio (RJ), 7/10/1930; Viveiros, 1969, p. 556; Coutinho, 1975, p. 98.
5 Idem.
6 Freire, 1990.
7 Freire, 1990, p. 22-25.
8 Pezat, 1997.
9 “Os ânimos estão serenando na grande convulsão social que a nação experimentou, apesar da agitação que ainda se nota entre os políticos profissionais de São Paulo. O predomínio militar falirá fatalmente pela incompetência dos seus autores. Nem era de esperar outra coisa de quem só cultivou os processos de destruição, nem tem da Filosofia da História noção precisa para uma apreciação de conjunto da evolução político-social da Humanidade. (...) Aliás, é natural que os tenentes e os capitães responsáveis pela degradingolada nacional procurem se defender para usufruírem o produto dos esforços reiterados de tantos anos. É lamentável que o Rio Grande do Sul tome parte ativa nessa festa de Baltazar, deixando-se arrastar na onda perniciosa da retrogradação, provocada e maquiavelicamente conduzida pelo teologismo católico à moda da revolução italiana da qual o Vaticano tirou partido para manutenção por algum tempo mais da política clerical, persuadido de poder dominar a crise social contemporânea. O arremedo militarista do Brasil se estriba no alvoroço clericalista brotado em Porto Alegre, de onde irradiou por todo o Brasil, indo além, até Roma, de cujo Templo o *mot d’ordre* veiculou com habilidade pela vastidão do meio revolucionário brasileiro, agitando as dioceses e as congregações missionárias derramadas pelo solo da nossa Pátria” (Carta de Cândido Mariano da Silva Rondon a Borges de Medeiros, 8 de dezembro de 1930. Esta carta acha-se em poder dos familiares de Torres Gonçalves, no Rio de Janeiro. Pezat, 1997, p. 239-240).
10 Sobre esse contexto adverso, com redução de quadros e verbas, rebaixamento institucional, etc., v. Ribeiro, 1962 e Lima, 1995. O SPI foi criado enquanto Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). A parte referente aos trabalhadores nacionais passou para o Serviço de Povoamento do Solo em 1918 (Decreto-Lei nº 3.454, 06/01/1918). No texto aparecem as siglas SPILTN e SPI.

um dos raros documentos históricos em que é manifestada pelos depoentes, de forma sistemática, oposição à política indigenista implementada na Amazônia pelo SPI. Por outro lado, a gestão de Bento de Lemos na Inspetoria do Amazonas e Acre foi uma das poucas em toda a história do SPI a produzir densos relatórios anuais sobre a ação indigenista¹¹, expondo também, sistematicamente, a amplitude dos problemas e iniciativas que envolviam esses agentes sociais no início do séc. XX.

Lemos chefiou a Inspetoria Regional do SPI organizando atividades de pacificação, recenseamento e obtenção de terras para os índios enquanto combatia a escravidão indígena nos seringais. Centrado principalmente nos relatórios anuais da IR1 na gestão Lemos e em diversos documentos indigenistas elaborados pelo inspetor, este texto tem por objetivo compreender sua trajetória¹² indigenista a partir de uma etnografia histórica de suas práticas e representações¹³, analisadas no período em que trabalhou na Inspetoria do Estado do Amazonas e Território do Acre (1911-1932). É uma etnografia que permite explorar a institucionalização das práticas do SPI na Amazônia, centrada na análise da influência dos agentes na criação e difusão de normas e técnicas indigenistas, frente às demandas do cargo (massacres, epidemias, educação para os índios, etc.).

As cópias existentes dos relatórios anuais da IR1 revelam o envolvimento e a dimensão das disputas travadas pelo inspetor Lemos. As relações de poder estabelecidas num campo indigenista em processo de formação¹⁴ são compreendidas através do mapeamento das práticas (o que fazem e como agem nesse espaço de relações) desenvolvidas por Lemos, permitindo uma aproximação às representações sobre a vida indígena e as intervenções do Estado frente a essas populações. É um estudo sobre a genealogia de saberes e poderes¹⁵ indigenistas espelhados na escrita de Lemos, reveladora das técnicas e dispositivos de poder empregados pelo inspetor.

Trabalhei na pesquisa com arquivos coloniais¹⁶, procurando desvendar “a lógica de atuação de funcionários coloniais”¹⁷. Utilizei fontes documentais (manuscritas e visuais) internas ao SPI e da Junta Estadual de Sanções da Comissão de Sindicâncias do Tribunal Especial da Capital Federal¹⁸, depositadas, respectivamente, no Serviço de Arquivo do Museu do Índio e no Arquivo Nacional. As lacunas na documentação da IR1 do SPI, principalmente entre 1911 e 1923, infelizmente não me permitiram comparações entre gestões indigenistas. De qualquer forma, posso adiantar que poucos indigenistas na história do SPI produziram textos administrativos, significativos nos mais diversos gêneros, como Bento de Lemos, o que possibilita o estudo da institucionalização do órgão e sua interferência na vida indígena.

Em poucas citações mantive a grafia da época. Nas fotos reproduzidas no anexo fotográfico foram mantidas as legendas dos relatórios da IR1.

Agradeço à historiadora Denise Portugal Lasmar o acesso ao acervo fotográfico do SPI e a digitalização das fotos reproduzidas neste trabalho. Todavia, isto não teria sido possível se os negativos das fotos dos relatórios anuais da IR 1 não tivessem sido produzidos pelo saudoso fotógrafo e amigo João Domingos Lamônica, responsável pela preservação do acervo visual do SPI. Este trabalho é dedicado à sua memória. Agradeço também à Rossana Candia Leone, que digitalizou o original e as tabelas, e a Rosely Rondinelli, Cláudia Francisco e Lídia Zelesco, pelo apoio permanente. O antropólogo Marcelo Piedrafita Iglésias gentilmente leu e comentou o texto com o autor. Suas sugestões foram observadas, entretanto este texto é de minha exclusiva responsabilidade.

11 Outros relatórios significativos podem ser encontrados no acervo da gestão de José Maria da Gama Malcher no Pará (déc. 40) ou na direção do SPI (1951-55), além daqueles produzidos por outros diretores da IR 1 na década de 40, como os inspetores Chauvin e Jacobina.

12 Segundo Bourdieu, a noção de trajetória corresponde a uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1998a, p. 189). Trata-se de estudar “colocações” e “deslocamentos”, e o “sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro...)” (ibid., p. 190) e que “evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado” (idem).

13 A prática é produto da relação dialética entre os interesses de agentes sociais e as condições objetivas da sociedade (Bourdieu, 1983). Representações, para Bourdieu, são “enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam”(Bourdieu, 1998b, p. 112), são categorias classificatórias definidas pelas lutas pelo poder de representar, e se fazer representar, por categorizar e classificar (ibid., p. 108).

14 Campos sociais – são relações de forças sociais específicas. Com grau de autonomia ou espaços de relações objetivas entre posições, que “propõem, aos que neles estão envolvidos, um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em “ismo”, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo” (Bourdieu, 1996, p. 53) (grifos do original).

15 Foucault, 1979; 2000.

16 Said, 1999.

17 Oliveira, 1998, p. 86.

18 Decreto nº 19.398, 11/11/1930.

A institucionalização do SPI na Amazônia

*Nenhum trabalho, nenhum perigo, nenhum sacrifício necessário, a ninguém é lícito evitar no Serviço de Proteção aos Índios; de sorte que, ainda quando o sangue generoso de muitas vítimas haja de ser indevidamente derramado pelo selvícola (sic), a dolorosa lembrança dos seus quatro séculos de martírios seja capaz de inspirar aos verdadeiros servidores da grande causa, nova energia e novo devotamento*¹.

O início do século XX na Amazônia foi marcado pelo apogeu e decadência da economia da borracha, que predominava na maioria das regiões². Era o momento em que se consolidavam as fronteiras do Norte e Noroeste do Brasil, envolvendo conflitos e acordos internacionais.

A conquista do território acreano não deixou de ser acompanhada por correrias (massacres de índios) ou pela escravidão indígena nos seringais³. No Alto Solimões, predominava a servidão indígena aos barracões⁴. Nos campos do Rio Branco, onde se espalhava a pecuária, principalmente invadindo as áreas das fazendas nacionais, a mão-de-obra indígena era explorada na criação de gado⁵. No Alto rio Negro, seringalistas e comerciantes colombianos invadiam o território brasileiro para escravizar índios⁶.

Essa realidade indígena era o contraponto de um projeto civilizador⁷ caracterizado então pelo crescimento de núcleos urbanos, difusão de instituições republicanas, construção da nação (e do imaginário nacional) e consolidação da nova elite de comerciantes amazonenses, a par de governos estaduais autoritários⁸.

Este era o contexto, em 1910, quando foram instaladas duas inspetorias do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) na Amazônia: a Inspeção do Território do Acre e a do Estado do Amazonas. A partir de 1912, ocorreu uma unificação administrativa, existindo, desde então, no período abrangido por este trabalho, apenas a Inspeção do Amazonas e Acre.

A Inspeção do Acre foi chefiada de 1910 a 1912 pelo inspetor Francisco Barbosa de Araújo. No relatório de atividades que apresentou em 1912 ao novo inspetor no Amazonas e Acre, João de Araújo Amora⁹, o inspetor Francisco Araújo reporta suas iniciativas para defesa dos índios Manitenieri do Alto rio Yaco. Explorados por seringalistas e vivendo na miséria, os índios receberam brindes (roupas, instrumentos agrícolas, etc.) e foram afastados dessa região pelo inspetor. Índios Manitenieri de outras malocas também se deslocavam pela região, fugindo da escravidão e assassinatos ocasionados por caucheiros peruanos. Araújo transferiu os índios para os terrenos do Cel. Avelino Chaves, instalando um posto indígena que se sustentou enquanto havia roçados e assistência oficial com distribuição de gêneros alimentícios. Tais índios se dispersaram, quando começaram a faltar mercadorias. Em 1912 o inspetor acreditava que restavam poucos índios no Acre, a maioria teria fugido dos seringais descendo os grandes rios¹⁰.

O inspetor havia realizado duas expedições pelo Território do Acre em 1911. No primeiro semestre, junto com o ajudante Máximo Linhares, encarregado pelo SPILTN de combater as “correrias” que ainda aconteciam no Alto rio Yaco, visitaram o Riozinho

1 Art. 219 das instruções internas da diretoria geral do SPILTN (SARQ/MI, filme 380, fot. 0788).

2 Weinstein, 1993; Santos, 1980.

3 Iglésias, 2004; Oliveira, 1979.

4 Oliveira, 1988.

5 Vieira, 2003; Santilli, 2001.

6 Oliveira, 1995.

7 Elias, 1990.

8 Carvalho, 1990; Daou, 1998.

9 SARQ/MI, filme 379, fot. 002 a 014.

10 Idem.

da Liberdade, o rio Gregório, o rio Amoaca e o rio Mõa, em busca dos índios Naua que aí viviam. Em dezembro, Araújo percorreu o rio Tarauacá, o Alto rio Muru e o rio Envira, onde encontrou índios escravizados sendo levados para extrair caucho no Peru.

Com a criação de uma reserva florestal no Acre¹¹, os agentes do SPILTN foram também incumbidos do policiamento dessa área. Araújo teria passado seus últimos meses na inspetoria divulgando os termos desse decreto para as populações ribeirinhas que habitavam as terras devolutas do Acre.

O primeiro chefe da Inspetoria do Amazonas foi o então tenente do Exército brasileiro Alípio Bandeira (1873–1939). Além de militar, Bandeira era poeta e escritor, um publicista que debatia por diversas causas através dos jornais da Capital Federal. Admitido como membro da Igreja Positivista em novembro de 1906, o militar conheceu a realidade amazônica ao participar da expedição militar ao Acre no início do séc. XX. Na ocasião, encontrou a região assolada pela miséria e por inúmeras doenças¹².

Enquanto positivista, Alípio Bandeira foi convidado a colaborar na instalação do SPILTN, criado a 20 de junho de 1910¹³. Com o concurso de Manoel Miranda, elaborou um “Memorial acerca da antiga e moderna legislação indígena”¹⁴, documento em que avaliava as limitações da legislação colonial e imperial a respeito dos índios brasileiros. No texto, o tenente criticou a Constituição republicana que colocava sob domínio dos Estados as terras dos índios, entendidas pelos poderes públicos desde a “Lei de Terras” (1850) como terras devolutas. Bandeira também discordava do governo republicano ter transferido para os Estados¹⁵ a direção dos serviços de catequese e civilização dos índios.

O inspetor Bandeira defendia a assistência e proteção leiga do SPILTN, num espírito de liberdade, sem coação aos índios. Além do respeito a crenças, hábitos e vontades¹⁶, acreditava que pela educação “facultativa” seria cumprido o “estágio espontâneo”¹⁷ entre o índio nômade e o trabalhador nacional. Para isso seria necessário a aprovação de uma legislação específica que modificasse e regularizasse a situação legal dos índios. Esboçada por Miranda e Bandeira, em 1911, tal legislação só foi aprovada em 1928¹⁸.

Convidado a chefiar a Inspetoria do Amazonas, após a criação do SPILTN, Bandeira elaborou um ritual cívico para a instalação daquela unidade perante as autoridades regionais. Seu discurso de posse foi um apanhado de citações favoráveis aos índios, elaboradas por cronistas, missionários, viajantes e escritores ao longo da História do Brasil. Ao mesmo tempo que elogiou a Amazônia, identificando-a como “terra de riqueza” e “celeiro universal”¹⁹, defendeu a garantia de terras para a sobrevivência dos índios, o que seria feito com “as boas disposições dos governos locais”²⁰. No conjunto dos indigenistas, Bandeira caracterizava-se como um ideólogo do SPI.

Alípio Bandeira chefiou a Inspetoria do Amazonas até janeiro de 1912, quando retornou ao Ministério da Guerra. Nesse período, sua principal iniciativa foi a atração de um grupo de índios Waimiri no rio Jauaperi. Voltou ao SPILTN em maio de 1912, tornando-se chefe interino da 1ª seção da diretoria até novembro, quando foi designado inspetor no Pará. A partir de fevereiro de 1913, passou a inspecionar as atividades do órgão nos Estados do Nordeste. Com a redução orçamentária do SPILTN e a unificação das Inspetorias do Pará e Maranhão, acabou dispensado em janeiro de 1914.

11 Decreto nº 8.843, 26/07/1911.

12 Bandeira, 1967, p. 8.

13 Decreto nº 8.072.

14 Bandeira e Miranda, 1947.

15 Decreto nº 7, de novembro de 1889.

16 Bandeira e Miranda, 1947, p. 77.

17 Ibid., p. 78.

18 Através do Decreto-Lei nº 5.484 (27/06/1928).

19 Bandeira, 1947, p. 47-48.

20 Ibid., p. 45. Criada em 1910, a IR1 foi efetivamente instalada em 1911.

Afastado do trabalho direto com os índios, Bandeira ainda escreveu quatro livros sobre a situação enfrentada por esses povos: 1) “Antigüidade e atualidade indígena” (1919), uma defesa da atuação do SPI frente a missionários que se esquivavam de pacificar “índios bravos”; 2) “A mistificação salesiana” (1923), um balanço da difamação do SPI realizada por missionários salesianos; 3) “A cruz indígena” (1925), onde é retratado o “martírio” de índios e grupos indígenas; 4) “Jauaperi” (1926), onde relata o contato com os índios daquela região.

“A cruz indígena” é seu livro mais famoso. Seus 14 capítulos relatam o extermínio de grupos, famílias e lideranças indígenas, expõem as conseqüências da catequese religiosa e as mortandades ocasionadas por doenças. Embora criticasse alguns grupos indígenas que resistiam ao contato – seriam “gentes de maus instintos e costumes”²¹, Bandeira encontrava como saída a defesa do positivismo, o “estabelecimento de uma religião universalmente aceita e praticada”²², entendendo “a questão indígena” como “um caso particular da desordem brasileira”²³.

O inspetor Bento Martins Pereira de Lemos começou a trabalhar no SPILTN, em 1911, sob as ordens de Alípio Bandeira. Os primeiros relatórios de Lemos, de 1912, refletem a influência idealista de Bandeira, responsável inclusive pela elaboração das instruções internas da diretoria geral do SPILTN²⁴.

Cabia aos inspetores do SPILTN chefiar a 1ª expedição que instalaria as sedes das inspetorias. Nessa ocasião, deveriam ser conhecidas as terras habitadas pelos índios na esfera de cada inspetoria, o que de fato não ocorreu nos Estados da Amazônia brasileira.

Nas “Instruções internas da diretoria geral do SPILTN”²⁵, foram dadas inúmeras atribuições aos inspetores, entre as quais a de articulador político, controlador da moral de índios e civilizados, delimitador de terras dos índios e ordenador de atividades econômicas das povoações indígenas e centros agrícolas. Algumas determinações de atividades para os inspetores merecem ser transcritas pelo seu alcance e originalidade:

“6º – não permitir nunca que os seus subordinados, ainda quando sejam atacados e maltratados, exerçam qualquer violência física contra os índios e não admitir mesmo, senão em casos extremos, que empreguem meios de amedrontá-los, tais como tiros de festim, estumação de cães, etc.

7º – não tolerar violência alguma à propriedade indígena, ainda quando a propriedade seja insignificante e a violência mínima;

8º – não permitir que os civilizados tenham questões e desavenças com índios por estes se apropriarem de algum objeto daqueles; preferindo sempre indenizar os prejudicados e procurando, depois de feita a indenização, ensinar aos índios a noção da propriedade;

9º – não consentir que seja imposta ao selvícola (sic) nenhuma obrigatoriedade relativamente a serviços, ensino ou aprendizagem que não aceitem; (...)

11º – admitir para o serviço dos índios nômades o pessoal extra-numerário que for preciso, empregando as maiores cautelas na escolha desse pessoal; (...)

13º – não consentir, por si mesmo ou por intermédio dos diretores de serviço, que os índios arrendem, alienem ou gravem com ônus reais as terras que lhes forem entregues pelo governo federal; (...)

21 Bandeira, 1925, p. 52.

22 Ibid., p. 126.

23 Ibid., p. 127.

24 Bandeira, 1979, p. 90.

25 SARQ/ML, filme 380, fot. 712-793.

21º) – percorrer as zonas a seu cargo esforçando-se por bem conhecer a distribuição geral das populações indígenas, suas relações com os civilizados e as das tribos entre si, extensão, situação e condições climatéricas dos territórios ocupados por índios e tudo mais que lhe convenha saber para dar informações seguras e orientar-se por completo relativamente a fundação de povoações, mudanças de tribos, etc²⁶.”

A estas instruções gerais somaram-se as instruções específicas sobre a primeira expedição de instalação de uma inspetoria, aprovadas por Rondon em 31 de outubro de 1910. Em suma, a sede da inspetoria devia ser instalada “solenemente”, o que deu origem ao ritual adotado por Alípio Bandeira. De um lado seria criado o escritório e a escrituração das iniciativas da inspetoria, de outro propunha-se o controle das expedições através de detalhados relatórios geográficos, cartográficos e sócio-econômicos. As “cadernetas de campo” eram instrumentos essenciais de informação: indicavam os limites das terras dos índios, grau de desenvolvimento e recursos que detinham cada povo, as riquezas naturais da região, as relações dos índios com civilizados. O produto desses levantamentos de zonas percorridas pelos inspetores seguia para a diretoria, constituindo-se nas fontes de onde surgiriam delimitações e demarcações de terras dos índios, abertura de estradas, criação de povoações indígenas, etc.

A diretoria do SPILTN queria que os inspetores atuassem em cada um dos grandes rios do Amazonas e Acre, o que os recursos disponíveis não possibilitavam, faltando transportes, ajudantes, diaristas²⁷. Mesmo assim, Alípio Bandeira fez várias expedições, percorrendo os rios Uatumã, Maués, Canumã, Negro e Jauaperi, orientando a instalação de postos de atração e fazendo levantamentos geográficos e demográficos. Os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (1911, 1912) traziam notícias dos postos indígenas de atração no Baixo Amazonas e no Jauaperi. O conhecimento sobre os índios da Amazônia, sua localização e demografia eram muito limitados, trabalhava-se a partir da monografia de Nelson de Senna sobre os índios do Brasil (1908).

Bandeira ainda combateu a escravização de índios no rio Japurá, mas teve que se afastar das expedições devido a um forte impaludismo. Durante a sua gestão, enfrentou tanto o assassinato de índios por seringalistas quanto o interesse de missões religiosas nas terras dos índios²⁸.

Alípio Bandeira também estabeleceu uma classificação dos índios do Amazonas onde a educação ministrada pelos civilizados fazia o diferencial. Esses índios estariam divididos em quatro classes:

- “a. Os selvagens, que não têm relações com civilizados.
- b. Os selvagens que já receberam violências do civilizado.
- c. Os que, já estando domiciliados na civilização, formam sociedade à parte.
- d. Os que vivem em inteira promiscuidade com civilizados.

Os da primeira classe são a seu modo moralizados, trabalhadores e bem reputados. Tratam com muita hospitalidade os raros civilizados que por acaso chegam às suas terras, mantendo-se todavia em uma prudente reserva.

26 SARQ/MI, filme 380, fot. 749-751.

27 Rondon, of. 54, 10/02/1911.

28 A polêmica foi citada no relatório do MAIC de 1911, p. 287. A Ordem Beneditina solicitou que a IR garantisse para os índios Macuxi a posse de extensas terras, que ficariam sob o controle religioso, pois os frades haviam sido “espontaneamente” convidados pelos índios para catequizá-los.

Os da segunda classe têm fama de ferozes mas, de fato, são apenas defensores da sua liberdade e da honra de suas famílias. São também trabalhadores e tão moralizados quanto lhes permite sê-lo o atraso mental em que vivem.

Os da terceira classe já não têm mais as qualidades de caráter dos outros nem são também tão trabalhadores como eles.

Os da quarta classe são uns infelizes cheios de vícios e defeitos dos quais o menor é talvez a preguiça.

Conclui-se do exposto que quanto mais afastados estão da civilização madras-ta, melhores e mais assimiláveis à sociedade são os índios, e quanto mais ligados a ela menos suscetíveis de aproveitamento.

Vê-se pois, que a desmoralização é um produto da educação que recebem, à qual, como crianças, fácil e francamente afeiçoam. Tudo mostra que sendo ela boa os índios selvagens progredirão moral, intelectual e praticamente²⁹.”

Na prática, as atividades educativas adotadas pela inspetoria do Amazonas e Acre evitaram tais distinções, preocupando-se, pelo contrário, em instalar trabalhadores nacionais junto às povoações indígenas, como ocorreu no posto indígena Rodolfo Miranda.

O inspetor João Araújo Amora, que sucedeu a Bandeira na chefia da inspetoria, deu continuidade às expedições de exploração e identificação das populações indígenas dos rios amazônicos. O ajudante da inspetoria Arthur Bandeira chefiou uma expedição ao rio Jutai, enquanto o ajudante Bento de Lemos explorava o rio Inauini. No Jutai, houve confronto e assassinatos entre índios “Cunibas”, seringalistas e seringueiros³⁰. No Inauini, Lemos encontrou os Apurinã vivendo em extrema miséria³¹.

O ajudante Bento de Lemos tentava impor a seringalistas brasileiros e peruanos as normas regulamentares do SPILT. Provavelmente influenciado por Alípio Bandeira, elaborava “patrióticas circulares” para esse trabalho de propaganda. Ao visitar malocas de índios Jamamadi, propôs a centralização dessas habitações através da construção de uma grande povoação indígena na região, onde oficiais técnicos ensinariam aos índios diversos ofícios. Lemos descobriu, também, que cerca de 60 índios Jamamadi eram prisioneiros de caucheiros peruanos numa migração forçada em que morreram muitos índios. Além disso, diante de autoridades policiais omissas, sofreu ameaças de morte feitas por seringalistas.

A distância entre as localidades, o quadro sanitário onde grassava o paludismo e a falta de recursos orçamentários formavam um quadro que paralisava as iniciativas da Inspetoria (veja tabela nº 1 nos anexos). O corte orçamentário atingiu todo o SPILT. Num ofício dirigido ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, o diretor interino do SPILT, José Bezerra Cavalcanti, defendeu as iniciativas do SPI quando discutiu as repercussões das denúncias de escravidão e assassinato de índios peruanos nos seringais do rio Putumayo³², comparando-as com os trabalhos de pacificação dos índios do Brasil³³ para defender o aporte de recursos ao órgão.

Máximo Linhares, que trabalhou no Acre como auxiliar do SPILT nas gestões Bandeira e Amora, defendeu uma política de combate ao preconceito, ao estereótipo do “índio

29 Brasil. SPI. Relatório da Diretoria, 1911, p. 24-25; SARQ/MI, filme 380, fot. 1236 ou 1238.

30 SARQ/MI, filme 379, fot. 015-021.

31 SARQ/MI, filme 380.

32 Taussig, 1993.

33 SARQ/MI, filme 381, fot. 051-087.

fera” só “amansado” por rifles. A proteção aos índios dependeria de propaganda e a conquista de aliados civilizados. No Acre, Linhares aproximou-se dos coronéis seringalistas e seguindo as determinações de Alípio Bandeira, nomeou-os delegados do SPI³⁴.

No Amazonas, as expedições da inspetoria continuaram a procurar locais para a instalação de postos indígenas, visitando ora “tribos decadentes”, ora aquelas cujos índios “ordeiros e trabalhadores” seriam logo transformados em trabalhadores nacionais como os índios Jamamadi³⁵. Os conflitos com seringalistas mantinham-se constantes, de um lado os agentes do SPILTN expulsavam caucheiros peruanos que exploravam índios, de outro seringueiros impediam o acesso dos indigenistas às malocas indígenas. Ao mesmo tempo, a IR1 foi atingida pela crise orçamentária do SPILTN a partir de 1914, havendo demissão de quadros e extinção de postos indígenas.

34 Jornal do Comércio (RJ), 12/01/1913.

35 MAIC, 1913.

Bento de Lemos: esboço biográfico e visão indigenista

Foi num contexto conturbado pelas limitações orçamentárias do SPILTN que Bento de Lemos tornou-se chefe da IR1 de 1916 a 1932.

Bento Martins Pereira de Lemos nasceu a 25 de dezembro de 1873 no Estado do Maranhão. Não obtivemos informações sobre sua escolaridade. Um ofício do SPI (sem autoria) o identifica, na década de 20, como engenheiro. Entretanto, suas intervenções na IR1 indicam que, provavelmente, era (também) bacharel em direito¹.

Lemos trabalhou como auxiliar de Recenseamento, de 1890 até 1899, tendo depois lecionado em escolas do Amapá entre 1903 e 1908. A 22 de junho de 1911 foi nomeado ajudante da Inspetoria do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre, tomando posse a 1º de julho de 1911. Foi exonerado desse cargo a 28 de janeiro de 1914, sendo admitido como auxiliar da mesma inspetoria a 1º de fevereiro e dispensado em 31 de dezembro de 1914. Trabalhou em 1915 como diarista ligado à cultura da seringueira.

A 12 de janeiro de 1916, foi readmitido no SPILTN como encarregado do Posto Indígena do rio Jauaperi, sendo dispensado em 17 de abril de 1916². A 31 de março de 1916 foi nomeado inspetor interino do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre, tendo tomado posse a 18 de abril de 1916. A 26 de dezembro de 1917 tornou-se inspetor efetivo do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre, tomando posse a 23 de janeiro de 1918³.

Em 1923, Bento de Lemos foi designado para inspecionar o Centro Agrícola de Ivaí no Estado do Paraná. Nesse ano, atuou como inspetor do SPI na IR1 o ajudante Arthur Bandeira.

O inspetor foi demitido pelo interventor federal no SPI em 30 de janeiro de 1931, sendo readmitido em outubro deste mesmo ano (14/10/31). Em 1932, Lemos foi nomeado Inspetor Regional do Ministério do Trabalho em João Pessoa, afastando-se definitivamente do SPI⁴.

Nos seus 20 anos de atividade na IR1, Bento de Lemos afirmou que jamais recebeu “a mais leve censura, nem a menor reclamação” de seus superiores⁵. Participou, assim, de todas as questões que envolviam a vida indígena: recenseamento, terra, trabalho, tutela e pacificação, entre outras.

No último relatório da IR1 que apresentou à diretoria do SPI, relativo a 1930-31, Lemos fez um balanço de sua visão dos índios e das atividades do Serviço. O inspetor agia contra aqueles que atacavam o SPI e afirmavam não existir mais índios no Amazonas⁶. Para o inspetor,

1 O memorial sobre a questão da Fazenda Nacional São Marcos (1926) e o projeto de uma legislação tutelar (1928) sinalizam esse sentido.
2 Brasil. Almanak do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1930.
3 Idem.
4 Ofício nº 35, de 15/03/44, do Chefe da IR1, Alberto Pizarro Jacobina, ao Diretor do SPI, Vicente de Paulo Vasconcelos.
5 Lemos, 1931, p. 57.
6 SPI – Relatório da IR1, 1930-31, p. 4. Na sua representação dos índios, Lemos efetivamente emprega categorias classificatórias positivas e negativas. Sua interpretação dos índios e do SPI deve ser associada a uma perspectiva mais abrangente, que implica numa visão de mundo (cf. Weber, 1985; 1974) positivista.

“Em verdade, cumpre esclarecer, para a ignorância de muita gente, só é índio o tipo humano que anda nu, de arco e flecha à mão e vistosos penachos à cabeça. Desde, porém, que o selvícola (sic) trabalhado pelos legionários da pacificação, abandona tais hábitos, transforma seus costumes e adota outras normas e outros costumes, deixa de ser ‘índio’, para tomar a forma do ‘caboclo’. Entretanto, os dois tipos diferem, etnograficamente, de modo acentuado. O índio é o autóctone legítimo dos primitivos povoadores das nossas matas, insulado pela ignorância na selva selvagem, confundido com as feras, de que herdou a braveza. Inculto, na lata expressão do termo, selvagem mesmo, relativamente refratário à higiene, falando dialeto próprio e especial, vivem uma vida brutalizada e com latente mentalidade guerreira. O caboclo, porém, conquanto com certas afinidades com o índio, é um indivíduo nascido no convívio da civilização, já com alguma noção do progresso, embora molóide, visceralmente indolente, pachorrento, amando de coração o repouso, que é a ociosidade improdutiva de todo o seu organismo.

Porque já se podem apontar alguns selvícolas (sic) que, pacificados pelo S.P.I., começam a entrar em relações com os civilizados, em várias zonas interiores deste Estado – os quais, como vos disse, em meu ofício nº 733, de 16 de junho de 1930, se se vissem privados da nossa assistência e proteção, volveriam, um a um, à vida selvagem e inútil das matas, donde os retiramos, readquirindo os hábitos primitivos, – confundem malevolamente os objurgadores o índio com o caboclo amazonense, asseverando que este território já está liberto do primeiro”⁷.

Como os militares positivistas do SPI, Lemos tinha uma visão “reduzora” do Serviço:

“O S.P.I. – já o afirmei uma vez em ofício nº 733, de 16 de junho de 1930, – foi, a muitos títulos, para os nossos compatriotas que viviam insulados pelas selvas amazônicas, afastados da civilização, arredios do convívio das coletividades cultas, esquecidos dos nossos públicos e em lutas permanentes, de um lado, com os próprios irmãos selvagens e, de outro, com pseudos civilizados, trabalhados por desmarcada ganância, a mais salutar e eficiente providência com que o Governo da República ainda pôde assegurar-lhes o estado de paz e trabalho que ora desfrutam, na placidez da sua existência apagada e sem ambições. Não podia ser, em verdade, mais penosa, nem mais inquietante, antes da instalação do S.P.I., a vida dos autóctones brasileiros, nos ínvios sertões sobre que se espraia o território nacional. Atacados, impiedosamente, em suas malocas; vendo violentarem-se-lhes, infamemente, as mulheres e as filhas, numa horrenda profanação aos seus lares; assistindo, imponentes, ao roubo de suas propriedades, eles eram vítimas, principalmente, de estrangeiros audaciosos que, incursionando pelas nossas terras, lhes infligiam cruéis castigos, se ousavam opor-se às pretensões abocanhadoras. Ora, eram, no Juruá e no Javari, os peruanos; no Uaupés, Japurá e no Içá, os colombianos; ora, no Acre e no Madeira, os

7 Lemos, 1932, p. 4-5.

bolivianos; e, no Rio Branco, os negros vindos da Guiana Inglesa, que praticavam toda a sorte de desumanidades contra os infelizes selvícolas (sic).”

O S.P.I. foi uma aurora de redenção, vindo a tempo, no ano de 1910, de melhorar a situação desoladora dos indígenas e levar-lhes aos *habitats* a palavra aliciante e amistosa de uma nova existência de operosidade e aproveitamento da sua capacidade inexperimentada, a par da confraternização, que é o alicerce das organizações sociais e familiares perfeitas.

Desde a sua instalação, a 16 de julho de 1911, esta Inspetoria não descurou, um instante, da sua nobre e elevada missão na partilha que lhe coube dos trabalhos cívicos. E, pondo-se logo a postos iniciou e desenvolveu a máxima atividade em proveito dos selvícolas (sic), indo às suas malocas, com riscos imediatos da vida dos inspetores e ajudantes, dar-lhes o conselho da pacificação, os preceitos da moral, o exemplo da cordura, a prática das boas normas e o respeito à vida e aos bens do próximo. Reuniu-os em núcleos e cobriu-lhes a nudez, despertando-lhes o amor ao trabalho. Restituiu à liberdade os que se encontravam cativos. Forneceu-lhes os elementos necessários à lavoura. Deu escolas, para sua instrução, aos que mantinham relações de comércio com os civilizados. E ministrou-lhes, em suma, todos os sãos princípios dos bons costumes. Propugnou, outrossim, perante as autoridades civis e judiciárias, por seus direitos e interesses, ora protestando, com êxito, contra os requerimentos de terras por eles ocupadas; ora, buscando, para os coátos, o remédio jurídico do *habeas corpus*. Nunca a esta Inspetoria constou que um índio estivesse com a liberdade ou os seus direitos ameaçados ou violados que se ela não movimentasse, prestes, acorrendo, prontamente, a prestar-lhes o auxílio da assistência e proteção deste Serviço, para normalizar-lhes a situação. Toda essa imensa obra de patriotismo e humanidade não se fez sem esforço, sem pertinácia, nem canseiras, vencendo, de vez em vez, nas excursões ao centro das matas, sacrifícios bem penosos”⁸.

8 Ibid, p. 5-6 (grifos do original).

O recenseamento dos índios da Amazônia

No final do séc. XIX, Bento de Lemos trabalhou como auxiliar no primeiro censo da República. Nas suas atividades no SPI, demonstrou em correspondências avulsas o interesse em investigar a distribuição dos povos indígenas na Amazônia. Como o SPI já havia sofrido uma crise administrativa logo após sua criação, o inspetor tinha consciência que as iniciativas da IR1 alcançavam um número restrito de índios.

No relatório de 1920 da IR1, Lemos criticou o trabalho de recenseamento indígena inserido no censo geral da União daquele ano. Os representantes do SPI haviam ajudado os funcionários do censo nas áreas indígenas, mas o inspetor não conseguiu obter uma estimativa dos índios “mansos e civilizados”¹ para informar à direção do SPI. Sabia que os encarregados do censo não haviam percorrido as malocas indígenas do rio Jauaperi. Em campo, os recenseadores se limitavam a pedir informações aos encarregados dos postos indígenas, com exceção do PI Seruiní, onde puderam ser identificados os índios dos arredores, pois o próprio recenseador era delegado local do SPI. Lemos estava interessado em verificar se o número de “tribos” encontradas pelo censo de 1920, no Amazonas, alcançaria aquele declarado no relatório da IR1 de 1919, estabelecido a partir de precárias informações dos delegados do SPI.

O inspetor acompanhava os índices de mortalidade indígena, pois era péssimo o estado sanitário de muitas regiões da Amazônia, onde faleciam muitas crianças². O controle demográfico dos índios só tornou-se sistemático a partir do Decreto nº 5.484 (Título III) de 1928, quando se impôs o registro civil dessas populações. Entretanto, havia muitos obstáculos a superar nesse trabalho, além da falta de recursos e de pessoal treinado para responder aos formulários mensais: Lemos acreditava que os próprios índios equivocavam-se ao fornecer aos funcionários informações sobre sua “ascendência e idade”³. Apenas o registro civil dos nascimentos funcionaria a contento.

O Decreto nº 18.994, de 19 de novembro de 1929, havia estabelecido um novo Recenseamento Geral da República para 1930, enquanto inquérito demográfico e econômico. O decreto conclamava os brasileiros a “apresentar sugestões a quem de direito sobre o melhor meio de poder a União atingir a finalidade que se traçou no aludido decreto”⁴.

Diante desse fato, em 7 de fevereiro de 1930, Lemos encaminhou ao Dr. José Luís Bulhões de Carvalho, Diretor Geral dos Serviços de Recenseamento e Estatística do MAIC, um memorial sobre o recenseamento da população indígena do Estado do Amazonas e Território do Acre. Lemos acreditava que nesse inquérito não poderia “escapar o índio

1 Lemos, 1921, p.20.

2 Lemos, 1925, p. 73-74.

3 Lemos, 1930, p. 79.

4 SARQ/MI, filme 290, fot. 072.

que povoa os altos sertões da República”⁵. Calculava o inspetor uma população de mais de 200 mil índios no Brasil, mais da metade na área abrangida pela IR1. Temia ainda que se dependesse apenas da Diretoria de Estatística, o censo dos índios seria um “fracasso absoluto”, pois aquele jamais poderia

“atingir certas regiões nem tratar diretamente com as tribos. A sua incursão às malocas seria temerária, pois desconhecendo os hábitos e o dialeto de cada tribo, seriam naturalmente recebidos com hostilidade e, quando mesmo deixasse de haver, da parte da tribo mais pacíficas, alguma reação pouco amistosa, pelo menos dar-se-ia a debandada dos selvícolas (sic) para o centro, o que viria, neste caso, prejudicar os serviços de atração e pacificação a cargo dos postos indígenas”⁶.

O resultado do censo, pelo contrário, seria seguro se fosse executado pela IR1, através de “pessoal habilitado, de intérpretes e mateiros”⁷. A Inspetoria dividiria em zonas toda sua extensão territorial e os técnicos,

“de acordo com a densidade da população indígena, poderiam oferecer um trabalho completo, exato, não só quanto ao número de indivíduos, como também no que possa referir com o estado de civilização e indústrias praticadas pelos mesmos”⁸.

Os agentes do SPI ofereceriam, entre outras, vantagens econômicas no recenseamento, pois

“os postos indígenas localizados em vários rios serão pontos de partida dos agentes recenseadores, por via terrestre, utilizados os varadouros dos índios para os índios, viagem impossível para pessoa estranha ao SPI”⁹.

Lemos apresentou para a Diretoria Geral de Estatística os resultados daquele recenseamento incompleto, realizado pela IR1 em 1919. Em 1930, esse censo estava aumentando por tribos que abandonaram os países limítrofes, onde imperava “a mais desumana escravidão, para se abrigar em terras do Brasil, onde encontram a liberdade e o espaço (...) de nossas leis”¹⁰.

Nesse levantamento, Lemos relacionou 129 “tribos-tronco”, abaixo discriminadas (foi mantida a grafia original do documento) :

“ACAIACA-CATAPOLITANI – Rio Uarupés.

1. ADZAMENI – Rio Uaupés – Içana.
2. AIPO-SISSI – Tapajoz, Bararaty.
3. AMAHUACA – Alto Juruá, Alto Purus.
4. AMENA-DIAPÁ – Jutahy.
5. APIACÁ – Tapajoz, Bocca do S.Manuel.
- ARARA – YUMA – ARARUA – Purus, Juruá.

5 Idem.

6 SARQ/MI, filme 290, fot. 073.

7 Idem.

8 Idem.

9 Ibid., fot. 074.

10 Idem.

6. ARÁRA - Aripuanã, Guariba.
7. ARARAUÁ - Juruá, Riozinho da Liberdade.
8. ARAUÁ - Médio Juruá.
9. ARIKEME - Jamary, Posto Indígena Rodolpho Miranda.
10. ATURAI - Jauapery, Alalahu, Uatūmã.
11. BARÉ - Rio Negro.
BANIVA - CARUTANA - Rio Uarupés.
12. BENDIAPÁ - Alto Juruá.
13. BUHAGANA - Uaupés, Tiquié.
14. CACHARARI - Purus, Ituxy.
15. CACHINAUA - Juruá, Gregório, Tarauacá.
16. CADEQUILI-DYAPÁ - Médio Juruá.
17. CAIUECHANA - Juruá, Japurú, Solimões, Tocantins.
18. CAMPA - Juruá - Juruá-Mirim.
19. CAMPINEIROS - MUNDURUCU - Baixo Amazonas.
CANAMARI - UILI - DYAPÁ - TYUMÃ - Juruá, Purus.
19. CANAMARI - Alto Purus.
20. CANGUITI - Médio Purus, Hiáco, Seruhyny, Sepatiny, Ituxy.
21. CAPAMAUÁ - Alto Juruá, Javary.
22. CAPAECHENE - Purus, Acre.
23. CARIPUNA - Madeira - Mutum - Paraná.
24. CARITIANA - Uaupés, Içana.
25. CARUTANA - Uaupés, Içana.
26. CATAPOLITANI - Uaupés, Içana.
CATAUICHI - HEUADIE - Juruá.
27. CATAUICHI - Purus, Ituxy, Mucuí.
28. CATIANÁ - Purus, Carumahá.
29. CAUA - PAPIIYA (MAULIENI) - Uaupés, Içana.
CATUQUINA - CUTIA - DYAPA - DYA-PIDADYAPA - Solimões, Jutahy.
30. CATUQUINA - Solimões, Purus, Teffé, Tapauá.
31. CATUQUINA - Javary, Juruá, Tarauacá, Gregório.
CAUIXANA - CAIUECHANA - Solimões, Japurá.
32. CHANINAUA - Embira.
33. CHIPINAUA - Alto Juruá.
34. CHIRIANÁ - Urariquera.
35. CHONTAQUIRO - Alto Purus, Aracá.
36. COLINA - Juruá, Purus, Marary, Tarauacá.
37. COTO - Embira.
38. CERETU - Baixo Japurá.
39. CUJIGENERÊ - Purus, Curumahá.
40. CUNTANAUA - Embira.
41. CURIA - Embira.
42. CUTIA-DYAPÁ - Solimões, Jandiatuba.
43. CUYANAUA - Juruá, Mõa.
44. DEÇANA - Tiquié, Papury.
45. DERUMEI - Içana.
46. DJAUI-MINANEI - Içana.
47. ESPINO - Purus, Curumahá.
48. GUARIUÁ - Baixo Japurá.
49. HEUADIE - Baixo Juruá.
50. HUHUTENENI - Içana.
51. IPECA-TAPIIYA (CUMATÁ-MINAMEI), IPURINÃ-CANGUITI - Purus.
52. IYEINE - Médio Uarupés.
53. JARICUNA - TAULIPANG ou TAUREPAN - Rio Branco.
54. JARU - Posto Rodolpho Miranda, Jamary.
55. JUMANA - Japurá.

56. MABATSI – DAKENI – Uaupés, Içana.
57. MACU – Rio Negro, Uaupés, Maxauiá, Tiqui.
58. MACU – Papury, Marié.
59. MACUCHI – Rio Branco, Surumú, Tacutú, Mahú, Uraicuera.
MAIONGONG – YECUAMÁ – Rio Branco.
60. MANDAUACA – Rio Negro, Cauabury.
61. MANETENERI – Alto Purus, Acre.
MANGIRONA – MAYORUNA – Solimões.
62. MARACANÃ – Rio Branco, Uraricuera.
63. MARAUÁ – Solimões, Juruá.
64. MARINAUA – Juruá, Embira.
65. MATANAUÊ – Madeira, Roosevelt.
66. MAUÊ – Baixo Amazonas, Maués, Andirá.
67. MAYORUNA – Javary, Solimões, Curuçá, Jandiatuba.
MIGUELINHOS – PAVUMUA – Madeira.
68. MIRANYA – Baixo Amazonas, Tapajoz, Canumã.
69. MUNDURUCU – Sucundury, Abacaxy, Chacorão.
70. MURA – Baixo Amazonas, Solimões, Madeira, Autaz, Baetas, Marmellos,
Mataurá, Aripuanã, Canumã.
71. NAMBIQUARA – Tapajoz, Madeira, Juruena, Aripuanã, Roosevelt.
72. NUKUINI – Juruá, Môa.
73. PACAGUARA – Madeira, Abunã.
74. PACAHAS NOVAS – Pacahas Novas, Madeira.
75. PACANAUA – Juruá, Embira.
76. PARAUA – Juruá, Gregório.
77. PARINTINTIN – Maicy, Maycy-Mirim, Ipixuna.
78. PASSÊ – Içá, Japurá, Solimões.
79. PAUXIÃNA – Rio Branco, Caratimary, Mocajahy.
80. PAUMARI – Médio Purus.
81. PAVUMUA – S. Miguel.
82. PAYOARINI – Uaupés, Içana.
83. PICHAUCO – Uraricuera, Surumú.
84. PIDA-DYAPÁ – Jutahy.
85. PIRAHÃ – Baixo Maicy.
86. PIRO –TAPIIYA – Médio Uaupés.
PIRO-CHONTAQUIRO – Purus.
87. PURUCOTÓ – Uraiquera.
88. REMO – Juruá-Mirim.
89. SUCUYA – Alto Juruá.
90. SANINAUA – Alto Juruá.
91. SAPARÁ – Uraricuera.
92. SIUCI-TAPIIYA (OALIPERI-DAKENI) – Uaupés, Içana.
93. TAPIIRA-TAPIIYA (HEMA-DAKENI) – Uaupés, Içana.
94. TARIANA (CUMETENE) – Rio Branco.
TATU-TAPIIYA-ADZANENI – Uaupés.
95. TAUARE – Rio Negro.
TAUARI-CADEQUILI-ADZANENI – Juruá.
96. TAULIPANG ou TAUREPAN – Cotingo, Surumu, Majary.
97. TUCUNA – Solimões.
98. TSELOÁ – Jiquié.
TUCANO-TUCUNDIAPÁ – Javary.
99. TUCANO – Uaupés, Tiquié, Papury.
100. TUCHINAUA – Juruá, Embira.
101. TUCUNDIAPÁ – Rio Branco (Javary).
102. TURÁ – Madeira, Marmellos.
103. TYUMA-DYAPA – Juruá, Purus, Jurupary, Pauhiny, Alto Purus.

104. UADYO-PARANIN-DYAPA – Jutahy.
105. UIANA – Piquié.
106. UAICA – Uraricuera.
UAIMIRI-YAUAPERY – Juapery (Rio Negro).
107. UAINUMÁ – Japurá.
108. UAPICHANA – Rio Branco, Tacutú, Surumú, Majary, Uraricuera.
109. UAREQUENA - Rio Negro, Xié.
110. UATSOLI-DAKENI – Uaupés, Içana.
111. UAYEUÊ – Rio Branco, Anauá.
112. UAYUMARÁ – Uraricuera.
113. UILI-DYAPÁ – Juruá.
114. UIUA-TAPIIYA – Uaupés.
115. URUÁ – Baixo Amazonas.
116. URUMI – Gi-Paraná.
117. URUPÁ – Posto Rodolpho Miranda.
118. YABHANA – Purus, Rio negro, Marauíá.
119. YAHUNA – Japurá, Apaporis.
120. YAMAMADE – Purus, Mamoriá, Pauhiny, Tuhiny, Inauhiny, Tapauá.
121. YAMINAUA – Alto Juruá, Embira.
YAUAPERI-CHIRIANÁ – Rio Branco.
122. YAUAPERI – Rio Negro – Jauapery.
123. YAUAVO – Alto Juruá.
124. YECUANA – Rio Branco, Auary.
125. YUBERI – Purus, Tapauá.
126. YUMA – Paraná-Pixuma.
127. YUPUA – Japurá, Apaporis.
128. YURA – Alto Juruá.
129. YURI – Solimões.
YURUPARI-TAPIIYA-AYEINE – Uaupés.”¹¹

Nesta estatística não estavam presentes alguns grupos indígenas citados por Lemos em outros relatórios anuais da IR1, como os índios Mamori.

O inspetor também enviou à Diretoria de Estatística o levantamento realizado, em 1927, pelo etnólogo Curt Nimuendaju em sua viagem aos rios Içana, Aiarí e Uaupés. No rio Içana e seus afluentes só existiriam populações indígenas, lá não haveria sequer um “único civilizado”¹². Entretanto, neste cálculo não estava incluído

“o número dos índios, chamados caboclos da língua geral, já incorporados à população civilizada do município de São Gabriel e das partes adjacentes do município de Barcelos, nem tampouco aquele dos índios de Içana e Uaupés que trabalham nas propriedades dos civilizados, no Rio Negro, e cujo número deve montar em muitas centenas.” ¹³

Se fosse necessário, a IR1 poderia controlar os serviços censitários a serem realizados em 07 zonas geográficas:

1. Rio Madeira e seus afluentes e Noroeste de Mato Grosso;
2. Região dos rios Autazes, baixo Amazonas e Solimões, Japurá e Içá;
3. Rio Juruá, foz do rio Mineruá ao Riozinho da Liberdade, com todos os afluentes e confluente;

¹¹ Ibid., fot. 075-079.

¹² Ibid., fot. 079.

¹³ Idem.

4. Rio Juruá, da foz do Riozinho da Liberdade à foz do rio Breu, compreendidos todos os afluentes e cabeceiras dos rios Jordão e Tarauacá;
5. Rio Purus e seus afluentes e confluente;
6. Rio Negro e seus afluentes e confluente;
7. Rio Branco.

A inspetoria teria controle sobre a região onde existiria o maior número de índios (no rio Juruá), além de conhecimento dos rios onde habitavam “tribos bravias e numerosíssimas”¹⁴. Na época, os municípios do Amazonas não tinham o controle censitário de suas populações, muito menos dos índios que aí habitavam.

14 Ibid., fot. 081.

A gestão indigenista de Bento de Lemos

Ao assumir a direção da IR1, Bento de Lemos encampou o projeto civilizador do SPI, dirigido para a integração dos povos indígenas ao Estado nacional em construção. Cabia ao Estado brasileiro, através da proteção e educação, estabelecer o processo pedagógico que tiraria os índios dos estágios inferiores da humanidade. Isto foi feito através da subordinação dos índios à tutela do Estado; da garantia de direitos estabelecidos em legislação própria e do estabelecimento de assistência sanitária e econômica, após a cessação dos conflitos pré-pacificação. Essas práticas e as disputas que envolviam permeiam toda a gestão de Bento de Lemos na IR1.

A escravidão e outras violências contra os indígenas

Bento de Lemos denunciou e combateu o trabalho escravo indígena que grassava em muitas áreas da Amazônia. A avaliação que fez dessa situação está no relatório de 1919 da IR 1, cujos principais trechos foram transcritos no relatório de 1920. Segundo o inspetor,

“Parecerá talvez uma coisa estranha falar em escravização de índios. Mas, infelizmente, não o é. Este infame costume existe em toda a Amazônia, sendo certo que em algumas regiões mesmo os próprios civilizados são também escravizados.

Todos os que habitam o interior deste Estado sabem que os selvícolas (sic) são reduzidos á mais negra servidão pelos proprietários de seringais e fazendas de gado.

O processo de que tais indivíduos usam para escravizarem índios é feito de muitas maneiras: Já por meios violentos, isto é, caçando-os nas florestas, ou aprisionando-os nos ataques que fazem às malocas, – já por meios brandos, isto é, pelo comércio que procuram com eles estabelecer, ou pela ascendência que o civilizado exerce sobre eles, de índole geralmente tímida.

O dono do seringal, quando não dispõe de extratores do nordeste, apela, sem a menor cerimônia, para os índios, que são obrigados a trabalhar a troco de mísera alimentação.

O fazendeiro, por sua vez, explora barbaramente o selvícola (sic), que, nas fazendas, é compelido a trabalhar *de graça*.

Se o índio se revolta contra tão torpe exploração do seu trabalho, é surrado e metido no tronco, – o velho tronco de que se serviam os antigos senhores de escravos negros.

Mas não é só isso. Os fazendeiros como os seringueiros *abrem uma conta* ao índio, na qual este é debitado por mercadorias imaginárias, ou vendidas por um preço excessivo.

Se o índio não quer ou não pode pagar, o *patrão* obriga-o ao trabalho para saldar a conta, não podendo mais o desgraçado sair do domínio do *senhor*, que, no caso de fuga, o manda buscar aonde quer que ele esteja.

É bem de ver que, por mais que trabalhe o devedor, a sua *conta* – nunca é salda-da e, em vez de diminuir, cresce sempre e sempre.

E o pior é que essa escravidão estende-se às mulheres, aos filhos, a toda a família do índio devedor”¹.

Lemos reconhecia a miséria e o sofrimento dos índios, a impotência dos agentes do SPI e a conivência das autoridades locais diante do “despotismo dos potentados do interior”². Estes não eram alcançados pelas leis, mantendo-se impunes. Os *habeas-corpus* requeridos em 1919 pelo inspetor haviam sido ineficazes em beneficiar algumas índias Tucano escravizadas por regionais.

Essa ação criminosa ocorria principalmente em regiões inacessíveis e desprovidas de postos indígenas, como o Alto rio Negro. Além do trabalho escravo, os índios viam suas mulheres e filhas serem reduzidas “à triste condição de concubinas”³. Segundo o inspetor, os agentes do SPI agiriam para libertar índios do poder de comerciantes locais (seringalistas, balateiros, castanheiros). Lemos acreditava que havia “degradação moral” que evocava “os tempos do feudalismo medieval” no Amazonas. Nesta realidade, se um índio morria

“devendo qualquer importância a um proprietário ou comerciante, este lança mão dos descendentes do extinto para garantia e solvência da dívida em serviços forçados, tornando-se, desde então, quase impossível a reconquista da liberdade desses infelizes porque o quantum de seu trabalho escravizado é lançado nos livros de conta-corrente por um processo especial de modo que nunca possa cobrir o débito, cada vez mais agravado com os fornecimentos para a sua parca alimentação cujos artigos são cobrados por preços dez vezes superiores aos do seu custo”⁴.

Ao longo da década de 20, a inspetoria do Amazonas e Acre conseguiu libertar inúmeros índios das mãos de seringalistas, comerciantes e até de autoridades policiais locais. Eram, entre outros, índios Kawinawá, Mundurucu e de diversos grupos do Alto rio Negro⁵.

Além da escravidão indígena, havia toda sorte de violências contra os índios:

- espancamentos, atingindo índios de qualquer idade, dos dois sexos;
- estupros e agressões a índias por ex-servidores e até delegados do SPI;

1 Lemos, 1921, p.8-9, (grifos do original).

2 Ibid., p.9.

3 Lemos, 1925, p.38.

4 Lemos, 1926, p. 44.

5 V. S.P.I. – Relatório da IR1, 1920; 1924; 1927; 1928; 1929; 1930-31.

- expedições (correrias) com massacre de índios e aprisionamento de menores. Entre os atingidos estavam índios Arikemes, índios Iamá e índios isolados do rio Aripuanã;
- crimes bárbaros, como o esquartejamento de uma índia Apurinã em 1927;
- o esbulho de posses indígenas;
- maltratos a menores indígenas por missionários;
- militares e civis traficando crianças e adolescentes indígenas para trabalhar nos centros urbanos, principalmente em casas de família.

As notícias sobre a escravidão indígena e outras violências contra os índios estão dispersas pelos Relatórios anuais da IR1 da década de 20⁶.

A mediação da inspetoria junto à justiça e aos poderes estaduais nem sempre salvaguardou os índios, pois havia omissão, conivência e jogos de interesse voltados para as terras e o trabalho indígena.

A luta pela tutela

Bento de Lemos discordava da redação do artigo do Código Civil⁷ referente à tutela indígena, tendo enfrentado inúmeros problemas de “tutelas indevidas” emitidas por Juízes do Estado do Amazonas. No Relatório de 1919 da IR 1, o inspetor argumentou para a diretoria do SPI a respeito da tutela de menores índios:

“Esta Inspetoria, desde que começou a vigorar o Código Civil, tem sido, seriamente, embaraçada pelos juízes de órfãos do interior, que, interpretando a seu modo a lei civil, exorbitam indevidamente das suas atribuições, chegando ao ponto de dar tutores aos índios. (...)

Se, porém, é defeituosa a redação do § único do art. 6º do Código Civil, nem por isso se poderá justificar a intromissão de juízes locais na vida dos indígenas.

Com efeito, a lei deve ser interpretada de acordo com a moral, com os sãos princípios, e uma interpretação sã e lógica do dispositivo citado mostra qual foi o pensamento do legislador, que, de certo, não quis entregar os índios à proteção mais que duvidosa de juízes da roça, quase sempre ignorantes e dominados por influências estranhas e perniciosas.

Não é o sentimento de justiça que governa os juízes quando eles dão tutores aos selvagens. Acima ou abaixo desse sentimento, está o pedido do amigo, a injunção do chefe local, o interesse próprio.

Os índios são tutelados não porque isso seja justo, não porque sejam amados: são tutelados para servirem de fâmulos, escravos dos seus tutores.

Tutelados, vão os pequenos índios e as pequenas índias para as casas dos seus tutores (ou de qualquer outra pessoa), e ali, mal vestidos e pior alimentados, exigem-lhes serviços superiores às suas forças; e, quando já não podem suportar o martírio, sofrem o opróbrio que lhes lançam de *raça ruim*, sendo-lhes infringidos os mais duros e bárbaros castigos, em que o chicote representa o principal papel.

Que futuro esperam crianças que, em vez da escola, têm o desprezo, o sofrimento físico e moral?

⁶ SPI – Relatórios anuais da IR1, 1920, p. 8-11, 17-18; 1924, p. 36-40, 63-67; 1927, p. 85-87; 1928, p. 177-187; 1930-31, p. 233-243.

⁷ Lei nº 3.071, 01/01/1916, corrigida pela Lei nº 3.725, 15/01/1919, principalmente o art. 6º.

Contra esse instituto odioso, de tutelas a índios, não se cansa de protestar com veemência esta Inspetoria, todas as vezes que lhe chega a notícia de haver algum juiz praticado semelhante exorbitação. É verdade que alguns têm atendido aos reclamos dela. Mas outros, talvez mais por uma requintada vaidade, arrogam-se o direito de disporem a seu talante dos índios que eles julgam *adaptados à civilização*, baseados, como dizem, no citado § único do art. 6º do Código Civil. Urge, pois, uma medida, por parte do Poder Central, a fim de que faça cessar tão revoltante abuso.”⁸

Diferente da tutela estabelecida por juizes, a submissão de índios, notadamente menores, às famílias localizadas em centros urbanos, principalmente em Manaus, tinha a oposição de Bento de Lemos, pois muitos índios eram maltratados e levados à loucura, sendo abandonados e passando a vagar a esmo por Manaus, até serem encontrados pelos indigenistas, que os enviavam de volta aos postos indígenas de origem⁹.

Sobre a pacificação de “tribos indígenas”

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio identificava Rondon como o militar que havia se dedicado a “resolver” o “problema indígena”, definido como a necessidade de pacificação de “índios bravios”¹⁰. A “guerra contínua”¹¹ destes com os “civilizados” seria enfrentada em duas frentes, envolvendo as atividades do SPI e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas.

O processo de pacificação adotado pelo SPI era qualificado por seus diretores como excelente, de “absoluta eficácia”¹² diante de exemplos históricos. O SPI associava a pacificação com a sedentarização do indígena e o conseqüente avanço dos “civilizados”. Era a “abertura dos sertões à iniciativa dos particulares”, que transformava “em pouco tempo paragens selváticas em lugares beneficiados pela civilização”¹³.

O SPI fazia circular instruções internas gerais, orientando esta atividade, como detalhava normas para atração de determinados povos indígenas¹⁴. Todo o trabalho só seria eficaz se os índios distinguissem as turmas de atração do SPI daquelas dos seus inimigos. Alípio Bandeira tanto elaborou quanto aplicou tais normas no contato com índios Waimiri no rio Jauaperi (AM).

Uma das primeiras tarefas de Bento de Lemos no SPI foi a realização de expedições exploratórias, onde chegou a pacificar cerca de 700 índios Apurinã no rio Purus, criando com os índios o PI Seruiní que restaurou a “tranqüilidade” numa região “perturbada pelos índios”¹⁵ que reagiam a ataques e assassinatos contínuos por seringueiros. O corte de verbas do SPI, em 1914, instaurou uma crise nas atividades de atração e pacificação, não existindo recursos para a manutenção de índios recém pacificados, semeando-se, então, a descrença entre esses índios e abalando a atividade “fundamental” do órgão¹⁶.

A preocupação com a pacificação dos Parintintin levou Lemos a acreditar serem “os métodos de pacificação iguais para todas as tribos guerreiras” e que “quanto maior fôr o número de pessoas da expedição, aliás só aparentemente armadas, maior será a segurança no êxito, sem derramamento de sangue”¹⁷. Em 1925, o inspetor relacionou os

8 Lemos, 1921, p. 12 –14, grifos do original.

9 SPI – Relatórios anuais da LR1, 1920, p. 12-14, 38; 1924, p. 71-73; 1928, p. 188-191; 1929, p. 76-79.

10 SPI, 1918.

11 SPI, 1913.

12 SPI, 1918, p. 7.

13 SPI, 1918, p. 7-8.

14 Como ocorreu na região do rio Pardo (BA), quando o nível de detalhamento especificava até o uso de laços verde-amarelos nos brindes (SARQ/MI, filme 380, fot. 679-684).

15 SARQ/MI, filme 322, fot. 003.

16 SPI, 1914.

17 Lemos, 1921, p. 21-22.

postos indígenas que instalara em regiões de índios *hostis*, como o Alto Envira (AC) e os rios Madeirinha (MT), Guariba (MT) e Alto Aripuanã (AM)¹⁸. O objetivo era “velar pela segurança e pelo sossego dos selvícolas (sic), no seu *habitat*”¹⁹. Naquele momento, existiam no total 7 postos indígenas de atração²⁰.

A opção pelo posto indígena como instrumento central de pacificação é resultado das críticas internas às experiências de atração, que circulavam internamente ao SPI. No Relatório Anual da IR1, relativo a 1927, Lemos fez um balanço de quase duas décadas de práticas de atração, reavaliando sua concepção original:

“Pela experiência colhida na marcha dos serviços a cargo desta Inspetoria, chegamos à conclusão de que os postos indígenas constituem inegavelmente, o melhor – senão o único – meio de se chegar ao fim desejado, de pacificação, localização e proteção completa dos índios disseminados pelos nossos sertões. É que, tão perseguidos e massacrados têm sido esses nossos patrícios, a quem a cupidez e o impatriotismo dos abocanhadores de latifúndios tudo arranca – até o direito de guardarem uma nesga de selva para viver – que de outro modo não poderíamos nunca impor confiança, nem demonstrar os nossos intuitos de amizade e proteção para com eles.

A ineficiência do serviço de pacificação dos índios pelos condenáveis e inconseqüentes processos das ‘batidas’ e ‘expedições’, decorria exatamente do fato de não poderem os selvícolas (sic) distinguir os amigos que iam ao seu encontro com o propósito de trazê-los ao nosso convívio, de integrá-los à civilização, dos inimigos que os caçavam como a feras bravias, devastando-lhes os domínios, violando mulheres e roubando crianças, reproduzindo na floresta os excessos sanguinários dos hunos, coevos do barbarismo, sedentos de crime e de pilhagem.

Para eles, o ‘cariua’, o branco, quem quer que ele fosse, donde quer que viesse, era sempre um portador de desgraças para a sua nação; ia levar a guerra e o infortúnio às tribos, regressando logo após, sem deixar de sua passagem pelas matas outro vestígio senão sangue e maldição.

O estabelecimento dos postos indígenas foi a providência salutar, que operou a mudança completa desse estado de permanente hostilidade e desconfiança da parte dos selvagens para conosco, por isto que – pela disparidade das atitudes – puderam eles, a pouco e pouco, compreender a nossa missão, uma vez demonstrado, da nossa parte, que não visávamos a posse de suas terras e, mesmo atacados, nunca lhes fazíamos o menor dano”²¹.

A principal iniciativa de Lemos para a pacificação de um povo indígena foi dirigida aos índios Parintintin. No Relatório da IR1 de 1920 o inspetor fez um balanço da situação desses índios:

“Este é um caso que desde 1916 vem preocupando seriamente esta Inspetoria. Afim de estudá-lo, em junho de 1917 visitei alguns lugares em que me diziam

18 Lemos, 1925, p. 21.

19 Idem.

20 MAIC, Relatório anual, 1925.

21 Lemos, 1928, p. 1-2.

ser possível encontrarem-se esses índios, bem como outros pontos, donde, havia anos, tinham partido expedições para atacá-los (...)

Regressando a esta Cidade, escrevi uma longa carta ao então Diretor deste Serviço, na qual eu me propunha a tentar a pacificação desses índios, mediante a concessão de um crédito especial, que eu calculei em noventa contos (...)

Inúmeras batidas sofreu essa heróica tribo, sem entretanto se submeter, por parte de quase todos os proprietários de seringais situados naquele trecho do Madeira e do Gy-paraná, que para isso se serviram até de outros índios já mansos, como os Mundurucú e Mura.

Julgados inúteis todos os esforços que empregaram durante dezenas de anos, para a exterminação desses valentes guerreiros, tiveram aqueles proprietários de ceder, afinal, o passo a estes, deixando alguns dos mesmos proprietários, em completo abandono, os seringais que possuíam.

Daí para cá, começaram apenas a se registrar raras correrias, ligeiros ataques dos índios, e parece que tudo cessaria, se não viessem a entrar em cena os Pirarrães, habitantes do baixo Maici, afluente da margem esquerda do Marmelo. Esses Pirarrães tornaram-se inimigos dos Parintintin, e, sempre que o podem, não poupam a estes com suas flechas.

Há poucos dias, tive informações de que um grande grupo de Pirarrães teve contato sanguinolento com os Parintintin, resultando do combate a morte de um dos chefes Pirarrães, o Capitão Porfírio, além de outros índios; por sua vez, os Pirarrães levaram três índios menores como prisioneiros.

O momento, portanto, me parece o mais propício para tentar, por intermédio dos prisioneiros, as primeiras relações com os Parintintin.

Por outro lado, esta tentativa constituiria um ato de humanidade, restituindo à família Parintintin os seus filhos prisioneiros, como também, uma medida de ordem moral e de confiança em relação a tribo dos Pirarrães.

Além disso, se o resultado do tentamen for favorável, dando em consequência o início das relações com os citados índios, daí resultará a maior vitória que possa alcançar, para seu prestígio, o Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas, *ainda tão caluniado pelos descrentes de seus resultados práticos e benéficos para a ordem social.*

Assim considerando, resolvi tentar a empresa, certo de que terei todo o vosso apoio e auxílio.

Pretendo despachar por todo o começo do mês entrante pessoa de confiança para o local onde habitam os Pirarrães, para aí estabelecer um posto com os próprios Pirarrães, enquanto não me for possível seguir para tomar em pessoa a direção desse serviço.

Devo salientar-vos a necessidade, inadiável, da pacificação da mencionada tribo guerreira dos Parintintin, que está dia a dia se aniquilando, ameaçada de em breve desaparecer, como aconteceu com outras aqui, de que hoje só se tem a notícia da sua passagem”²².

22 Lemos, 1921, p. 21-23, grifos meus.

Entretanto, Lemos não conseguiu assumir essa empreitada, tendo que encarregar para isso em 1921 o etnólogo Curt Nimuendaju, então funcionário do SPI, de quem se tornaria amigo²³. Aperfeiçoando os métodos de atração adotados por Rondon, Nimuendaju conseguiu o primeiro contato pacífico com um grupo de Parintintin em 1922. A falta de recursos afastou Nimuendaju das atividades de pacificação em 1923. Os trabalhadores de sua equipe mantiveram essas atividades, instalando novos postos de atração e procurando contato com outros grupos Parintintin. Em pouco tempo de contato, os Parintintin dos rios Maici e Ipixuna já freqüentavam as escolas dos postos indígenas aprendendo ofícios.

Em 1928, Lemos fez um balanço do que ocorrera até então.

Para o inspetor, os Parintintin estavam “satisfeitos” com os trabalhos realizados pelo SPI na pacificação do grupo, pois compreendiam as vantagens de viverem sob a proteção e assistência dos Postos Indígenas, onde os agentes não deixavam os índios serem molestados.

A “civilização” dos Parintintin era promovida através do ensino de atividades econômicas e na educação formal de ofícios. Lemos observou que os índios já levantavam barracas para morar, abandonando o regime de habitações coletivas, enquanto as crianças aprendiam com facilidade canções patrióticas.

O sistema de ensino defendido pelo inspetor após a pacificação, não devia afastar o “moço indígena, bruscamente, de seu habitat”. Devia prendê-lo à terra e “aos de sua raça, para que, futuramente possa conscientemente cooperar na grande obra de desbravamento do vasto hinterland brasileiro e promover o progresso da região que habita”²⁴.

Os Parintintin do Posto Indígena Ipixuna, por exemplo, aprendiam a escrever, cantar hinos, fazer ginástica sueca e jogar futebol.

Lemos via o SPI eficiente na educação patriótica e almejava estabelecer patronatos agrícolas-profissionais como internatos em regiões de muita população indígena. Isso para evitar que o “elemento viril da raça” viesse a “envenenar o caráter nos vícios que a civilização cultiva nos centros de sua atividade máxima, transformando os moços em peralvilhos inúteis à grandeza da pátria”²⁵ e que os índios fossem tomados “por um estado de alma que reflete a dolorosa nostalgia da terra nativa”²⁶. A criação do patronato agrícola entre os Parintintin seria a conseqüência, na pacificação, do encerramento das hostilidades entre as diversas hordas com a conseqüente fraternização de tuxauas.

23 Nimuendaju, 2000; Schroeder, 1995.

24 Lemos, 1929, p. 26.

25 Lemos, 1929, p. 7

26 Ibid., p. 8.

As terras dos índios

A Constituição republicana de 1891 estabeleceu no art. 64 que pertenciam

“aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”¹.

Omissa quanto aos direitos indígenas, foi essa regulamentação sobre terras devolutas que circunscreveu toda a política do SPI no tocante ao uso e posse das terras dos índios. Controlada pelos interesses políticos e econômicos regionais, a competência sobre negociações e transferências de terras devolutas – entre elas as terras habitadas por índios – foi fortalecida nos governos estaduais em detrimento dos interesses territoriais indígenas, definidos nos decretos nº 8.072 (1910) e nº 5.484 (1928). Discutindo a situação histórica das terras indígenas no direito constitucional brasileiro, o advogado Aurélio Wander Bastos sintetizou essa realidade ao afirmar que

“toda a jurisprudência brasileira que sucedeu à Constituição de 1891 formou-se sobre a discussão da competência dos estados federados para transferir a terceiros terras devolutas ou áreas de interesse público; como não poderia deixar de ser, devido à localização geográfica dos silvícolas, com efeito sobre as terras de seu tradicional *habitat*”².

Sem o peso de um dispositivo constitucional, o Regulamento do SPI no que se refere às terras dos índios³ estabelecia no Art. 2º que no geral a assistência aos índios teria

“por objeto (...)
§ 2º garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se contiver, entretanto em acordo com os governos locais, sempre que for necessário;
§ 3º pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente;
(...)”

1 Almeida, 1961, p. 128.
2 Bastos, 1985, p. 88.
3 Dec. nº 8.072, 20/06/1910

§ 12º promover, sempre que fôr possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados;

§ 13º promover a mudança de certas tribos, quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes⁴;

4 Oliveira, 1947, p. 93-94.

5 Ibid., p. 95.

6 A lei nº 1.114 autorizava o governo “a aforar ou vender, na conformidade da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, os terrenos pertencentes às antigas Missões e Aldeias dos Índios, que estiverem abandonados, cedendo todavia a parte que julgar suficiente para a cultura dos que neles ainda permanecerem, e os requererem” (Cunha, 1992, p. 257).

7 “Art. 1. – Fica o Governador do Estado autorizado a conceder, como posses imemoriais havidas por ocupação primária, todas as terras possuídas atualmente por índios selvagens ou semi-civilizados, para seu domicílio e aproveitamento.

Art. 2. – A área de cada seção será correspondente ao número de famílias ou pessoas da tribo a que ela for feita e ao destino agrícola ou pastoril, conforme a qualidade da terra.

Art. 3. – O Governador do Estado, por um Regulamento especial, fixará o processo para efetuar tais concessões, que deverão ser promovidas por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios, ou da autoridade ou repartição que tiver a seu cargo zelar os interesses dos índios, caso extinto aquele serviço do Governo Federal.

Art. 4 – Essas terras uma vez concedidas serão consideradas, para todos os efeitos, como de domicílio particular sendo, porém, inalienáveis.

Art. 5. – Ficam desde já reservadas, sob o regime da presente Lei:

a) Para domicílio e aproveitamento dos índios Macuxis e Jaricunas, aí estabelecidos com pequena agricultura e criação de gado, a região compreendida entre os rios Surumu e Cotingo, e as serras Mairary e Conopiáepim, no município de Boa Vista do Rio Branco.

b) As terras situadas no município de Lábrea, entre os rios Seruiní e Sepatení, limitados a montante e jusante, respectivamente, por picadas que serão traçadas desde os campos superiores do rio Seruiní até o rio Sepatiní e de um ponto fronteiro à foz do igarapé Mixiri, no rio Seruiní ao rio Sepatení.

c) As terras situadas a cinquenta (50) quilômetros a jusante das cachoeiras até alcançarem estas, em ambas as margens do rio Jauaperi, no município de Moura.

Art. 6. – A medição e demarcação destas concessões deverá ser efetuada pelo governo da União, dentro do prazo de (3) anos, da promulgação da presente Lei.

Art. 7. – Desta concessão ficam também excluídas todas as terras já concedidas pelo Estado, com as que estejam ocupadas e cultivadas por quaisquer pessoas que nas mesmas tenham residência habitual e cultura efetiva

Art. 8 – Revogam-se as disposições em contrário.”

8 Lemos, 1921, p. 15.

9 Idem.

Esse Regulamento procurou detalhar no Capítulo II – “das terras ocupadas por índios” – as iniciativas e tramitações políticas necessárias à garantia das posses indígenas⁵. O MAIC deveria procurar acordos com governos estaduais e municipais para legalizar as terras então ocupadas pelos índios, obtendo terras devolutas para as povoações indígenas e confirmar as terras concedidas aos índios pela lei nº 1.114 de 27 de setembro de 1860⁶. Foram previstas as etapas de medição, demarcação, elaboração da planta e memorial de cada terreno que os índios deveriam usufruir e jamais alienar.

Desde a instalação da IR1, o SPI conseguiu criar um número variável de unidades de assistência aos índios, os chamados postos indígenas. Em 1913, eram seis, em 1914, dez e em 1915, sete, sem qualquer garantia de posse de terras indígenas. Quando Bento de Lemos assumiu interinamente a IR1 em 1916, eram apenas três, respectivamente o PI Jauaperi, o PI Abacaxis e a Fazenda São Marcos. Diante da reivindicação de terras para os índios pela IR1, em 16 de outubro de 1917, o governador do Estado do Amazonas, Dr. Pedro de Alcântara Baccellar, sancionou a Lei nº. 941⁷ em que o governo estadual concedia a posse imemorial das terras possuídas atualmente por índios selvagens ou “semi-civilizados”. A definição da área a ser demarcada dependia do número de indivíduos habitantes e o destino econômico da terra (agrícola, pastoril). Cabia ao SPI seguir o regulamento estabelecido pelo governo estadual para a concessão das terras. Essas posses eram inalienáveis, devendo as demarcações serem efetuadas em três anos. De início o governo estadual reservava terras para os índios Macuxi e Jaricuna, no Rio Branco; Apurinã, no rio Seruiní e Waimiri, no rio Jauaperi.

Nos anos seguintes, a falta de recursos no âmbito do SPI impediu a plena implementação da lei. Em 1920, a legislação estadual do Amazonas sobre terras indígenas favorecia a ação da IR1. No relatório desse ano, Bento de Lemos fez um balanço das atividades de “medição” e “demarcação” de terras até então realizadas. A Assembléia Legislativa havia votado, em 24 de setembro de 1920, a Lei nº 1053 sancionada pelo governador, prorrogando por três anos os prazos para medições e demarcações determinadas pela Lei nº 941. O inspetor argumentava que o prazo era curto para a inspetoria garantir as “inúmeras propriedades indígenas do Estado”⁸, tendo então que concentrar suas “preocupações” nessas tarefas. A IR havia conseguido garantir

“onze tratos de terras, sendo nove nos rios Autaz-Açú e Autaz-Mirim, um no rio Seruiní, onde se encontra o posto, e o último no alto Rio Branco, entre os rios Surumú e Cotingo, região esta aurífera e onde pretende fundar uma colônia de índios”⁹.

Lemos tinha esperança de ainda reservar terras para os índios do rio Jauaperi naquele ano. Como o preço da castanha estava elevado, prepostos de políticos e altos funcioná-

rios estaduais avançaram sobre os castanhais nativos, cujas terras eram requeridas ou invadidas em todos os recantos da Amazônia, causando ameaças, conflitos, expulsões e maltratos de índios.

Sem funcionários, o inspetor contratou um profissional para demarcar as terras dos índios pago com a produção de castanha indígena. Em correspondência ao governador, Lemos solicitou autorização para demarcar 22 pequenos lotes de terras de índios, quase todas Mundurucu, que seriam compradas ao governo estadual da mesma forma que eram vendidas aos particulares, obtendo o despacho favorável de aquisição de apenas cinco delas.

Com autorização do governo estadual, Lemos organizou os trabalhos de medição e demarcação das áreas reservadas pela Lei nº. 941. Seguindo as formalidades técnicas e processuais impostas pelo regulamento de terras do Estado do Amazonas, o ajudante Dagoberto de Castro e Silva realizou os trabalhos de campo, mas o título das terras foi negado pelo novo governador. Logo a Lei nº. 941 foi revogada pela Assembléia Legislativa amazonense, que promulgou uma nova lei sobre as posses indígenas. A Lei nº. 1.144, de 20 de abril de 1922, decretava que o governo estadual concederia a famílias ou tribos indígenas área de terra para domicílio e aproveitamento econômico¹⁰.

A partir dessa Lei que permitia interpretações ambíguas, Lemos voltou a lutar pelo reconhecimento dos trabalhos do auxiliar Dagoberto Silva, tendo o novo interventor, no Amazonas, concedido o título da posse, entre os rios Surumu e Cotingo, baseando-se ainda na Lei nº.941. Lemos ainda passou toda a década de 20 defendendo as fazendas nacionais do Rio Branco de inúmeros invasores¹¹.

Era grande o número de aventureiros que invadiam com violência as aldeias para explorar os castanhais indígenas em 1924. Na tentativa de obter os títulos de propriedade dessas terras, usavam denominações falsas nos requerimentos enquanto expulsavam os habitantes da região, como aconteceu com os índios Mura dos rios Maturá e Uruá. Os que eram protegidos pelo governo estadual e parentes de políticos conseguiam as terras, mesmo com a oposição da inspetoria, chegando a levar tais pendências a juízo federal. Alguns delegados do SPI combatiam as invasões com o apoio vacilante da polícia que também deixava muitas posses indígenas nas mãos dos espoliadores, pois não havia verba federal suficiente para demarcar e legalizar essas terras¹².

Ainda em 1924, Lemos fez o recenseamento das posses indígenas nos municípios de Manicoré (21 posses), Maués (58 posses), Itacoatiara (quatro posses), Coari (uma posse), Borba (55 posses), Manaus (uma posse) e Fonte Boa (12 posses). Neste ano, havia conseguido medir e demarcar 11 posses indígenas, a maioria com títulos reconhecidos pelo Estado também em 1924.

Enquanto as invasões e violências nas terras indígenas continuavam em 1927, principalmente nos rios Maturá e Jauaperi, o deputado estadual Alexandre Leal tentou revogar a Lei nº 1.144 (1922) e garantir terras para os índios Pirahã, mas seu projeto foi vetado e as terras desses índios concedidas ao seringalista Manoel Neves. Lemos ainda argumentou que havia um relatório da expedição do Engenheiro Emanuel Amarante ao rio Maici, localizando os “domicílios indígenas”, e que a Constituição, então em vigor (1891, art. 83), amparava a posse imemorial dos índios, mas foi ignorado pelo governador que concedeu o título da terra ao seringalista¹³.

10 Lei nº 1.144, 20/04/1922 :
“Art. 1. Fica revogada a lei nº 941, de 16 de outubro de 1917.
Art. 2. O Governador do Estado concederá às famílias ou tribos indígenas a área de terra, que a seu critério julgar conveniente para domicílio e aproveitamento dessas famílias ou tribos, conforme o destino agrícola ou pastoril que for dado a essas terras.
§ Único Desta concessão serão excluídas as terras que já tenham sido concedidas pelo estado, e as que já estiverem ocupadas e cultivadas por qualquer pessoa, com residência habitual e cultura efetiva.
Art. 3. Os interessados pela concessão dessas terras promoverão perante o executivo do Estado o respectivo processo, que obedecerá ao que for determinado no Regulamento da Repartição de Terra do Estado.
Art. 4. Revogam-se as disposições em contrário.”
11 Veja-se o memorial dirigido em 1926 ao procurador geral da república sobre a questão da Fazenda Nacional São Marcos.
12 Lemos, 1925.
13 Lemos, 1927.

Na avaliação das terras indígenas realizada no Relatório da IR1 de 1928, Bento de Lemos concluiu que

“a Lei Estadual nº 1144 de 20 de abril de 1922 criou (...) uma situação especial para os índios, decorrendo daí a dispensa de formalidades que perdem a sua significação uma vez que não se trata de expedição de título definitivo sobre as terras ocupadas, mas de simples concessão, de simples reserva, pois que, ao domínio do Estado, voltarão essas mesmas terras, uma vez que os índios se retirem ou que se extingam as tribos nelas domiciliadas”¹⁴.

Lemos queria reforçar a posição da Inspetoria frente às contestações efetuadas pelo Governo do Amazonas. Para isso agia administrativamente, mandando proceder às medições e demarcações de terras indígenas (isto é, lotes e/ou posses), para depois requerer o título ao Estado, onde era quase sempre bloqueado. A Secretaria Geral do Estado do Amazonas desejava que Lemos e a IR1 seguissem os trâmites referentes às compras de terras devolutas do Estado. A IR1 deveria abrir processos para obter títulos de concessão de terras aos índios. Entretanto, como os demarcadores de terras designados pelo Estado sempre adotavam atitudes lesivas aos índios, a IR não encontrava solução na esfera administrativa, tendo sempre que recorrer ao Judiciário. Inúmeras delegações indígenas iam de canoa a Manaus protestar contra os procedimentos desses demarcadores¹⁵.

Bento de Lemos tentava aliar as diretrizes da lei nº 1.144, que autorizava “o Governo do Estado a conceder às famílias ou tribos indígenas a área de terra que a seu critério julgar conveniente para o domicílio e aproveitamento dessas famílias”¹⁶, às determinações do Decreto nº 5.484, art. 10º, que falava do entendimento dos Governos Estaduais com o SPI para a concessão de terras para os índios¹⁷.

A disputa pela posse das terras dos Pirahã continuou em 1929, confrontando mandados de um juiz federal (a favor) e de um juiz estadual (contra os índios), definindo-se o Supremo Tribunal de Justiça do Amazonas pelos direitos indígenas à posse¹⁸.

No último relatório que produziu à frente da IR 1, Lemos reiterou o que ocorrera durante sua gestão naquela inspetoria: o cotidiano de perseguições e violências contra os índios, invasão de terras, roubo da produção comercial indígena, privilégios a seringalistas e comerciantes e omissão dos poderes estaduais frente à realidade indígena¹⁹.

14 Lemos, 1929, p. 158.

15 Lemos, 1929, p. 153.

16 Lemos, 1929, p. 167

17 Este decreto permitia a passagem para o MAIC das terras do patrimônio nacional “julgadas necessárias” (Oliveira, 1947, p. 133) ao SPI, autorizando ainda a permuta de terras com particulares e a cessão de terras devolutas dos Estados para a União (ibid., p. 132-133).

18 Lemos, 1930.

19 Lemos, 1932.

Práticas indigenistas na Amazônia

A institucionalização da IR1 foi produto de um dos principais ideólogos do SPI, o tenente Alípio Bandeira. Autor das normas de ação do Serviço, ideólogo da legislação tutelar que vigorou a partir de 1928, Bandeira não teve dificuldade para estabelecer as rotinas de funcionamento da IR1. Entretanto, devido às suas próprias especificidades, como a necessidade de viagens constantes de inspeção e exploração, o SPI sempre dependeu da formação e iniciativa de seus agentes para se impor num campo onde se disputava o controle dos povos indígenas.

A rotina administrativa de Bento de Lemos

A instauração de um regime que subordinava os índios a uma rotina administrativa, voltada para os processos pedagógicos de “civilização” dessas populações, impunha antes de tudo o treinamento e orientação dos quadros funcionais quanto aos objetivos do projeto do SPI. Os auxiliares de campo necessitavam ser recrutados dentro da perspectiva de adotarem as práticas e as idéias difundidas pelo órgão indigenista.

Entre os inspetores e a direção do SPI, circulava ampla correspondência que avaliava as condutas adotadas nas frentes de atração e nos postos indígenas de forma a se estabelecer um padrão de ação legítimo para os indigenistas. A correspondência interna ao SPI permitia o estabelecimento de uma rede de relações de poder voltada para a consolidação de compromissos e alianças institucionais. As cartas produzidas por Bento de Lemos fazem parte desse esforço de articulação e posicionamento.

Selecionamos, dentre a vasta correspondência de Bento de Lemos, três cartas reveladoras das intervenções que valorizava. Em todos os Relatórios anuais da IR1, Lemos não deixava de polemizar, seja com quem fosse, a respeito dos “interesses” indígenas. As cartas selecionadas espelham essas polêmicas e abrangem críticas à Imprensa e até a possíveis omissões do General Rondon frente à IR1, numa carta que Bento de Lemos escreveu ao então diretor do SPI, Luiz Bueno Horta Barbosa (1920). Entretanto, em outra carta, Lemos recompôs sua visão idealizadora do General.

Em ordem cronológica, são estas as cartas:

1. Carta dirigida ao diretor do jornal “O tempo”, em 07/01/17, onde o inspetor da IR1 Bento de Lemos contestou os termos de um artigo sobre o ataque que índios Kaxinawá teriam feito ao lugar Santa Rosa no Alto Purus. Segundo o indigenista, os índios viviam em situação aflitiva,

“absolutamente deslocados de suas malocas devido as batidas e perseguições de toda sorte que os mesmos têm sofrido por parte dos seringueiros. Daí as hostilidades entre aqueles e estes (...) é sempre em justa represália que o índio ataca o civilizado, isto no Alto Purus como em toda a parte, principalmente nas zonas de seringais, onde o índio, não tendo mais hoje aldeamentos, por terem sido estes arrancados e queimados por exploradores de seringais e cauchais, vive miseravelmente espalhado, em pequenos grupos, sem roça, sem abrigo, sujeito a toda sorte de privações. E para qualquer lado que o mesmo se vire e em que queira definitivamente se estabelecer, aparece sempre um proprietário, um posseiro da terra procurada, que o ameaça de expulsão, quando outro mal maior não lhe fazem”¹.

2. Carta dirigida ao diretor do SPI:

“Manaus, 3 de Dezembro de 1920. Prezado chefe e amigo Dr. Horta Barbosa. Tenho presente a vossa última carta de 28 de Outubro que respondo. Realmente é muito justa a admissão de crianças, sobretudo filhos de pobres civilizados, na escola de S. Marcos. Mas essa escola, que é mantida por aquela fazenda, dispõe de poucos recursos para que lhe possa ser dado maior desenvolvimento com a aceitação de alunos em número avultado.

É ela um internato, que foi fundado, especialmente para o recolhimento das crianças índias, de pais ou parentes desconhecidos, tomados de civilizados. Atualmente há 31 alunos, isto é, mais um além do número que fixei para este ano, que era de 30. Bem vontade tenho de aumentar o número, mas infelizmente a renda da fazenda tem sido quase nenhuma, de modo que é com grande esforço que alimento, visto e calço esses alunos. Nestas condições, torna-se, por enquanto, impossível a aceitação de civilizados, pois isto viria prejudicar o índio, que teria de aguardar vaga. (...) Para Arikemes é que não pretendo mais mandar nenhuma criança que for tomada de civilizados, pois tenho sido infeliz com tal remessa já havendo morrido ali duas que daqui mandei, aliás inteligentíssimas e de boa índole. Estou atualmente dirigindo minhas vistas para o Seruiní, onde, além do clima ser muito melhor e a região não ser faminta como é a de Arikemes, os serviços estão melhor organizados, podendo portanto ser ali estabelecido um internato para índios menores, quase que nas mesmas condições do de S. Marcos. Sobre escola, penso que já vos disse o suficiente para a vossa orientação. (...) Reservei este ano para R. Miranda [posto indígena Rodolfo Miranda] a importância de vinte e cinco contos, contando com o auxílio da Comissão Rondon, que faltou. Ao contrário, parece, como vereis pela nota inclusa, que a Inspetoria é que está auxiliando essa Comissão, fornecendo-lhe milho a \$400 o litro em troca de gêneros vendidos por preços elevadíssimos, de comerciante ganancioso. Este ano a Inspetoria ainda não logrou um mínimo auxílio da referida Comissão, não obstante os reiterados e insistentes pedidos meus nesse sentido. Se se der um balanço sobre os favores materiais reciprocamente prestados, a Inspetoria terá saldo e não pequeno. As máquinas que

1 SARQ/MI, microfilme 31, 07/01/1917.

para ali seguirem ainda não foram montadas, estando apenas armadas e isto por falta de dinheiro para compra de cimento para a construção das bases e para pagamento ao operário que tiver de fazer o serviço. Não estão por isso trabalhando e creio que tão cedo não trabalharão porque não sei donde possa tirar dinheiro para pagamento de operários, pelo menos de um mecânico. No começo do ano, por ordem do General Rondon, mandei admitir um mecânico, que conservei até Agosto último, na esperança de que teria algum auxílio, pelo menos que chegasse para esse pagamento. Atualmente nenhum operário ali existe, a não ser trabalhadores de enxadas, pois, antes do mecânico, já eu havia dispensado, embora contra a vontade do General Rondon, o carpinteiro, sapateiro e mestre de culturas, que nada faziam. (...) É preciso repetir o que já vos disse anteriormente: Quando a Inspeção recebeu o Posto R. Miranda, em fins de Junho do ano passado, não havia nele um pé sequer de jerimum, quanto mais outras culturas, cuja plantação exige alguma despesa. E se não fosse a falta do auxílio prometido, certo ele estaria em outras condições. Entretanto, o que ali existe hoje, crede, está muito acima do que existia ontem, quando se gastava anualmente cem contos de reis não sei em que, pois nenhum vestígio foi encontrado de semelhantes gastos. Voltando à fazenda S. Marcos, tenho a vos dizer que não foi possível se fazer a venda dos bois neste ano. Não apareceu no local ninguém, apesar do grande interesse que tomou o Calvet para que os compradores de gados vissem os bois da fazenda. Não quiseram ver, para não serem obrigados a oferecer o preço ali. Mas ofereceram-me aqui o preço de 60\$000 a cabeça. Vi nisto um roubo que queriam fazer ao Governo e corri com eles. Essa não venda de bois neste ano me veio embaraçar seriamente, pois estava contando retirar do respectivo produto alguma coisa para R. Miranda, cuja verba já está arrebatada. Não sei agora como eu sairei deste cipoal. (...) Fechando aqui esta minha já longa conversa, peço-vos que aceiteis a segurança do meu reconhecimento pela vossa honrosa amizade, de envolta com os votos que faço pela vossa felicidade pessoal. Do amigo mtº. obrgº. (a) Bento Lemos.”²

3. Carta dirigida ao General Rondon:

“Manaus, 29 de Julho de 1922. Prezado chefe e amigo Snr. General Rondon: Respeitosas saudações. Confirmando o meu radiotelegrama de 24 do mês recém-findo, renovo o pedido que nele vos fiz relativamente à obtenção de um crédito especial para o custeio dos serviços de pacificação dos “Parintintins”.

Sei que a minha insistência se vai tornando importuna, mas, se insisto é porque reconheço que o vosso elevado patriotismo e a vossa extrema abnegação sempre brilharam ao lado da causa dos nossos selvícolas (sic).

A minha situação é a mais dificultosa possível, pois me vi forçado a assumir grandes responsabilidades financeiras com a manutenção do Posto de pacificação dos “Parintintins”, precisamente no período em que as despesas da Inspeção aumentaram com a criação de novos postos de Proteção.

² SARQ/MI, filme 31, plan. 377.

O crédito orçamentário deste ano, que eu esperava fosse aumentado para manter o equilíbrio entre a receita e a despesa da Inspetoria, forçou-me à adoção de medidas vexatórias, como a redução do pessoal dos postos de pacificação, que ocasionou a suspensão de serviços valiosos que haviam sido iniciados em fins do ano passado. Quase todos esses postos ficaram apenas com o respectivo encarregado, lavrando assim o desânimo no seio dos colonos pobres que, com o auxílio da verba flagelados, foram localizados com suas famílias, ainda naquele ano, nos estabelecimentos indígenas.

A minha maior preocupação, entretanto, é o caso da pacificação dos “Parintintins”. Se, a despeito dos esforços do ilustre amigo, o Congresso não votar um crédito especial, com urgência, ver-me-ei na dura contingência de suspender esse empreendimento importante, que está preocupando o espírito dos nossos habitantes e alcançando os mais belos triunfos, por isso que os índios já chegaram à fala com o pessoal do posto, permutando objetos pessoalmente.

Com a suspensão, pois, do serviço teríamos um grave desastre, porque o seu reencetamento seria difícil, acarretando, além disso, despesas vultuosíssimas.

Trata-se, portanto, de evitar o fracasso de uma obra humanitária e patriótica, cuja realização depende apenas da boa vontade do Congresso, porque estou certo de que, dispondo de recursos, chegaremos ao fim colimado, entregando à civilização uma tribo heróica e digna, que pode prestar relevantíssimos serviços à nossa Pátria.

Junto a esta tenho a honra de vos remeter dois exemplares do “Jornal do Commercio”, enfeixando notícias sobre os últimos episódios que se deram entre os “Parintintins” e o pessoal do posto.

Por elas vereis que o serviço de pacificação dos nossos aborígenes tomou agora uma feição notável, que não deixa dúvida o êxito do nosso *desideratum*.

Confiante na vossa nunca desmentida benemerência, desde já agradeço o que fizerdes em amparo do meu apelo.

Com os meus votos de felicidades, subscrevo-me vosso amigo e admirador muito grato Bento Lemos.”³

O uso intensivo de correspondências pessoais buscava instaurar um procedimento de demanda de favores como criar um espaço de crítica entre as diferentes instâncias administrativas⁴. Essa personalização de relações era a principal característica de funcionamento do SPI nas primeiras décadas de existência. Se auxiliava na correção mútua de rumos e estimulava novas iniciativas, também não deixava de ficar preso a canais hierárquicos para a resolução de problemas.

As normas de ação para os delegados do SPI

Logo após assumir a chefia da 1ª IR (1916), Bento de Lemos estabeleceu normas estritas para a atuação dos delegados do SPI, função criada pelo inspetor Alípio Bandeira em 1911. Embora se tratasse de cargo honorífico, sem remuneração, os delegados eram

³ SARQ/MI, filme 389, fot. 0887 a 0889.

⁴ Viana, 1995.

identificados como “funcionários”. Os vinte artigos que sintetizavam as “instruções”, mereceram uma edição impressa no Rio de Janeiro em 1919 (v. Anexo documental). A parte mais significativa se referia ao trabalho indígena, à garantia de liberdade e boas condições para sua realização, impedindo-se atitudes coatoras. Nos artigos, Lemos procurou sintetizar o âmbito da ação protecionista: garantir direitos, terras, manter relações, punir crimes, fiscalizar e impedir desrespeito aos índios.

Em 1916, Lemos contava com apenas três delegados na sua jurisdição. Ao fim de sua gestão, em 1930, eram 52, espalhados por quase todas as regiões abrangidas pela 1ª IR⁵.

Em 1913, quando era auxiliar da IR1, Lemos enfrentou um massacre de 33 índios Apurinã com a ajuda do seringalista e coronel da Guarda Nacional João de Barros V. da Silveira. Na ocasião, foi outorgado o título de delegado de índios a Silveira⁶. Enquanto representante da IR1 junto aos índios do rio Purus, Silveira foi acionado por Lemos, em 1918, para impedir o tráfico naval clandestino de índios para Manaus e Belém do Pará. Em 1928, Silveira fez publicar um folheto em que defendia a ação da IR1 nos postos indígenas do rio Purus, contra os ataques do jornal “A Noite”, da Capital Federal⁷. Ao contrário de Silveira, a maioria dos delegados do SPI era inoperante para defender os interesses indígenas, como reconheceu Lemos no final da década de 20⁸.

A ação indigenista no Amazonas

Nos Relatórios anuais da IR1, é possível se perceber um Bento de Lemos mais crítico da ação do SPI do que no texto das “Alegações de Defesa” que integra o relatório da Comissão de Inquérito na IR1. Isso não impedia a propaganda das ações do Serviço. Como exemplo, no Relatório anual de 1928, Bento de Lemos afirmava que o SPI

“superiormente dirigido, como vem sendo até agora, está operando, gradativamente, a integração de uma raça no gozo de direitos e prerrogativas que o egoísmo de uma civilização mal orientada, intransigentemente, insiste em negar-lhe, considerando o índio apenas um tipo intermediário entre a fera e o homem, incapaz de adaptação ao convívio de seus semelhantes.”⁹

Além da má compreensão das autoridades, as ambições de muitos particulares levaram à hostilização de índios e à difamação e perseguição de funcionários “devotados até o sacrifício pela causa que todos abraçamos”¹⁰.

Segundo o inspetor, até a edição do Decreto nº 5.484, as Procuradorias da República no Amazonas e em outros Estados olhavam com descaso as questões indígenas. Burocratas agiam contra os índios através de medidas e atos violentos estimulados por administradores estaduais. Os direitos dos índios – principalmente a posse de terras e riquezas naturais – quase sempre eram negados pelas autoridades.

Lemos acreditava que o Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, não satisfazia a ação indigenista do ponto de vista da assistência judiciária. Descontente com o fato de que a minuta do Decreto nº 5.484 estava nos arquivos da Câmara dos Deputados desde 1914, sem qualquer providência, Lemos encaminhou à Diretoria do SPI, no dia 28 de maio de

5 Lima, 1995

6 Silveira, 1928.

7 Sobre a relação de Silveira com Lemos, veja-se Schiel, 1999, p. 88-93; 2004, p. 101-107.

8 Lemos, 1929; 1930; 1932.

9 Lemos, 1929, p. 01

10 Lemos, 1929, p. 02.

1928, um projeto de lei propondo a criação da *Curadoria Federal dos Índios*. A minuta da proposta, endossada por Lemos, era de autoria do auxiliar da IR Francisco Pereira da Silva.

A Curadoria seria instalada em cada Estado onde o SPI atuasse e sua necessidade se justificava “pela ausência de legislação acauteladora dos direitos e interesses dos selvícolas (sic) e que desse maior amplitude à ação dos Inspetores de índios”¹¹. Na exposição de motivos que apresentava o projeto, o inspetor assim se expressou:

“os selvícolas (sic) continuam sem a menor assistência judiciária. Debalde os inspetores de índios imploram aos Procuradores da República para que dêem andamento às causas em que são os índios interessados”¹².

A proposta, em síntese, era dar competência aos “Curadores Federais dos Índios” de: a) promover a punição de qualquer crime cometido por civilizados contra índios de qualquer categoria; b) intentar ações para a defesa dos bens, propriedades e direitos possessórios dos índios; c) protestar perante autoridades estaduais e municipais contra qualquer ato de violência que alcance os índios ou os funcionários do SPI; d) requerer habeas-corpus para índios e/ou funcionários do SPI, toda vez que ocorrer privação de direitos. Os curadores ainda poderiam ser penalizados pelo SPI caso se recusassem a cumprir suas tarefas.

Logo após o envio do projeto da Curadoria Federal dos Índios à Diretoria do SPI, a lei nº 5.484 foi votada e sancionada pelo Congresso Nacional. Lemos acatou suas determinações, passando a mediar as relações de trabalho dos índios e efetuando o registro civil dessas populações.

11 Lemos, 1929, p. 146.

12 Lemos, 1929, p. 147.

O ataque ao SPI: a Revolução de 1930 e a Comissão de Inquérito na Inspetoria do Amazonas e Acre (IR1)

Após a Revolução de 30, o interventor federal no Estado do Amazonas, Dr. Álvaro Maia, nomeou em 1931¹ uma Comissão de Inquérito para examinar denúncias contra as atividades desenvolvidas pela Inspetoria do SPI no Amazonas e Acre.

Ao ser cientificado do fato, Bento de Lemos opôs-se à instalação da Comissão no âmbito da IR1, pois havia recebido ordem do Ministro do Trabalho, encaminhada pela direção do SPI, para contestar esse tipo de iniciativa. O interventor federal agia baseado em radiograma de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, autorizando a abertura de inquéritos nas repartições federais. Inicialmente, Lemos tentou reagir, afirmando que só à força consentiria no inquérito. Depois, de forma relutante e sob protesto, permitiu que o militar que representava o interventor instaurasse o inquérito na sede da inspetoria.

A Comissão de Inquérito inaugurou os trabalhos de investigação enviando para diversas autoridades do Estado o seguinte questionário:

1. Existiriam “tribos verdadeiras” no Amazonas segundo a legislação em vigor?
2. Onde estariam localizadas essas tribos?
3. Quais eram os agrupamentos indígenas constituídos e instalados pelo SPI?
4. Houve alguma celebração de contratos com cessão de terras aos índios?
5. Haveria algum contrato ou acordo entre o MAIC e o Estado do Amazonas para a cessão de terras aos índios?
6. Nos contratos firmados, as exigências oficiais foram cumpridas?
7. Pede detalhamento das exigências e de seu cumprimento;
8. Existe algum acordo entre o governo federal e o estadual para a pacificação de tribos?
9. A inspetoria cumpriria as determinações do decreto nº 5.484 relativas a bens e rendas dos castanhais indígenas?
10. Indaga o motivo das lanchas e maquinários da inspetoria estarem no Purus;
11. Existiriam processos de demarcação na repartição estadual de terras?

O inquérito produziu cinco volumes de documentos e fotos. Nos dois primeiros volumes, consta o relatório final da Comissão e o detalhamento das investigações, dividido em três blocos: no primeiro, é analisada a documentação da inspetoria; no segundo, são reproduzidas as denúncias e inquéritos municipais; no último, são detalhadas as questões de terras que envolviam as atividades da IR1.

A Comissão de Inquérito encontrou vários problemas na escrituração da inspetoria, achando os livros de registros (de índios, brindes, faturas, etc.) incompletos. Não havia

1 Ato nº 193, de 21/01/1931. O relatório final da Comissão, apresentado ao interventor federal em 08/04/1931, foi assinado por Manoel Dias Barros, Cesário C. Prado, Demétrio Hermes de Araújo, José Frota de Menezes Costa e Augusto Medeiros.

prestação de contas de suprimentos enviados a postos indígenas, cujos servidores eram acusados de dilapidar o patrimônio público e comercializar produtos oriundos das áreas indígenas. O SPI não colocava os índios para trabalhar, procurando diminuir os encargos do governo, o que só ocorria na colheita da castanha-do-pará. Os recursos aí obtidos não eram escriturados da mesma forma que os bens dos índios. As terras não eram bem aproveitadas devido, principalmente, à falta de cultura e preparo dos inspetores e chefes de PIs. Um exemplo seria a Fazenda Nacional São Marcos, onde não havia prosperidade das terras e do gado.

O livro de registro de índios relacionava apenas 2.090 índios sendo atendidos pelo SPI, dos quais 967 nos municípios de Manaus, Itacoatiara e Borba. A Comissão acusou o inspetor de registrar como índio qualquer indivíduo, o que seria demonstrado pelos nomes arrolados, de civilizados. Assim, quem os tornaria índios seria o registro civil da inspetoria, da mesma forma que era de praxe intimar pessoas a permanecerem nos aldeamentos. Não haveria índios nas circunvizinhanças de Manaus, só no interior das matas, desconhecendo o SPI e seus direitos.

Perante a Comissão de Inquérito foram realizadas muitas denúncias e reclamações sobre as intervenções do SPI. O comerciante Edgard Penha, explorador de castanhais no rio Jauaperi a partir de 1922, contestava a existência de índios naquele rio. Penha afirmava que a IR1 desrespeitou o decreto nº 941, não demarcando as terras aí estipuladas para os índios, e que Bento de Lemos agia sempre “no seu proverbial afã de catequizar castanhais para descobrir índios”². O PI seria uma casa comercial “que não paga imposto de espécie alguma”³ e a IR1, “zombando de todos os governos passados, implantou-se no Amazonas como um Estado dentro de outro”⁴. O comerciante exigia também a prisão do chefe do PI no rio Jauaperi, acusado de chefiar a matança de 12 extratores de castanha na área do SPI.

A Comissão de Inquérito distribuiu questionários para diversos distritos do interior do Amazonas, onde deveriam ser ouvidos em diferentes pontos moradores e testemunhas da presença indígena. Surgiram diferentes denúncias contra os servidores do SPI, inclusive os delegados não remunerados que impediriam o acesso de particulares a lotes de terras com castanhais já requeridos à diretoria de terras do Estado do Amazonas⁵. No distrito de Abacaxis, no município de Borba, mais de 100 moradores produziram um abaixo-assinado para que o encarregado do SPI fosse

“banido a bem da moral, decência e tranquilidade, para longe (bem longe) deste distrito ou das nossas vistas esta nojenta criatura que com os seus incomparáveis procedimentos, tem levado o povo desta zona em sobressaltos com roubos, crimes e más imputações a pessoas honestas que não lhe ligam a menor importância”⁶.

Um comerciante que morava na região do Lago do Sampaio, do Miguel e da Josefa há 17 anos

“nunca conheceu verdadeiros selvícolas (sic), pois os moradores dali, se bem que descendem de Muras, há muito tempo que estão civilizados, só falam a

2 Comissão de Inquérito na IR1 do SPI, v. 1, fls. 73v.

3 Ibid., fls. 74.

4 Idem.

5 Ibid., fls. 179 a 184; fls. 311, 313.

6 Ibid., fls. 309 a 310.

língua portuguesa, muitos deles sabem ler e escrever, tiram ladainha em latim, marcam contra-dança em francês e gostam muito de tocar rabeca” ⁷.

O encarregado do SPI na região queria que os moradores fossem índios “à força” com “o efeito de só vender a ele a farinha, castanha, pirarucu ou outro qualquer gênero” ⁸.

Além de documentos remetidos por moradores, a Comissão recebia ofícios de prefeitos e respostas de pequenos inquéritos realizados por juízes municipais. O prefeito de Borba, Sérgio Pessoa Filho, achava que a IR1,

“com o maior desrespeito à propriedade particular, nem a menor atenção às leis do Estado e ao princípio constitucional que lhe assegura o domínio das terras devolutas compreendidas no seu território, ordenava demarcações de tratos imensos, designando profissionais que compõem o quadro de sua secretaria para os serviços de campo, expulsando de suas velhas posses cidadãos que as herdaram de seus pais, desrespeitando títulos definitivos e praticando outros atos que, em qualquer outra parte do território nacional, provocariam reações imediatas, quer dos poderes públicos protegendo o patrimônio do Estado, quer de particulares na defesa de sua propriedade” ⁹.

Integrando uma pequena comissão de investigação municipal, o prefeito teria levantado inúmeros casos de ameaças a indivíduos que não queriam ser identificados como índios. No seu entendimento, a inspetoria

“à falta de selvícolas (sic) e, quiçá, para justificar sua *indébita intervenção na vida do Estado e a própria existência de seus problemáticos serviços*, ao em vez de recrutar o índio para a civilização, recruta o já civilizado para o índio, cataloga-o, registra-o, designa-lhe a tribo, empurra-o para a maloca pelo processo sumário dos recenseamentos, chegando-se, assim, por este método confuso e arbitrário, à conclusão de que o caboclo do Amazonas não evolui, mas involui” ¹⁰.

Os juízes municipais responderam de diferentes formas à Comissão de Inquérito. O juiz do município de Manicoré cuja sede era distante do rio Maici, onde habitavam índios Pirahã, Matauini e Parintintin, pouco pôde informar à Comissão. Já o juiz de Borba, Renato Augusto da Matta, constituiu uma nova comissão de inquérito no âmbito municipal para responder ao inquérito estadual. A Comissão Municipal se deslocou para várias localidades, procurando identificar os “aldeamentos” indígenas. Durante os trabalhos, 22 indivíduos prestaram depoimentos, entre moradores, encarregados da IR1, capitães de aldeamentos, delegados do SPI na área e subdelegados policiais.

Ao falar do “aldeamento” do Cunhã, o juiz sintetizou algumas opiniões sobre o inquérito:

“o tão falado aldeamento do Cunhã, pode-se dizer sem receio de contestação

⁷ Ibid., fls. 241.

⁸ Ibid., fls. 242.

⁹ Ibid., fls. 299.

¹⁰ Ibid., fls. 299v. (grifos meus).

que não tem existência. Chamar-se aldeamento a uma barraca que serve de residência ao encarregado da Inspetoria e a outras – palhoças – que lhe ficam bem distanciadas, é fugir à expressão da palavra e faltar à mais elementar verdade. Nesta zona, como em todas as regiões ribeirinhas do interior do Amazonas, vive um punhado dos seus habitantes, provavelmente descendentes de índios, mas que já não se lhes pode aplicar semelhante epíteto, pois na sua maioria falam correntemente o português, alguns sabem ler e escrever e de há muito vivem em promiscuidade com os civilizados”¹¹.

O juiz encontrou nas outras povoações visitadas (Laranjal, Laguinho) essas mesmas características. Respondeu, então, aos quesitos oficiais afirmando que:

- não havia “verdadeiros selvícolas (sic) nas zonas por eles habitadas ou conhecidas e que não se pode chamar de selvícolas (sic) verdadeiros aos caboclos que vivem promiscuamente com civilizado” ¹².
- “os núcleos ou povoações que são chamados de aldeamentos pela inspetoria, não foram por esta constituídos nem instalados” ¹³.
- Os encarregados do SPI comercializavam a safra de castanha, segundo alguns para evitar comerciantes inescrupulosos, como regatões.

No inquérito na zona do rio Autaz, o juiz ainda ouviu o seguinte depoimento de Odo-rico Ferreira Chaves, delegado de índios:

” ‘Que desde 1923 que foi nomeado delegado dos índios nesta região do Autaz, do município de Borba, entretanto, nunca recebeu nenhuma gratificação da Inspetoria nem fornecimentos de qualquer gênero, nem mesmo medicamentos; que dos minguados recursos de que dispõe tem servido aos índios’; neste ponto perguntei-lhe o que entendia por índio e tive a seguinte resposta: – ‘que são os caboclos nativos, se bem que já cruzados, mas são os que vivem mais precisados que os outros’, e ainda declarou ‘que já tem pedido demissão do cargo mas a Inspetoria não tem querido lhe dar’ ” ¹⁴.

Não era incomum a Inspetoria estar envolvida em denúncias feitas por um delegado do SPI contra outro. O conflito de interesses entre Odo-rico Chaves, delegado de índios no rio Autaz, e o coronel Augusto Costa, ambos delegados do SPI no Baixo rio Madeira, foi revelado durante o inquérito.

Sobre todos esses assuntos, a Comissão de Inquérito Estadual concluiu que:

1. A IR1 não regularizava sua escrituração administrativa;
2. As dotações orçamentárias não eram regularmente registradas;
3. A IR1 privilegiava o registro de índios em certos locais;
4. Os gastos das dotações orçamentárias não eram devidamente controlados;
5. A IR1 instalava preferencialmente os novos postos indígenas em terrenos de castanhais;
6. Não haveria índios nos municípios de Manaus, Itacoatiara, Borba e Manicoré: “os indivíduos como tal qualificados são tipos civilizados que se utilizam de favores da

¹¹ Ibid., fls. 276v e 277.

¹² Ibid., fls. 278v.

¹³ Ibid., fls. 279.

¹⁴ Ibid., fls. 280.

inspetoria (títulos de índios) para gozarem da impunidade que as leis dispensam aos verdadeiros índios”¹⁵;

7. Os comerciantes do Amazonas eram prejudicados por delegados e encarregados de índios que faziam comércio clandestino da castanha;

8. A IR1 localizaria os postos indígenas em castanhais, reivindicando, por exemplo, 32 terrenos no município de Borba;

9. As terras dos postos indígenas não eram utilizadas para atingir as finalidades do SPI;

10. A IR1 deixa terras abandonadas e arrenda áreas dos PIs;

11. Particulares utilizariam as embarcações do SPI;

12. A Fazenda São Marcos tinha listproblemas de escrituração de suas atividades;

13. Constantes doenças atacavam o rebanho da fazenda São Marcos pois o SPI não possuía técnicos em pecuária;

14. Ocorreram muitas contradições nos depoimentos dos servidores da IR à Comissão;

15. Os objetivos do governo eram desvirtuados pela IR1,

“não tratando como é de seu dever do selecionamento por categorias dos verdadeiros selvícolas (sic), não cuidando da criação de núcleos agropastoris onde possa concentrar aqueles que já tenham chegado a um grau de aperfeiçoamento”¹⁶;

16. A IR1 não dava “emprego devido aos bens de índios, seus frutos e rendimentos”¹⁷.

Em suma, a Comissão determinou que Bento de Lemos devia ser responsabilizado por irregularidades levantadas durante o inquérito. No processo judicial, a questão dos conflitos fundiários mereceu um grande destaque, amplificando denúncias e revelando motivações em disputa. A Comissão de Inquérito justificou o destaque pelas “inúmeras pendências a essa questão”¹⁸.

O quadro era de conflito aberto entre indivíduos que requeriam terras ao Estado e mandavam demarcar e as terras de índios dispersas pelos rios, lagos e igarapés da Amazônia. Estas terras estariam sob domínio da IR1 porque eram “aldeamentos de índios”, mas a Comissão, baseando-se na legislação, contesta esse “título hábil”¹⁹, afirmando que os regulamentos do SPI podiam se prestar a interpretações ambíguas. Entretanto, haveria também “dispositivos claros e taxativos”²⁰ que não permitiriam iniciativas arbitrárias. Na interpretação da Comissão, a IR1 ignorava normatizações estaduais, os seus empregados demarcando extensas

“zonas de terra (...) onde às vezes só há dois ou três indivíduos por ela registrados como índios, como se dá no Lago do Sampaio, cujas terras não são empregadas no fim indicado pelos regulamentos federais e estaduais”²¹.

Os postos indígenas e os aldeamentos seriam criados nas zonas de castanhais

“onde são geralmente reunidos e registrados como índios nativos, os civilizados e naturais de outros Estados, que sob a proteção do encarregado dos postos e aldeamentos, provocam desordens e conflitos durante a colheita da castanha”²².

15 Ibid., fls. 34.

16 Ibid., fls. 36.

17 Ibid., fls. 37.

18 Ibid., fls. 38.

19 Ibid., fls. 39.

20 Idem.

21 Ibid., fls. 40.

22 Idem.

Para a Comissão, esses indivíduos “por sua natureza, índole e grau de civilização (...) não podem ser tidos como índios”²³. O que importava era denunciar a intervenção do governo federal no âmbito do governo estadual. A IR1 era um dos focos de conflitos entre esses poderes, segundo a Comissão era mesmo “*um Estado dentro do Estado, em que é autoridade absoluta, dividindo a seu arbítrio os municípios em lotes os quais entrega à administração de seus prepostos*”²⁴.

A inspetoria ignoraria as normas estaduais sobre terras devolutas, atingindo posseiros antigos, proprietários e desbravadores do sertão amazonense que tinham “direitos adquiridos”²⁵. A Comissão acusava a IR1 de ter aumentado a criação de lotes quando a castanha-do-pará começou a ser valorizada, ao invés de criar centros agrícolas como estabelecia a legislação federal. Isto seria um dos motivos que levou o legislativo amazonense a revogar as leis que beneficiavam os índios. Essas leis – nº 914 (1917) e nº 1.053 (1920) – teriam sido aprovadas por interesse e negociação da IR1, mas, como as demarcações previstas não haviam sido realizadas, foram revogadas pela lei nº 1.144 (20/3/1922).

Para a Comissão, os lotes concedidos aos índios pela IR1 não estariam legalizados, não constando da escrituração da repartição de terras. No levantamento realizado durante o inquérito, constava a seguinte situação:

- Terras obtidas pela IR1: 762.427.314m²;
- Demarcadas irregularmente: 120.733.175m²;
- Terras pretendidas pela IR1: 1.021.250.000m²;
- Total de terras reivindicadas para os índios: 2.023.410.489m² (v. anexo).²⁶

A IR1 não respeitaria o Regulamento de Terras em vigor no Estado do Amazonas desde 1926 (Decreto nº 79, 31/12/1926). Segundo a Comissão, o importante era adaptar o “verdadeiro selvícola (sic) à vida social”²⁷, deixando a pacificação e civilização dos índios nas mãos de religiosos.

Sobre as terras dos índios definidas pelas intervenções da IR1, a Comissão concluiu que:

1. A inspetoria do SPI ignorou todos os regulamentos de terras do Estado do Amazonas (Dec. nº 644, 01/12/1903; Lei nº 786, 28/10/1914; Dec. nº 1.169, 04/11/1916; Dec. nº 79, 31/12/1926);
2. As terras obtidas não foram aplicadas às finalidades oficiais (indústria agrícola e pastoril);
3. As terras eram utilizadas apenas para a coleta de castanha-do-pará;
4. Essas terras tinham que ser revistas a partir do regulamento de terras;
5. Os índios se apossavam de terras onde haveriam sítios particulares (por exemplo, Laranjal);
6. São civilizados a maioria dos indivíduos registrados como índios nos municípios de Manaus, Itacoatiara e Borba;
7. Haveriam índios civilizados no PI Maháua (rio Jauaperi) e semi-selvagens no Alto rio Alalaú;
8. Um seringalista – ao mesmo tempo comerciante, delegado do SPI, policial e juiz de casamentos – deteria os terrenos dos índios do rio Seruiní;
9. Os profissionais que demarcaram as terras dos índios não estavam habilitados para isso.

23 Idem.

24 Ibid., fls. 40-41, grifos meus.

25 Ibid., fls. 41.

26 Este é o total apresentado pela comissão de Inquérito. Entretanto, a soma dos itens anteriores é de 1.904.410.489m²

27 Ibid., fls. 48.

A Comissão de Inquérito na IR1 na visão de Bento de Lemos

“Que valor pode ter esse inquérito, em que são chamados a depor pessoas incompatíveis, por serem patrões escravizadores dos índios, inimigos, portanto, do Serviço de Proteção, que lhes opõe sérios obstáculos aos seus desmandos”¹.

Enquanto o Relatório da Comissão de Inquérito trazia inúmeros depoimentos sobre a ação do SPI na Amazônia, o inspetor Bento de Lemos, nas suas “Alegações de Defesa”², procurou denunciar os indivíduos que foram ouvidos pela Comissão. Segundo Lemos, todos ou eram “inimigos” dos índios ou de servidores do SPI. Para justificar sua posição de constante confronto com os membros da Comissão de Inquérito, Lemos arrolou histórias pessoais de alguns dos depoentes, entre eles:

Edgard Penha: ex-serventuário do SPI junto aos índios Atroari, passou a perseguir esses índios por cobiçar suas terras e os castanhais que aí existiam. Penha envolveu-se em confrontos sangrentos com esses índios (1926), invadiu suas terras e assaltou embarcações indígenas, além de perseguir o chefe do Posto Indígena da área desde 1928.

Joaquim Pessoa Sobrinho: quis se apossar das terras dos índios Mundurucu desde 1914, tendo se apoderado de uma criança indígena, em 1925, tornando-se inimigo pessoal de Bento de Lemos.

Luiz José Soares: perseguiu e torturou índios para forçá-los a abandonar as terras que ambicionava.

Além desses, Bento de Lemos denunciou os depoentes que eram “inimigos declarados” dos índios e do SPI. Para o inspetor, houve irregularidades no inquérito, pois em muitos municípios não foram ouvidos os delegados do SPI e os chefes de postos indígenas. Por outro lado, se o inquérito pretendia apenas apurar as responsabilidades do inspetor-chefe da IR1, isto é, se houve crime funcional, ele foi efetuado. Segundo Lemos,

“do princípio ao fim absolutamente sem minha assistência, necessária, não só em face do dispositivo constitucional invocado, como também para esclarecer pontos que, por isso, ficaram obscuros”³.

Embora Bento de Lemos não fale disso, o contexto “imediato” da Revolução de 30 havia sido prejudicial ao SPI e a seus agentes.

A identidade indígena

A Comissão de Inquérito instaurada para investigar as atividades do SPI no Amazonas e Acre indagou junto a juizes, prefeitos e outras autoridades se existiam “verdadeiros selvícolas (sic), (...) nos termos da legislação vigente e do Código Civil”⁴, e qual a sua localização.

1 Autos do Inquérito, fls. 1116v.

2 Autos do Inquérito referente à IR1 do SPI, v. 3.

3 Lemos, 1931, p. 01.

4 Lemos, 1931, p. 18

O Decreto nº 5.484, de 1928, estabeleceu um capítulo específico relativo ao registro civil dos índios. Segundo Lemos, tal registro, na IR1, foi iniciado apenas em 1929, pois havia muita dificuldade no acesso às aldeias, além do fato “de ser o índio refratário ao recenseamento, escusando-se, as mais das vezes, a dar o número exato dos habitantes desses lugares e a declarar o dos membros de sua família”⁵.

Com “sommas enormes de trabalhos e sacrifícios” e “um grande esforço dos encarregados dos postos”, o inspetor apresentou o que havia sido levantado em dois anos de “custo da obra censitária, especialmente entre gente rude, como é o índio”⁶.

Entretanto, a Comissão de Inquérito censurou-o, atribuindo-lhe “desídia no cumprimento dos deveres do cargo de inspetor, no tocante ao assentamento dos aborígenes amazonenses”⁷. A Inspetoria teria apresentado à Comissão uma relação de 2090 índios “espalhados pelos diversos postos, povoações e aldeamentos indígenas”⁸, mas no livro de registro só constariam os nomes de 967 índios dos municípios de Manaus, Itacoatiara e Borba, ignorando-se, por exemplo, os índios do Jauaperi, assistidos pela Inspetoria.

Lemos reconhecia que o censo estava mais adiantado naqueles municípios por estarem mais próximos da sede da Inspetoria. A repartição ainda continuaria a arrolar no livro de registro o nome dos restantes até completar os 2090 índios identificados numa população estimada em 200 mil indígenas no Amazonas, Acre e Norte de Mato Grosso.

A Comissão de Inquérito fez observações que o inspetor classificou de “infantis”, relativas ao fato dos índios registrados nos municípios de Borba, Itacoatiara e Manaus apresentarem nomes e sobrenomes “só de uso dos verdadeiros civilizados”⁹. Lemos alegou junto à Comissão que os índios conservavam junto à sua tribo seu nome indígena, mas costumavam adotar

“nas suas relações com o dito civilizado, o nome das pessoas com as quais simpatizam, antepondo-o ao da sua tribo, que lhes fica como sobrenome. Nem por isso, entretanto, deixam de permanecer índios, na tecnologia da lei. Só ao juízo da Comissão é que esse fato poderá desnaturar o selvícola (sic)”¹⁰.

A Comissão de Inquérito se contradizia, afirmando que não negava “em absoluto a existência de índios no vasto hinterland amazonense”¹¹. De sua parte, Lemos reiterava que inúmeros habitantes dos municípios de Manaus, Itacoatiara e Borba eram

“de fato selvícolas (sic) autênticos, embora já não mais andem nus, nem de arco e flecha, e se exprimam, posto que com imperfeições, no idioma pátrio, como sabe todo o mundo que ali reside, ou por lá tem passado, e queira dar o seu testemunho (...). Tais índios, habitantes dos referidos municípios, são das tribos Mura e Mundurucu”¹².

O inspetor contestou que a IR1 concedesse “título de índio” a quem quer que fosse, tendo utilizado a classificação dos índios estabelecida no art. 1º do Decreto nº 5.484 para classificar os índios da Amazônia da seguinte forma:

5 Ibid., p. 28.
6 Ibid., p. 29.
7 Ibid., p. 28.
8 Ibid., p. 28.
9 Ibid., p. 40.
10 Ibid., p. 41.
11 Idem.
12 Ibid., p. 50.

“Não existindo, entre nós, povoações indígenas, nem centros agrícolas, os nossos índios ou são nômades como os parintintins, os aparandês, os pirahãs, paíns, odiahuves, etc., no município de Manicoré, ou aldeados ou arranchados, como os Muras, nos municípios de Manaus e Itacoatiara, e Mundurucus no município de Borba”¹³.

O inspetor omitiu que a 4ª categoria de índios abrangia tanto os índios pertencentes a centros agrícolas como os que viviam “promiscuamente com civilizados”¹⁴. Embora aldeados (2ª categoria), os índios dos municípios periféricos a Manaus poderiam também “viver promiscuamente com civilizados” (4ª categoria). Ambígua, a legislação de 1928 podia deixar o índio da 4ª categoria sujeito “como qualquer cidadão, ao regime comum de direito”¹⁵. Lemos defendia todos os índios aldeados como “índios autênticos”¹⁶.

Segundo o inspetor, o que ocorreu no aldeamento do Laranjal, no município de Borba, contextualizava essa disputa:

“o referido local sempre foi habitado pelos índios, sendo que Militino de Souza e Silva, antigo índio da tribo Mundurucu, hoje civilizado, exercendo presentemente o cargo de delegado da IR ali, receoso de que terceiros se apoderassem das terras de Laranjal, requereu-as ao Governo, em seu próprio nome, mas para habitação dos índios”¹⁷ (Na área do aldeamento, o SPI criou em 1928 o Posto Indígena, pois Militino já havia requerido as terras desde 1925).

Para confrontar as observações da Comissão sobre a existência ou não de índios no Amazonas, Lemos expôs suas idéias sobre a civilização dos índios:

“Como brasileiro, afirmo-o com vera sinceridade, eu me sentiria sobremodo orgulhoso e satisfeito se, de fato, não existissem mais índios no Amazonas ou noutros pontos do país. Seria o fato justo motivo de ufanía para todos nós filhos desta grande nação sul-americana, que poderia dizer, altisonantemente, aos demais povos do universo que o Brasil era um país de civilizados, onde mesmo os homens das selvas se encontravam adaptados à civilização.

E a mim, particularmente, só razões sobriariam para inextinguível contentamento, pela co-participação que tivera, no exercício do cargo de Inspetor do SPI no Amazonas e Acre, nessa obra maravilhosa e benemérita de adaptação dos nossos irmãos das matas, – algumas de cujas tribos infelizmente ainda não totalmente pacificadas, tantos esforços e sacrifícios nos tem custado, a mim e aos meus dignos e dedicados auxiliares – que já vai a caminho de felizes resultados e promissor triunfo. Julgar-me-ia gratamente compensado das canseiras, do devotamento, do interesse e do sincero amor com que teria contribuído para a conquista enobrecedora, a que hei dedicado a melhor das minhas energias. Mas – custa dizê-lo e o faço com grande e profundo pesar! – a civilização ainda está longe, por múltiplas causas, de atingir a todos os índios espalhados pelos mais recuados centros da gleba amazônica.

13 Ibid., p. 52 -53.

14 Oliveira, 1947, p. 131.

15 Ibid., p. 137.

16 Lemos, 1931, p. 60.

17 Ibid., p. 59

O livro de registro da Inspetoria acusa elevado número de aborígenes existentes neste Estado, dentre os que até agora foi possível recensear, havendo outros, em não menor número, com os quais a Inspetoria não pode ainda entrar em entendimento. No seu arquivo, encontram-se documentos, de irrecusável fidelidade, entre os quais as relações fornecidas pelos encarregados de postos e delegados da Inspetoria, dos quais se constata a existência desses autóctones, muitos deles ainda em estado de completa barbárie, refratários ao contato com a civilização, em zonas longínquas, ainda não perlustradas pelo homem civilizado”¹⁸.

Bento de Lemos e as terras dos índios

Nas suas Alegações de Defesa à Comissão de Inquérito no SPI, após arrolar as regras legais referentes às terras indígenas que constavam do Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911 (Regulamento do SPI) e do Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928 (Regulava a situação dos índios nascidos no território nacional), Lemos afirmou que qualquer providência “nelas estabelecidas incumbia ao Governo Federal – e não ao inspetor do Serviço – promovê-las”¹⁹.

Conforme Lemos, o Governo Federal não agiu não só porque

“não fora habilitado pelo Congresso Nacional com as precisas dotações orçamentárias para a fundação das Povoações Indígenas e Centros Agrícolas (...) como, principalmente, não julgou, pelo menos em relação ao Amazonas e Acre, oportunas e necessárias as aludidas fundações”²⁰.

Nas Alegações de Defesa, Lemos enfatizou que os índios do Amazonas não possuíam terras doadas pelo Governo Estadual, nem por terceiros, e que sequer puderam alegar *usucapião* sobre as terras em que moravam, devido à decisão, do Supremo Tribunal Federal, sobre as terras devolutas dos Estados – a ocupação trintenária, por qualquer pessoa, não efetivava o *usucapião*.

Segundo Lemos, as terras que os índios ocupavam não podiam ser consideradas *bens*, pois o Governo Estadual lhes reservou poucos lotes de terras enquanto neles continuassem habitando. Era, como afirmou, uma ocupação “a título precário”, até porque o art. 10 do Decreto nº 5.484, de 1928, estabeleceu que o Governo Federal promoveria a

“cessão *gratuita para o domínio da União* das terras devolutas pertencentes aos Estados, que se acharem ocupadas por índios, bem como a das terras das extintas aldeias, que foram transferidas às antigas Províncias pela lei de 20 de outubro de 1887”²¹.

Até 1931, isto não teria ocorrido no Amazonas e as poucas ocupações indígenas foram criticadas pelos integrantes da Comissão de Inquérito por terem “extensão excessiva ao fim indicado nos papéis a elas referentes”²².

18 Ibid., p. 19 -20.

19 Lemos, 1931, p. 23.

20 Idem.

21 Oliveira, 1947, p. 133, grifos do original.

22 Lemos, 1931, p. 59.

Lemos teria se esforçado perante o poder público regional para assegurar aos índios o domínio das terras que habitavam, mas o que ocorreu com os Mundurucu era exemplo geral – havia interesse em que esses índios do município de Borba não tivessem sua situação territorial regularizada para que qualquer interessado pudesse se apossar de suas terras. Assim, teriam sido inúteis os esforços de Lemos para obter para os índios o domínio de suas terras²³.

Bento de Lemos se identificava como “o maior e mais invencível estorvo às pretensões de assalto às terras indígenas”²⁴. Lemos acusou o presidente da Comissão de Inquérito, agrimensor Manoel Dias Barroso, de tentar demarcar para particulares as terras indígenas, principalmente as terras Mundurucu, no que teria sido impedido pela Inspetoria do SPI. Um dos depoentes contra a Inspetoria tentou demarcar para o filho um lote de terras no igarapé Caiaué, ocupado pelos índios Mundurucu. Da mesma forma, a Comissão havia arrolado “falsos protestos” de proprietários dos rios Seruiní e Tuiní, no Purus, afirmando que o SPI instalava “aldeamentos” em suas terras.

Bento de Lemos contestou duas afirmações da Comissão de Inquérito referentes ao uso das terras indígenas. Na primeira, a Comissão afirmava que

“grande parte destes aldeamentos são localizados em terrenos demarcados, muitos dos quais com títulos expedidos há muitos anos, ali foram instalados posteriormente à ocupação e demarcação, sendo *quase todos* TERRENOS DE CASTANHAIS”. A expressão está mal construída gramaticalmente; porém, o que se depreende é que a comissão quis dizer, mentindo, que muitos dos aldeamentos foram instalados – não pela Inspetoria, que não funda aldeamentos, mas pelos próprios índios – em terrenos demarcados por terceiros, com títulos definitivos expedidos em favor destes, posteriormente à sua demarcação e ocupação, sendo quase todos esses lugares “terrenos de castanhais”.

Lendo-se esse imbróglio lingüístico, uma indagação ocorre ao espírito do investigador: se essas terras já se achavam ocupadas, quando os aldeamentos lá se localizaram, que fizeram os que deles tinham a posse e o domínio? cruzaram os braços? deixaram-se espoliar pelos índios? submeteram-se, passiva e pacificamente, ao esbulho?

Não constam, até hoje, nem no arquivo da Inspetoria, nem nos da Secretaria do Estado, protestos ou reclamações dos ocupantes daqueles terrenos contra o assalto dos selvícolas (sic). Nem mesmo nos jornais da cidade ainda apareceu queixa alguma dos prejudicados contra a ocupação dos autóctones.

Tudo isso desmente a insidiosa objurgatória da comissão”²⁵.

Na Segunda, também vê falsidade na Comissão, quando aquela

“assevera que ‘causa admiração ver-se que os rios Canumã, Abacaxis e Marimari, que nos áureos tempos da borracha eram prósperas zonas, concorrendo com grande coeficientes de rendas para o Estado, se vejam hoje reduzidos a simples condição de “malocas de índios”.

23 Lemos, 1931.

24 Lemos, 1931, p. 58.

25 Lemos, 1931, p. 35, grifos do original.

Para as citadas “prósperas zonas” nunca houve “áureos tempos”, nem jamais elas concorreram com “grande” ou pequeno “coeficiente de rendas para o Estado” – isso pela razão explicável e conhecida de quantos por ali andaram de que nunca houve borracha ou caucho nos rios Canumã, Abacaxis e Marimari, que eram lugares abandonados por civilizados e somente habitados pelos índios Mundurucus. Em 1911, quando, a serviço da Inspetoria, efetuei uma viagem àquela região, encontrei ditas paragens, na quase totalidade da sua extensão, despovoadas. Os selvícolas (sic), porém, livres da cobiça dos aventureiros, que não ligavam importância àquelas terras, viviam tranquilos e felizes, na monotonia da sua existência rude. Os castanhais que existem nos referidos lugares – porque o produto, naqueles tempos, nada valia, mercantilmente, não despertava a ganância dos ditos aventureiros; e não valiam a pena as arrancadas, que depois se levaram a efeito, contra os pobres aborígenes! Só mais tarde, há cerca de uns dez anos para cá, devido ao preço que os mercados começaram a dar à castanha – cujo hectolitro se elevou a cotações fabulosas, obtendo preço maior de cem mil réis, – é que Canumã, Abacaxis e Marimari entraram a preocupar a atenção dos exploradores, numa promessa de fartos proventos”²⁶.

Lemos insistiu na sua defesa ao falar das terras indígenas e explicou o motivo:

“Quem conhece o sistema de vida no interior deste Estado sabe que são comuns e eternas as questões sobre terras, mesmo entre os chamados civilizados. Os anais policiais registram, de longa data, inúmeros casos, mesmo de homicídios, produzidos pelas nominadas questões de terras. E um chefe de polícia já houve que disse, tratando do fato, em relatório apresentado ao Governo do Estado, que somente um meio se lhe afigurava eficiente a evitá-los, impedindo os constantes assaltos, invasões e esbulhos: ‘montar o Estado, em cada setor em que termina uma posse e começa outra, destacamentos armados e artilhados!’”²⁷.

Sobre a Inspetoria e os delegados do SPI

Nas Alegações de Defesa elaboradas em 1931, Bento de Lemos procurou sintetizar em algumas rubricas sua avaliação da ação do SPI na área abrangida pela IR1. Na sua interpretação,

“A Inspetoria, devo dizer, não funda povoações, nem aldeamentos indígenas: instala apenas postos, nos lugares em que a população de índios exige esses estabelecimentos, para o custeio dos quais o orçamento da União consigna as respectivas verbas. Esses postos são dirigidos por encarregados, subordinados à Inspetoria, e com esta mantêm copiosa correspondência, enviando-lhe mensalmente os respectivos balancetes e relatórios parciais, além do relatório anual, que abrange o respectivo movimento, numa resenha geral de todos os seus serviços”²⁸.

²⁶ Lemos, 1931, p. 36, grifos do original.

²⁷ Aditamento às razões de defesa, fls. 1.097-1098.

²⁸ Lemos, 1931, p. 32.

Lemos tinha uma visão dos delegados do SPI estritamente propagandística:

“Os delegados, cargos não remunerados e meramente honoríficos, são apenas representados antes da Inspetoria, em lugares onde não há estabelecimentos mantidos por esta, para os efeitos de vigiar pelos índios, zelando pela defesa de suas vidas, liberdade e propriedades. Criação do primeiro Inspetor no Amazonas, Coronel Alípio Bandeira, com a qual visou interessar pessoas respeitáveis e de influência nas zonas ocupadas pelos selvícolas (sic) em favor destes, teve esse grande e incansável paladino da Causa Indígena a satisfação de ver que as Inspetorias de outros Estados adotaram igual medida, de evidente e real vantagem à defesa indígena”²⁹.

Segundo o inspetor, os delegados não estabeleciam comércio com os índios. Entretanto, no Relatório anual da 1ª IR, em 1928, o inspetor identificou os delegados do SPI no Território do Acre como representantes de interesses opostos aos índios. Eram então seringalistas, comerciantes, burocratas que só defendiam os índios quando seus interesses pessoais não fossem prejudicados³⁰.

O trabalho indígena

Lemos sabia que muitos aldeamentos na Amazônia tinham existência secular, eram auto-sustentados. Os índios só procuravam a inspetoria diante de ameaças de escravidão ou espoliação de suas terras.

Os índios que viviam nos postos eram estimulados aos trabalhos agrícolas “e no preparo da inteligência”³¹. Havia o ensino das primeiras letras e de ofícios – técnicos, industriais, agrícolas – que permitiam a produção indígena de alimentos para seu consumo. A pequena produção não permitia o acúmulo de bens, nem a venda de produtos no mercado regional. Vestimentas, instrumentos diversos, medicamentos e outros gêneros alimentícios eram fornecidos pela inspetoria.

Lemos discordava que os castanhais das áreas indígenas dessem lucro – segundo o inspetor o que havia era assalto, esbulho e pilhagem do produto. Apenas a castanha colhida em três postos indígenas (Jauaperi, Maici e Laranjal) era vendida em Manaus, utilizando a inspetoria o dinheiro arrecadado para a compra de mercadorias de interesse dos índios, adotando o inspetor um embrião de “renda indígena” que se tornaria a principal característica econômica do SPI a partir dos anos 40.

Dessa forma, as acusações da Comissão desvirtuavam “a verdade clara e patente, com o fim de restabelecer a sua anterior condição de senhores do braço indígena e dar a mais plena liberdade aos seus atos de despotismo”³².

29 Lemos, 1931, p. 32.

30 Lemos, 1929.

31 Lemos, 1931, p. 37.

32 Autos do Inquérito, fls. 1116v.

Os índios da Amazônia na documentação fotográfica da IR1/SPI

“as inúmeras fotografias que (...) ofereço – estereotipia flagrante, que reproduz a materialidade dos fatos, expressa na sua nudez e exata nos aspectos que reflete – testificam, de seu lado, os serviços materiais realizados pela Inspetoria, em favor dos índios, desde a sua instalação até os nossos dias”¹.

No início do século XX, as atividades indigenistas eram divulgadas nos centros urbanos pelos jornais de metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo. A defesa de posições favoráveis ou contrárias às políticas públicas havia encontrado na fotografia uma aliada de peso (Freire, 2005). Contando com vários fotógrafos ao longo de sua existência, a Comissão Rondon utilizava imagens dos índios e da Amazônia para divulgar suas atividades e angariar novos recursos que permitissem a realização de atividades dispendiosas.

Pesquisadores do indigenismo brasileiro interpretam essa utilização das fotografias como um “instrumento de *marketing* pessoal e institucional”², que possibilitava a conquista de “legitimidade política”³, pois a imprensa “constituía a principal instância de produção cultural”⁴ da sociedade.

Os principais veículos institucionais de divulgação fotográfica eram os relatórios dos diversos organismos governamentais. Os relatórios anuais dos Ministérios ou organizações como o SPI estabeleceram um gênero administrativo de prestação de contas, idênticos na estrutura interna mas com especificações que os diferenciavam. Dessa forma, se na maior parte dos relatórios produzidos no séc. XX as fotografias estavam presentes em alguns capítulos, foi naqueles em que ganhou um significativo destaque que constituiu um diferencial de reprodução institucional.

Foi este o caso dos relatórios anuais das inspetorias do SPI, quando as gestões mais afinadas ao ideário do projeto indigenista “civilizatório” produziram relatórios substantivos, ilustrados por dezenas de fotografias. Trata-se aqui dos relatórios do inspetor Bento Martins Pereira de Lemos elaborados na década de 20.

A produção dos relatórios de Bento de Lemos estava subordinada à lógica administrativa do SPI, que classificava em diferentes categorias as iniciativas exploradoras e pacificadoras, as atividades civilizatórias (educativas) e a administração do Serviço. Ao contrário de um relato formal, acrítico e descompromissado com a sobrevivência dos povos indígenas, os relatórios de Lemos procuravam apresentar e discutir os problemas que atingiam os índios, questionando as realidades e iniciativas contrárias ao projeto civilizatório do SPI.

No âmbito do SPI, os Regulamentos, as instruções internas da diretoria geral e as instruções para a 1ª Expedição de instalação das inspetorias e postos indígenas previam a circulação de informações entre as diferentes instâncias do Serviço, instruindo principalmente as iniciativas de defesa de terras dos índios. Entretanto, ao contrário do que

1 Lemos, Alegações de defesa (1931), p. 20.

2 Tacca, 1995, p. 82.

3 Piault, 2001, p. 97.

4 Miceli, 1977, p. 15.

ocorreu com a Comissão Rondon⁵, não encontramos qualquer notícia de normas ou instruções que valorizassem ou orientassem a produção de uma documentação fotográfica da realidade indígena, no âmbito do SPI, desde sua criação até a Revolução de 30.

Enquanto a Comissão Rondon, por propaganda e disputa de verbas produzia um vasto acervo fotográfico de suas atividades, o SPI tinha suas práticas de pacificação registradas por iniciativas individuais dos inspetores e da população regional, como as fotos obtidas por Luís Bueno Horta Barbosa entre os Kaingang paulistas⁶ e Eduardo Hoerhan entre os Xokleng⁷.

Até 1930, os relatórios anuais da IR1 elaborados por Bento de Lemos não têm par no âmbito do SPI. Na década de 20, esses relatórios foram ilustrados pelo auxiliar fotógrafo do SPI Anastácio Queiroz, que realizou “reportagens fotográficas” para o SPI participando de diversas expedições. Em 1928, Queiroz acompanhou os auxiliares do SPI Torquato Faria e Souza e Leônidas Oliveira aos rios Gregório⁸ e Mari-Mari⁹, além da aldeia “Méria”¹⁰. No final do ano, trabalhou para a inspetoria de fronteiras, fotografando o rio Javari¹¹.

Em 1929, voltou à aldeia “Méria”, visitando ainda os postos indígenas dos rios Seruiní e Tuiní¹², além da aldeia do lago da Josepha¹³.

Entre março e abril de 1930, Queiroz acompanhou o auxiliar Santana Barros numa expedição aos rios Tapauá e afluentes, visitando, entre outros, índios Mamori, Katuquina e Paumari¹⁴. Ainda em maio de 1930, Queiroz acompanhou Bento de Lemos numa expedição aos igarapés Belém, Tacana e Preto, em visita aos índios Ticuna¹⁵. Em 1931, o fotógrafo esteve nos rios Madeira e Purus, passando meses documentando os índios.

Das centenas de fotos produzidas por Anastácio Queiroz durante as expedições do SPI na Amazônia, dezenas delas foram utilizadas nos relatórios anuais da IR1, ilustrando o texto de Bento de Lemos. As fotos que retratavam os índios podiam ser divididas em três grupos: a) índios adultos (indivíduos, famílias ou grupos) posando em diferentes situações, principalmente em frente às malocas ou PIs; b) índios adultos fotografados numa atividade produtiva (fabricando farinha; tecendo artefatos; cortando madeira); c) crianças indígenas no cotidiano da escola do PI (nas cerimônias cívicas, em aulas, nas refeições).

Além das fotos dos índios, havia fotos de malocas indígenas e também dos postos indígenas, detalhando as construções existentes (sede, escola, usina, maquinário). Em poucos flagrantes foi documentada a presença de servidores, professores e até missionários.¹⁶

A seleção de fotos apresentada no anexo fotográfico privilegia os índios Parintintin, como de fato ocorre nos relatórios de Lemos. A qualidade da restauração e conservação das fotos também influenciou na seleção, que abrange fotos de índios Jamamadi, Apurinã, Paumari, Ticuna, Wapixana, Mura, índios do Alto rio Negro e Rio Branco.

5 Lasmar, 2002. V. tb. SARQ/MI, filme 329, fot. 1469-1471.

6 Barbosa, 1947.

7 Santos, 1978; 1997.

8 Índios Bendiapá e Culina.

9 Índios Mundurucu.

10 Índios Miranha no rio Solimões.

11 SPI, Relatório de 1928, p. 194.

12 Índios Apurinã.

13 Índios Mura.

14 SPI, Relatório de 1930-31, p. 176-177.

15 SPI, Relatório de 1930-31, p. 196-197.

16 Um balanço completo das fotos publicadas nos relatórios da IR 1 pode ser encontrado no cap. 16, nas tabelas 2 a 7

Considerações sobre a ação indigenista de Bento de Lemos

Caboclos x Índios: o alcance da proteção indigenista

O conflito de opinião entre os integrantes da Comissão de Inquérito e Bento de Lemos, a respeito da existência ou não de índios nos municípios próximos a Manaus, exemplificava, no campo indigenista, a luta concorrencial pelas classificações e pelo poder de definir grupos que recebessem assistência do Estado brasileiro¹.

Os inquisidores compreendiam como “índio autêntico” só o indivíduo dotado de contrastividade cultural (nudez, ornamentos, língua indígena), enquanto Lemos empregava a “categorização relacional”² definida no Decreto nº 5.484 (1928), vinculando os índios a um processo de sedentarização.

A Comissão acusava o inspetor de registrar qualquer indivíduo como nativo. Não reconhecia descendentes de índios como índios e sim como civilizados ou “caboclos”, estes vivendo promiscuamente com civilizados. Jogava com o senso comum e até com antigas classificações administrativas (séc. XIX), que identificavam índios “domésticos ou mansos” como os que viveriam “em aldeamentos sob o ‘jugo das leis’”³. Segundo o antropólogo Eduardo Galvão, “caboclo” era uma “denominação genérica para o habitante rural”⁴ na Amazônia, que tinha como ancestral o “ameríndio”⁵.

Desde o final da década de 10, Lemos investiu em trabalhos censitários, investindo a existência indígena nas vastas regiões da Amazônia. Independente dos seus esforços, o censo nacional de 1920 não registrou dados étnicos e raciais da população da Amazônia⁶.

O inspetor declarou nas “Alegações de defesa” que mesmo os servidores do SPI tinham dificuldades em obter dados demográficos dos índios, sem colocar em questão as limitações desses indivíduos (falta de informação, preparo, etc.) para tal tarefa⁷. Entretanto, defendeu que a IR1 só estabelecia relações com índios da 1ª e 2ª categorias (nômades ou aldeados) e que esses índios aldeados, mesmo usando sobrenomes “civilizados”, roupas e falando português, eram silvícolas “autênticos”. Os índios que viviam promiscuamente com civilizados, classificados por Lemos como “caboclos”, mereciam alguma atenção do SPI na forma da lei, o que não ocorria conforme reconheceu Rondon na década de 40⁸.

Lemos lutava para deter o monopólio de condução (a tutela) do processo de civilização dos índios “hostis” e “semi-selvagens” da Amazônia. A ocultação da presença indígena na Amazônia, defendida por forças econômicas, políticas e judiciais, revelava o isolamento político da IR1 e do SPI, tornando ineficazes as iniciativas de mediação para defesa dos direitos indígenas estabelecidos no Decreto nº 5.484.

1 “As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (Bourdieu, 1989, p. 113).

2 Lima, 1995, p. 123.

3 Cunha, 1992, p. 7. No séc. XIX, nem todos os censos regionais faziam um levantamento da população indígena (Botelho, 2005).

4 Galvão, 1976, p. 2.

5 Ibid., p. 3.

6 Oliveira, 1999, p. 126; IBGE, 2005, p. 12.

7 Durante muito tempo essas dificuldades predominam nos trabalhos demográficos junto aos índios (v. Bayerlein, 1947). O antropólogo Eduardo Galvão, dirigindo a SOA/SPI nos anos 50, chegou a elaborar um questionário para um censo indígena na gestão Gama Malcher, o que acabou não ocorrendo (SARQ/MI).

8 Freire, 1996.

A disputa pelas terras dos índios

Ao assumir a IR1, Lemos encontrou os índios que viviam em zonas de seringais com as terras “apossadas ou invadidas por civilizados”⁹. Os conflitos não iriam cessar, já que a história se repetiu nos anos 20, devido ao interesse de comerciantes nos castanhais indígenas.

Esses conflitos por terras levaram Lemos a procurar estabelecer uma rede de relações políticas¹⁰ que garantisse algumas prerrogativas básicas para a atuação do SPI na Amazônia. O inspetor produziu uma vasta correspondência interna e externa à IR1 para defender as fazendas nacionais do Rio Branco dos inúmeros invasores, principalmente a Fazenda São Marcos. Baseando-se no que os ingleses implementavam nos campos fronteiriços da Guiana Inglesa, Lemos propôs a instituição do aforamento (enfiteuse) de terras dessas fazendas como uma saída institucional para possibilitar o acúmulo de recursos que poderiam ser utilizados em outras regiões da IR1¹¹.

A aproximação com políticos estaduais permitiu a aprovação da Lei nº 941(1917), antecipando características presentes nos direitos indígenas de futuras Constituições da República (posse imemorial, terras possuídas atualmente). A lei citava grandes áreas indígenas que deveriam ser imediatamente demarcadas, mas a situação de Lemos era a mesma das demais inspetorias do SPI: sem recursos, sem quadros técnicos¹². Além disso, havia a necessidade de garantir a área dos postos indígenas existentes e a criar, além de responder à demanda dos índios aldeados pelas suas pequenas posses de terras.

Aplicando a pedagogia civilizatória que visava transformar o índio num trabalhador nacional, onde a terra era um instrumento dessa ação civilizadora¹³, Lemos se propôs a garantir a posse territorial de centenas de famílias indígenas, onde, de forma idêntica ao que ocorria nos postos indígenas, a terra permitia apenas a reprodução da mão-de-obra indígena¹⁴. Em 1931, mais de uma centena desses lotes de terra aguardavam o reconhecimento do governo estadual¹⁵. Dependendo da legislação e da iniciativa de políticos estaduais, além de determinações da direção do SPI e da Justiça Federal, Lemos não conseguia transferir terras para o âmbito federal, conforme estabelecia o Decreto nº 5.484 (1928). O inspetor procurava se antecipar, alterando o trâmite, demarcando terras e solicitando sua legalização, o que era negado pelo Departamento de Terras do Estado do Amazonas.

Todo o processo de criação de terras indígenas na Amazônia, durante a República Velha, foi produto da rede de relações políticas estabelecida pela IR1 desde Alípio Bandeira. Isso implicava numa luta concorrencial entre agentes (federal/estadual) para deter a competência pela definição das terras dos índios. As poucas terras demarcadas foram produto do capital simbólico¹⁶ acumulado por Rondon – e não pelos inspetores – aliado às expectativas regionais de solução de conflitos e desenvolvimento econômico. De um lado, estava o padrão de ação adotado pelo SPI em inúmeras regiões do país, vinculado ao projeto pedagógico para índios recém-contatados: criar terras, organizando postos indígenas. De outro, iniciativas para a garantia de posses de terras a índios aldeados e a famílias indígenas “transitórias”, que viveriam promiscuamente com civilizados.

Entretanto, até o início dos anos 40 os interesses econômicos estaduais impediam a demarcação dessas posses¹⁷. A legislação indigenista de 1928 (Decreto nº 5.484) era superada pelos interesses políticos regionais.

9 Lemos, Relatório anual da IR1, 1917, SARQ/MI, filme 380, fot. 1355.

10 Tal rede social seria formada por um conjunto finito de interconexões iniciadas por um ego que forma parte desta rede (Mayer, 1987, p. 132).

11 Lemos, Relatório anual da IR1, 1917, 1918, 1921.

12 Não conhecemos estudos sistemáticos sobre as terras dos índios no âmbito do SPI além de Peres, 1992 e 1999.

13 Leite, 1999.

14 Oliveira, 1998. Ver como exemplo as terras dos índios Mura no cap. 14 (mapas). Terras contíguas foram demarcadas como lotes distintos (Áthila, 1998). Tais demarcações produziram conflitos e diásporas entre os Mura (Amoroso, 2000).

15 Ver Cap. 16, Tabelas.

16 Bourdieu, 1998b, p. 59-60.

17 Ver Relatórios anuais da IR1 nos anos 40, SARQ/MI.

As práticas Indigenistas

As cartas de Bento de Lemos, como as cartas que circulavam entre os demais Inspetores e a Direção do SPI, transformaram relações informais em padrões de ação¹⁸. Aqui o formalismo de ofícios e memorandos dirigidos à chefia do órgão foi substituído pela relação fraternal e personalizada entre pessoas com ideais em comum¹⁹. Tornava-se legítimo estabelecer e manter esses laços. É provável que Bento de Lemos nunca tenha estado com Luiz Bueno Horta Barbosa e poucas vezes tenha convivido com Rondon nas viagens deste pelo Amazonas. “Irmanados” enquanto agentes do projeto protecionista do SPI, as relações informais (e íntimas) produzidas pelas cartas permitiam a crítica pontual a determinados procedimentos, a reivindicação interessada de certas políticas, a discussão da atuação do órgão e do desempenho de seus servidores²⁰. Na definição de Viana (1995), enquanto autor de cartas de rotina ou de compromisso, Bento de Lemos registrava uma das lógicas que moviam a ação protecionista do SPI.

A transmissão de informações, pessoalmente ou por correspondência, possibilitou a única forma de acumulação de saberes obtidos pelas práticas tutelares até os anos 30, quando começaram a circular os boletins internos do SPI. Entretanto, havia a circulação de publicações como relatórios e estudos da Comissão Rondon desde meados da década de 10. Já os poucos estudos etnológicos existentes estavam longe de subsidiar o “manejo de populações”²¹ que interessava ao SPI.

Quando assumiu a inspetoria, Lemos conhecia bem as regiões dos rios Juruá, Purus e Rio Branco, onde trabalhara como ajudante da IR1. O inspetor agia pressionado, de um lado, pelo desdobramentos das pacificações e, de outro, pelas demandas de grupos aldeados, quando era necessário combater epidemias, trabalho servil e esbulho de terras, estabelecendo uma agenda educativa com a instalação de escolas e maquinários para o aprendizado de ofícios. Todos os relatórios anuais da IR1 traziam um balanço da produção econômica e das iniciativas pedagógicas dos postos indígenas que abrangia.

A oscilação das verbas federais²² e do apoio político estadual atingia as possibilidades de planejamento da IR1, obrigando os inspetores a negociar constantemente novas metas de trabalho com a direção do SPI, abrindo brechas para a implantação de iniciativas particulares distantes do projeto indigenista. O predomínio de iniciativas individuais face às políticas oficiais levou a antropóloga Alcida Ramos a identificar faces subjetivas do Estado Brasileiro²³ na ação indigenista.

Na IR1, para ampliar as atividades da inspetoria, Lemos recrutou delegados e ajudantes que necessitavam de vigilância constante através de expedições e inspeções²⁴. Desde Alípio Bandeira, quadros regionais do SPI eram recrutados nas elites locais, sendo, em boa parte, “indivíduos da confiança pessoal de Rondon”²⁵. As delegacias estavam distribuídas por todas as regiões da Amazônia onde a IR1 não dispunha de recursos e quadros para instalar postos indígenas, o que levou à nomeação de vários seringalistas como delegados de índios²⁶.

Bento de Lemos valorizou as delegacias que instalou pelo Amazonas enquanto rede de alianças e informações²⁷. Entretanto, as instruções que expediu para orientação dos delegados, desde que tomou posse na chefia da IR, em 1916, revelavam que não tinha ilusões a respeito das atividades desses “colaboradores”. Em algumas ocasiões, como no Relatório anual de 1928, Lemos mostrou-se decepcionado com o fato de ter que subme-

18 Ver o trabalho de Côrrea, que demonstra como as rotinas dos chefes de postos indígenas se transformaram em padrões de ação (Côrrea, 2002).

19 Ver Viana, 1995.

20 Entretanto, havia o risco do estabelecimento de relações clientelísticas, usuais na República Velha (Carvalho, 2000).

21 Lima, 1995, p.261.

22 Ver Cap. 16, tabela 1.

23 Ramos, 1998.

24 Alguns delegados confrontaram diretamente Lemos. Alcides da Rocha, delegado de índios afastado pelo inspetor, escreveu um relatório aos padres salesianos do Alto rio Negro denunciando Lemos. Segundo Rocha, “É representante desta Instituição [SPI] neste Estado, o Exmo. Senhor Dr. Bento Martins Pereira de Lemos, chefe este que aposto nunca ter chegado a conhecer um verdadeiro Índio Selvagem e que muito menos terá uma vaga idéia da sua vida acidentada. Nem por isso os jornais deixam de reservar quase diariamente uma coluna de honra para enaltecer o zelo e abnegação que este Snr. emprega no bem estar dos silvícolas.” (Meira e Pozzobon, 1999, p. 300). Curt Nimuendaju, ex-funcionário do SPI, também criticou em 1927 as limitações do órgão na Amazônia (Nimuendaju, 1982).

25 Lima, 1995, p.239. Segundo o antropólogo Marcelo Iglésias, no caso do Acre, os delegados eram escolhas contextuais, a partir da avaliação de situações locais (comunicação pessoal).

26 Era uma situação em que os baixos salários “não compensariam os sacrifícios das longas e desgastantes viagens de meses na selva” (Neves, 1996, p. 97).

27 Lima, 1995, p. 241.

ter-se a seringalistas, eventuais inimigos dos índios, para que essa atividade “honorífica” e “gratuita” funcionasse.

Em quase toda sua gestão à frente da IR1, Lemos teve que confrontar-se com os juízes de órfãos que procuravam responsabilizar-se pelo destino de crianças indígenas, quase sempre dirigidas ao trabalho familiar (criadagem) em vilas e cidades da Amazônia. Bento de Lemos interpretava que cabia ao SPI o controle das iniciativas frente a essas populações, pois, antes do Decreto nº 5.484 (1928), o Código Civil em vigor se referia ao regime tutelar estabelecido em leis e regulamentos especiais, que seriam os do SPI no entender de Lemos. O fato é que a atuação dos juízes de órfãos – documentada pelo antropólogo Paulo Santilli na região do Rio Branco²⁸ – possibilitou, em vários momentos, a contestação legal (e ,às vezes, violenta) das iniciativas protecionistas do SPI.

A prática das pacificações, como resposta a situações de conflito em áreas de fronteira, significava a rearticulação da própria fronteira. Como Bento de Lemos enfatizou, a IR1 adotava, inicialmente, o “padrão de pacificação de tribos guerreiras” empregado pelo SPI em várias regiões do país. Lemos e seus ajudantes submetiam a normatização das relações entre índios e brancos às práticas do SPI então “consagradas”. O processo de pacificação e seus desdobramentos implementados pelos agentes do SPI, no geral, identificavam uma área onde Lemos, aparentemente, subordinava-se, sem maiores questionamentos (mas com reivindicações), às determinações superiores.

A IR1 dividiu-se entre as iniciativas de pacificação de grupos “hostis” que confrontavam a população regional, como os Waimiri (rio Jauaperi) e os Parintintin (rio Maici), e a consolidação dos aldeamentos de índios próximos a Manaus. Só no final da década de 20 ressurgiu o interesse de instalar unidades de ação em regiões então ignoradas pela IR1 como o Acre e o Alto rio Negro, neste último caso com a ajuda do etnólogo Curt Nimuendaju.

Imagens coloniais

A máquina de fotos acelera o desaparecimento de tudo que captura e, ao mesmo tempo, preserva sua imagem. O que é sacrificado sem piedade imprime-se simultaneamente para o longo prazo (,,,) É muito difícil impedir que apareça a visão da eternidade em tudo que está prestes a desaparecer²⁹.

A sequência das fotos apresentadas nos relatórios da IR1 demonstrava uma preocupação com o registro das principais iniciativas indigenistas, idênticas àquelas produzidas pela Comissão Rondon: índios sendo educados, participando de atividades econômicas e rituais e acompanhando a institucionalização de uma agência estatal. Eram fotos “oficiais”³⁰, registros limitados a uma publicação com propósitos de prestação de contas e propaganda, atestando o sucesso do “processo civilizatório” dirigido pela IR1, defendendo (com críticas) o governo federal.

As fotos dos relatórios apresentavam os tipos de relacionamento estabelecidos com os índios, demonstrando, por exemplo, como uma índia Jamamadi podia se tornar uma costureira em pouco tempo. Era defendida a perfectibilidade dos índios, capazes então de aprender costumes e crenças civilizadas³¹. As fotografias apresentavam o trabalho

28 Santilli, 1989.

29 Maurel, 1997, p. 29.

30 Ver Maciel, 1998, p. 218.

31 Tacca, 2001.

como a redenção dos índios³², pois a educação ministrada pelos indigenistas diminuía rapidamente as diferenças culturais entre os povos indígenas e entre índios e “brancos”. As fotos defendiam esses ideais. O objetivo último, como Lemos reconheceu, era “civilizar” todos os índios da Amazônia, homogeneizando diferentes tradições culturais³³.

As dezenas de fotos dos postos indígenas que abrigavam os Parintintin queriam demonstrar a eficácia da “pedagogia civilizatória”: em pouco tempo, os índios haviam aprendido ofícios, trabalhavam nas roças e nos engenhos, participando ativamente de rituais e festas. Crianças Parintintin eram enviadas para a “Escola de Aprendizes Artífices”, de Manaus, que mantinha desde o Império “programas de educação e civilização de menores indígenas”³⁴. Famílias Parintintin viajavam a Manaus, para visitar a sede da IR1 e seu inspetor, demonstrando traquejo e discernimento nas relações com os “civilizados”.

A aliança de Lemos com o seringalista João de Barros Silveira possibilitou diversos investimentos no posto indígena do rio Seruiní, cujas fotos tornaram-se objeto de propaganda da ação da IR1, uma “vitrine” do indigenismo do SPI. Por outro lado, não encontramos referência a qualquer orientação de Lemos ao trabalho de Anastácio Queiroz. Entretanto, não há dúvida que o trabalho do fotógrafo representa o pensamento do inspetor, pois dezenas dessas fotos foram empregadas por Lemos nas suas alegações de defesa apresentadas à Comissão de Inquérito na IR1. Para o inspetor, representavam o mais contundente desmentido às acusações, eram a reprodução fiel da realidade em que viviam os índios da Amazônia.

Esse pequeno repertório de assuntos fotografados demonstrava a omissão dos agentes indigenistas frente à divulgação de fatos graves: não havia fotos dos índios doentes nas epidemias que assolavam os aldeamentos da Amazônia, nem dos conflitos e massacres que envolviam índios e regionais, nem dos mortos por agressões e todo tipo de violência e nem da situação de miséria, fome e submissão que enfrentavam os índios presos aos barracões de seringalistas³⁵. As fotos formais, posadas, não evitavam o espanto e o estranhamento captados nos olhares dos índios, como se sentissem um novo perigo para suas almas e suas vidas³⁶. As múltiplas percepções possíveis de uma foto extrapolavam o “realismo” desejado pelo fotógrafo, sua intencionalidade podia desconhecer a visão indígena, principalmente em fotos coletivas, junto a grandes malocas. O “realismo”, o uso da foto como verdade histórica, conforme acreditava Lemos, impunha a repetição temática das imagens, mudando apenas o grupo indígena, de forma a descrever as intervenções da política indigenista. Ironicamente, não havia a preocupação com o registro de datas e identificação dos indivíduos retratados, excetuando algum tuxaua. O fotógrafo do SPI seguiu uma tradição iconográfica, encontrada tanto nos artistas naturalistas que retrataram inúmeros povos indígenas durante as expedições científicas que percorreram o Brasil no séc. XIX³⁷, quanto nos primeiros fotógrafos que documentaram os povos da Amazônia no séc. XIX³⁸, contribuindo para a constituição dos imaginários locais e nacional³⁹.

Política indigenista e conflitos regionais na Amazônia

A instauração da Comissão de Inquérito na IR1, em 1931, resultou de uma série de fatores, dentre os quais, os inúmeros conflitos ocorridos entre índios e comerciantes na disputa pelos terrenos de castanhais foram os mais graves. Se havia uma crise econômica regional, desde a queda de produção da borracha,⁴⁰ e as iniciativas dos produtores rurais

32 Borges, 2003.

33 Piault, 2001.

34 Rizzini, 2004, p.190.

35 Lasmar, 2002, constatou o mesmo com as fotos da Comissão Rondon.

36 Maurel, 1997.

37 Ver Hartmann, 1975.

38 Ver Schoepf, 2000; Lefébure, 2005.

39 Turazzi, 1995.

40 Santos, 1980; Weinstein, 1993.

da Amazônia voltavam-se para o incremento da coleta da castanha, é necessário também observar outros fatores que começavam a alcançar a elite agrária do Amazonas e Acre.

Com o advento da República, paralelamente aos esforços de construção do Estado nacional, ocorreu uma centralização de poder que espelhou seus reflexos nos aparelhos de Estado, recém-criados para desenvolver políticas de interesse de segmentos da elite rural nacional⁴¹. É isto que se observava no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), onde foi instalado o SPILTN em 1910. Criado para impulsionar a modernização da agricultura, o MAIC propagandeava a ideologia do progresso econômico no campo. Contando com vários aparelhos internos como o Serviço de Povoamento, voltado para a arregimentação e o controle da força de trabalho rural⁴², o MAIC acelerava a “ampliação da presença do Estado sobre o espaço agrário”⁴³ brasileiro. Independente das disputas políticas entre ruralistas para o controle do aparelho, o MAIC ampliava suas esferas de influência em todas as regiões do país, aumentando o controle público sobre as iniciativas econômicas agrícolas⁴⁴. Assim, não só o SPI mas diversos outros serviços públicos estimulavam a politização da economia rural. Os inspetores desses Serviços, agentes sociais que detinham o monopólio legítimo de práticas específicas, foram os representantes desse processo de institucionalização do Estado brasileiro na Amazônia.

Esse processo dinâmico de construção do Estado⁴⁵ teve em Rondon um articulador de estratégias políticas regionais para a defesa dos interesses dos projetos indigenistas⁴⁶. Apesar das iniciativas de Rondon junto a governos estaduais e ao Poder Legislativo, tanto o SPI quanto a Comissão de Linhas Telegráficas enfrentaram conjunturas adversas até 1930. Ao mesmo tempo, na década de 20, o governador do Estado do Amazonas, Rego Monteiro, diante da crise econômica e financeira da região, iniciou um processo de concessão de terras a imigrantes e empresários estrangeiros adotado também pelo Pará⁴⁷. Mesmo atuando em poucas regiões, a presença do SPI, representando o governo federal na expansão do controle governamental sobre territórios e populações⁴⁸, começou a incomodar a elite de seringalistas e comerciantes acostumados a deter o mandonismo local sobre a população regional. Os conflitos documentados por Bento de Lemos não cessaram com a Comissão de Inquérito, mantendo-se durante décadas, na Amazônia, sempre que havia iniciativas federais concretas na defesa de direitos indígenas⁴⁹.

O inspetor Bento de Lemos

De ajudante a inspetor, a trajetória de Lemos no SPI, baseada inicialmente na sua formação educacional e nas relações pessoais estabelecidas através das práticas indigenistas, foi forjada e forjou um ofício transmitido por “numerosos modos de pensamento e ação de prática a prática (...) firmados no contato direto e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende”⁵⁰. Nas ocupações e ofícios indigenistas, os vínculos pessoais tinham mais peso que princípios normativos⁵¹. Lemos tentou alterar essa realidade com a instituição das normas de ação para os delegados do SPI⁵², mas que funcionavam de forma personalizada. Mesmo não sendo militar num contexto indigenista de valorização deste quadro profissional, Lemos dirigiu a IR1 por 15 anos e teve seu retrato entronizado no “panteão” da sede da inspetoria ao lado dos militares Alípio Bandeira e Carlos Eugênio Chauvin⁵³.

41 Schwartzman, 1982; Reis, 1988; Lamounier, 1985; Mendonça, 1997.
42 Ramos, 2002.
43 Mendonça, 1996/1997, p. 77.
44 Mendonça, 1997.
45 Elias, 1972.
46 Bigio, 2003.
47 Prado e Capelato, 1985.
48 Lima, 1995, p. 113.
49 Oliveira, 1988.
50 Bourdieu, 1989, p. 22.
51 Freire, 2005; Oliveira, 1988.
52 Ver Cap. 15, Anexo documental.
53 Estado do Amazonas, 1945.

Bibliografia

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1961.

AMOROSO, Marta. Os Mura lutam para recuperar suas terras. In: RICARDO, Carlos Alberto. *Povos indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p. 465-468.

ATHILA, Adriana Romano. *Índios de verdade: territorialidade, história e diferença entre os Mura da Amazônia Meridional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

BANDEIRA, Alípio. *Antiguidade e atualidade indígenas*. Rio de Janeiro, 1919.

____. *A mistificação salesiana*. Rio de Janeiro: Litho-typo Fluminense, 1923.

____. *A cruz indígena*. Porto Alegre, 1925.

____. *Jauapery*. Manaus, 1926.

____. Discurso pronunciado na sessão solene de instalação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, no Amazonas. In: OLIVEIRA, Humberto de (org.). *Coletânea de leis, atos e memoriais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

--- e **MIRANDA, Manoel**. Memorial acerca da antiga e moderna legislação indígena, contendo considerações sobre a situação jurídica do índio brasileiro. In: OLIVEIRA, Humberto de (org.). *Coletânea de leis, atos e memoriais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 55-86.

BANDEIRA, Dulcina. *Palestra sobre Alípio bandeira no Centro Norte Rio-Grandense*. Rio de Janeiro : s.n., 1967.

____. *Antes que seja tarde: biografia de Alípio Bandeira*. Rio de Janeiro: Ed. Luna, 1979.

BARBOSA, Luís Bueno Horta. *A pacificação dos Caingangue paulistas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BASTOS, Aurélio Wander. As terras indígenas no direito constitucional e na jurisprudência brasileira. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). *Sociedades Indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985, p. 85-98.

BAYERLEIN, Francisco A. Dificuldades de um censo entre os índios. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 127-128, 1947.

BIGIO, Elias. *Linhas Telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

BORGES, Paulo Humberto Porto. *Fotografia, história e indigenismo: a representação do real no SPI*. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

BOTELHO, Tarcísio R. Censo e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, jun. 2005

BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo : Papirus, 1996.

____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998a., p. 183-191.

____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998b.

____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. *Almanak do pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, tomo VI (1927). Rio de Janeiro: Tip. Da Diretoria Geral de Estatística, 1930.

BRASIL. Comissão de Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre. *Relatórios dos trabalhos apresentados ao Exmo. Sr. Dr. Álvaro Maia, Interventor Federal*. Manaus, 08 de abril de 1931.

BRASIL. MAIC. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no anno de 1910, v. I e II. Rio de Janeiro: Officina da Directoria Geral de Estatistica, 1910.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Dr. Pedro de Toledo no anno de 1911, v. I e II. Rio de Janeiro: Officina da Directoria Geral de Estatistica, 1911.

____. _____. Introdução ao relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no anno de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no anno de 1912, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no anno de 1913, v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio no anno de 1914, v. I. Rio de Janeiro: Typographia do MAIC, 1914.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti no anno de 1915. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatistica, 1915.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti, anno de 1916. Rio de Janeiro, 1916.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti, anno de 1917, v. I. Rio de Janeiro, 1917.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. João Gonçalves Pereira Lima, anno de 1918. Rio de Janeiro, 1918.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio Idelfonso Simões Lopes. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas, 1920.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida, anno de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida, anno de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1927. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1928. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929.

____. _____. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Geminiano Lyra Castro, anno de 1929. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço do Ministério da Agricultura, 1930.

- BRASIL. MAIC.** Serviço de Proteção aos Índios. Inspetoria do Amazonas e território do Acre. Ofício nº 35, do chefe da IR1, Alberto Pizarro Jacobina, ao Diretor do SPI, Vicente de Paulo Vasconcelos. Manaus, 15/03/44.
- BRASIL.** *Proteção aos índios.* São Paulo: Duprat e Cia., 1911.
- CARVALHO, José Murilo de.** *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, 2000, p. 83-117
- CORRÊA, José Gabriel Silveira.** A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 125-146
- COUTINHO, Edilberto.** *Rondon, o civilizador da última fronteira.* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975.
- CUNHA, Manuela Carneiro da** (org.) *Legislação indigenista no século XIX.* São Paulo: Edusp: CPI/SP, 1992b.
- DAOU, Ana Maria Lima.** *A cidade, o teatro e o “Paiz das Seringueiras”:* práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- ELIAS, Norbert.** Processes of state formation and nation building. In: INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. *Transactions at the seventh World Congress of Sociology.* Geneva: International Sociological Association, v. 3, 1972.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ESTADO DO AMAZONAS.** *Regulamento de terras: a que se refere o decreto nº 993 de 18 de maio de 1912.* Manaus: Imprensa Oficial, 1912.
- _____. *Dia do índio: comemoração solene.* Manaus: DEIP, 1945.
- FOUCAULT, Michel.** *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha.** *Indigenismo e antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) na gestão Rondon (1939-1955).* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- _____. A criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Indigenismo Interamericano (1939-1955). *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n. 5, 1996.
- _____. *Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- GALVÃO, Eduardo.** *Santos e visagens.* São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.
- HARTMANN, Thekla.** *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do séc. XIX.* São Paulo: Museu Paulista, 1975.
- IBGE.** *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000.* Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- IGLESIAS, Marcelo Piedrafita.** *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, catequese e civilização no Vale do Tarauacá.* Exercício final do curso Antropologia histórica e Etnohistória. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.
- LAMOUNIER, Bolívar.** Formação de um pensamento político autoritário na primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira III. O Brasil Republicano 2: sociedade e instituições (1889-1930).* São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.
- LASMAR, Denise Portugal.** *Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação.* Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - ECO/UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2002.

LEFÉBURE, Antoine. *L'Amazonie disparue indiens et explorateurs (1825-1930)*. Paris: Editions la Découverte, 2005.

LEITE, Jurandir C.F. *Projeto geopolítico e terras indígenas: dimensões territoriais da política indigenista*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LEMOS, Bento M. Pereira de. *Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e território do Acre (instruções para os delegados)*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1919.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1916 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1917.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1917 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1918.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1920 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1921.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1924 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1925.

_____. *Relatório do inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1926 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1926.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1927 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1928.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1929.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1929 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1930.

_____. *Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1930-31 na Inspetoria do Amazonas e Acre*. Manaus: MAIC/SPI, 1932.

_____. *Alegações de Defesa*. Manaus, 03 de junho de 1931.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998.

MAUREL, Christian. Quando a fotografia era uma cerimônia. In: MAGALHÃES, Angela e MARTINS, José Carlos. *Amazônia, luz e reflexão*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Caracas: Consejo Nacional de la Cultura de la Republica de Venezuela, 1997, p. 28-31.

MAYER, Adrian C. A importância dos "quase-grupos" no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 127-158.

MEIRA, Márcio e POZZOBON, Jorge. De Marabitanas ao Apapóris – um diário de viagem inédito do Noroeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém*, v. 15, n. 2, p. 287-335, 1999 (Série Antropologia).

MENDONÇA, Sônia Regina de. Agricultura, poder e Estado na Primeira República. *Cadernos de Memória, Rio de Janeiro, Museu da República/IPHAN*, v. 1, n. 2, p. 73-81, out. 1996/mar. 1997.

_____. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo : Perspectiva, 1977.

NEVES, Lino João de Oliveira. *137 anos de sempre: um capítulo da história Kanamari do contato*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1996.

NIMUENDAJU, Curt. *Textos indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

_____. *Cartas do sertão: de Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa : Museu Nacional de Etnologia: Assírio e Alvim, 2000.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro*. Belém: MPEG, 1995.

OLIVEIRA, Humberto de (org.). *Coletânea de leis, atos e memoriais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

- OLIVEIRA, João Pacheco de.** O caboclo e o braço. *Encontros com a civilização*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 101-140, 1979.
- _____. 'O nosso governo': os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- _____. (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- _____. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PERES, Sidnei Clemente.** *Arrendamento e terras indígenas: análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- _____. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910 – 67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, p. 41-90.
- PEZAT, Paulo Ricardo.** *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- PIAULT, Marc-Henri.** O corpo nu dos índios e o soldado redentor: da indianidade e da brasilidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, n. 12, 2001, p. 87-118.
- PRADO, Maria Lígia C. e CAPELATO, Maria Helena R.** A borracha na economia brasileira da primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira III. O Brasil Republicano 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985, p. 285-307.
- RAMOS, Alcida.** *Uma crítica da desrazão indigenista*. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- RAMOS, Jair de Souza.** *O poder de domar do fraco: formação de estado e poder tutelar, política de povoamento do solo nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- REIS, Elisa P.** O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.
- RIBEIRO, Darcy.** *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: MA/SAI, 1962.
- RIZZINI, Irma.** *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História Social) - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- SAID, Edward W.** *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTILLI, Paulo.** Os filhos da nação. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vols. 30, 31, 32, p. 427 – 456, 1989.
- _____. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- SANTOS, Roberto.** *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos.** *O homem índio sobrevivente do Sul*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul (RS): Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: ANAÍ: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Ed. Guaratuja, 1978.
- _____. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí (SC): Ed. da UNIVALI, 1997.
- SCHIEL, Juliana.** *Entre padrões e civilizadores: os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Unicamp, Campinas, SP, 1999.
- _____. *Tronco Velho: histórias Apurinã*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, SP, 2004.
- SCHOEPP, Daniel.** *George Huebner (1862-1935): un photographe à Manaus*. Genève: Musée d'Ethnographie, 2000.
- SCHROEDER, Ivo.** *Indigenismo e política indígena entre os Parintintin*. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) – UFMT, Cuiabá, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

SILVEIRA, João de Barros V. da. *A noite no tártaro*. Caçadué (AM), 22 de agosto de 1928. (Edição do autor).

TACCA, Fernando de. O índio ‘pacificado’: uma construção imagética da Comissão Rondon. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 1, p. 81-102, 1995.

_____. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem* – um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

VIANA, Adriana Barreto. Cartas de Rotina, Cartas de Compromisso – considerações sobre administração e relações pessoais na 1ª República. *Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Comunicações do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 5, p.1-20, mar. 1995

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Tese (Doutorado em História do Brasil) - UFPE, Recife, 2003.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1985.

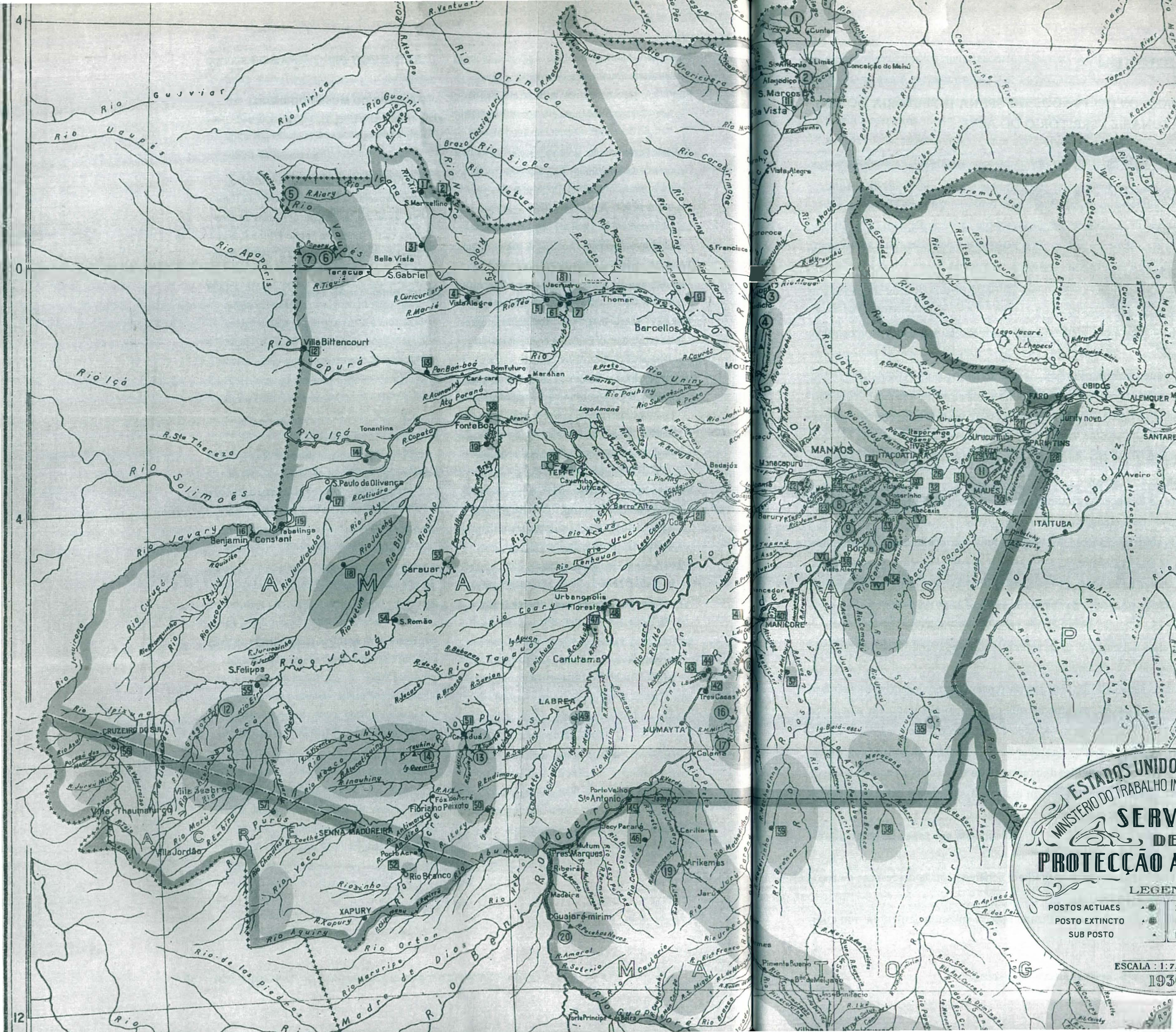
WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

ARQUIVOS PESQUISADOS

ARQUIVO DO MUSEU DO ÍNDIO.
Microfilmes 30, 31, 32, 33, 34, 290, 322, 340, 379, 380, 381, 389.

ARQUIVO NACIONAL (Rio de Janeiro)
Tribunal Especial. *Comissão de Inquérito na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre*, 1931, 5 v. Fundo Tribunal Especial, Procuradoria, processo nº 640 – caixas 2919 e 2920.

LEMOS, Bento Martins Pereira de. *Alegações de defesa*, 1931.



ESTABELECIMENTOS
ACTUAES

Inspetoria do Amazonas
e Acre

1. Surumú
2. Fazenda São Marcos
3. Maháua
4. Camanauahú
5. Querary
6. Uapés
7. Papory
8. Capivara
9. Lago da Josepha
10. Laranjal
11. Ariahu
12. Rio Gregório
13. Marienê
14. Manuacá
15. "Antonio Paulo"
16. Maicy
17. "Capitão Portatil"
18. Ipixuna

Inspectoria de Matto
Grosso (Norte)

19. "Rodolpho Miranda"
20. Pacahás Novos
21. Juhyna
22. Utiarity
23. "Pedro Dantas"
24. "Simões Lopes"
25. "Rolim de Moura"
26. "Fraternidade Indigena"
27. Perigára
28. Corrego Grande
29. S. Lourenço

ESCOLAS

INDEPENDENTES

- I. Escola de Meria
- II. Escola de Guapenu
- III. Escola "Constantino Pereira"
- IV. Escola de São João
- V. Escola São José do Cipó
- VI. Escola de Vista Alegre
- VII. Escola "Gonçalves Dias"

DELEGACIAS
(Agencias de collaboração gratuita)

1. Rio Xié
2. Povoação de Marabitanas
3. Rio Içana
4. Rio Marie
5. Rio Téa
6. Rio Inaichy
7. Rio Jurubaxy
8. Povoação de Santa Isabel
9. Rio Demeny
10. Rio Negro
11. Rios: Caratirimani e Tapará
12. Rios: Apoporis e Japurá
13. Paraná Boá-Boá
14. Rio Jacurapá
15. Seringal Tupy no rio Solimões
16. Rio Javary
17. Rio Jundiutuba
18. Rio Jutahy
19. Rio Mineroá
20. Aldeia de Méria
21. Rio Coary
22. Rio Manaquiry
23. Lago do Marinheiro
24. Rio Autaz
25. Rosarinho
26. Rio Macaurá
27. Parintins
28. Rios: Uaicurapá e Mamurú
29. Rio Andirá
30. Rio Andirá
31. Rio Maués
32. Paraná do Uariá
33. Baixo Rio Canumã
34. Rio Mary-mary
35. Alto Rio Canumã
36. Seringal Vista Alegre
37. Rio Maturá
38. Alto Rio Aripuanã
39. Rio Madeirinha
40. Rio Manicoré
41. Lago Capanã
42. Igarapé Tres Casas
43. Lago do Baêtas
44. Igarapé Baêtas
45. Alto Rio Madeira
46. Rio Candeias
47. Rios: Tapauá e Cunhuan
48. Rio Tapauá
49. Rio Ituxy
50. Rios: Ituxy e Macurenê
51. Médio Rio Purús
52. Alto Rio Purús
53. Rio Juruá
54. Rio Juruá S. Romão
55. Rio Juruá
56. Rio Alto Juruá
57. Rio Jurupary
58. Lago do Mitiry (Rio Solimões)

Anexo documental

INSTRUÇÕES PARA OS DELEGADOS DO SPI NA INSPETORIA DO ESTADO DO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE

“Para a boa execução deste Serviço, por parte dos delegados desta Inspetoria, baixo as presentes instruções, que deverão ser estritamente observadas pelos ditos funcionários em as (sic) suas circunscrições.

Cumpre aos Delegados:

Art. 1º – Velar pelos direitos que as leis vigentes concedem aos índios e por outros que lhes sejam outorgados.

Art. 2º – Garantir a todo o transe a efetividade da posse dos territórios ocupados por eles e conjuntamente do que neles se contiver.

Art. 3º – Pôr em prática os meios mais eficazes para obstar que os civilizados invadam terras dos índios.

Art. 4º – Velar para que não sejam coagidos a prestar serviços a particulares.

Art. 5º – Permitir, se fôr da livre vontade dos índios, que estes se contratem com particulares para prestação de serviços, – cujo prazo não poderá exceder de seis meses, podendo, entretanto, – ser o mesmo renovado, se assim desejarem os índios.

Art. 6º – Nos contratos a que se refere o artigo precedente deverão ficar claramente estatuídas as seguintes obrigações:

a. ter o contratante de fornecer aos índios vestuário e regular alimentação, além dos salários que forem estabelecidos;

b. tratar dos índios em suas doenças, fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos e outros recursos de que carecerem;

c. não cobrar dos índios as dívidas por estes contraídas senão por meios amigáveis, importando o uso de qualquer ato de coação às suas pessoas na perda total da obrigação, por isso que não são eles responsáveis pelas dívidas que contraírem;

d. não obrigar os índios a prestação de serviços quando eles se manifestarem contrários ao trabalho que lhes fôr destinado;

e. pagar aos índios os seus salários, sempre na presença do delegado, que exercerá no caso a máxima fiscalização, pagamento que poderá ser realizado em moeda ou convertida esta em mercadorias úteis, segundo a vontade do índio;

f. não vender, dar ou proporcionar de qualquer modo, – bebidas alcóolicas aos índios, sob pena de ficar privado para sempre da prestação de serviços por parte daqueles;

g. o contratante não poderá de modo algum maltratar os índios e obrigar que estes efetuem serviços coagidos ou superiores às suas forças.

Art. 7º – Velar para que os índios não vivam espalhados por casas de particulares, salvo se estiverem contratados na forma do art. 5º.

Art. 8º – Não consentir que os índios trabalhem senão em casas de pessoas de reconhecida moralidade e probidade.

Art. 9º – Não permitir que nenhum civilizado possua em sua companhia, sob qual-

quer pretexto, índios menores, órfãos ou não, sem prévio consentimento da Inspetoria ou de quem representá-la.

Art. 10º – O Inspector é o único tutor legal dos índios, não podendo ser deferida a sua tutela a terceiros.

Art. 11º – Fiscalizar o modo como são tratados os índios pelos civilizados e não permitir de forma alguma que estes retirem das malocas mulheres, ou crianças, sob qualquer pretexto.

Art. 12º – Não permitir nenhum desrespeito aos índios e sobretudo às suas mulheres.

Art. 13º – Entender-se sempre por escrito com as pessoas que tiverem transações com os índios e nunca atender a recados.

Art. 14º – Promover os meios para a punição dos crimes que se cometerem contra as pessoas dos índios e suas propriedades, dando imediatamente ciência de tais ocorrências à Inspetoria.

Art. 15º – Procurar manter relações com as tribos indígenas, velando, não só pela segurança delas, como também por sua tranqüilidade.

Art. 16º – Nunca usar de meios de coação e sim procurar obter pacientemente pelo conselho o que de conveniência fôr para o bem estar e a civilização dos índios.

Art. 17º – Envidar todos os esforços para que sejam localizados em terras devolutas e próprias para a agricultura os selvícolas (sic) que vivam em estado nômade e outros.

Art. 18º – Estudar o modo de vida dos índios; suas lendas e tradições e organizar, tendo o máximo cuidado na grafia da pronúncia, um glossário das palavras correntes e a estatística dos mesmos.

Art. 19º – Remeter semestralmente à Inspetoria um relatório minucioso de todas as ocorrências que se verificarem em as suas circunscrições, informando acerca do desenvolvimento que vai tendo cada tribo e da adaptação de cada uma à civilização ocidental, no que concerne aos nossos hábitos e costumes.

Art. 20º – Proteger, em suma, e a todo transe, o indígena, não permitindo que os desrespeitem ou lhes façam represálias, ainda quando por eles atacados.

Manaus, 20 de Julho de 1916. O Inspetor” (Lemos, 1919).

Tabelas

TABELA 1 - O ORÇAMENTO DA IR

ORÇAMENTO DA IR 1 (1911-1932)

Ano	Pessoal titulado	Material, inclusive pagamento de pessoal não titulado	Pessoal não titulado	Total
1911	27:000\$000	40:000\$000		67:000\$000
1912	27:000\$000	75:000\$000		102:000\$000
1913	55:800\$000	95:000\$000		150:800\$000
1914	27:000\$000	80:000\$000		107:000\$000
1915	9:600\$000	25:000\$000		34:600\$000
1916	9:600\$000	25:000\$000		34:600\$000
1917	9:600\$000	58:200\$000		67:800\$000
1918	9:600\$000	58:200\$000		67:800\$000
1919	9:600\$000	106:000\$000		115:600\$000
1920	9:600\$000	126:000\$000		135:600\$000
1921	9:600\$000	141:500\$000		151:100\$000
1922	9:600\$000	55:060\$000	86:440\$000	151:100\$000
1923	9:600\$000	55:060\$000	86:440\$000	151:100\$000
1924	9:600\$000	72:560\$000	108:440\$000	190:600\$000
1925	9:600\$000	203:843\$000	186:192\$000	399:635\$000
1926	9:600\$000	203:843\$000	181:052\$000	394:495\$000
1927	9:600\$000	203:843\$000	196:012\$000	409:455\$000
1928	12:560\$000	201:000\$000	297:520\$000	510:880\$000
1929	12:560\$000	201:000\$000	297:520\$000	510:880\$000
1930	19:200\$000	201:600\$000	295:400\$000	516:200\$000
1931	19:200\$000	129:800\$000	192:200\$000	341:200\$000
1932	19:200\$000	68:290\$000	142:672\$000	230:162\$000

De 1917 a 1932, constam do orçamento as despesas para manutenção das fazendas nacionais do Rio Branco.

TABELA 2

FOTOS DOS RELATÓRIOS DA IR1 – Total por grupo indígena

Grupo	1924	1927	1928	1929	1030-31	Total
Parintintin	11	22	7	3		43
Wapixana		7				7
Sanatório Gal. Rondon		2				2
Apurinã				27	16	43
Jamamadi				17	18	35
Ticuna				3	25	28
Mura				15	13	28
Índios órfãos				1		1
Kulina			7			7
PI Rio Gregório			1			1
Bendiapá			1			1
Kanamari			1			1

Grupo	1924	1927	1928	1929	1030-31	Total
Wanana/ Kubéwa			I			I
Tucano/ Tariana			I			I
Tariana			3		7	10
Tucano			2		11	13
Artefatos indígenas			I			I
Mundurucu			14			14
Miranha			14			14
Pira-tapuia, Tariana, Tucano (visita a Manaus)			I			I
Kubéwa					2	2
Geral (50 índios)					I	I
Índios na Passagem de Cachoeira					I	I
Mamori					10	10
Katuquina					6	6
Paumari					6	6
Wanana					7	7
Piratapuia					6	6
Arapáso					2	2
Iurupari-Tapuia					I	I

TABELA 3

Fotos do Relatório da IR1 de 1924

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
22	Rio Maici	Parintintin	Foto do Posto de Pacificação
23	Paraná Manguarê (rio Ipixuna)	Parintintin	Foto frontal de índio (chefe)
24	Paraná Manguarê	Parintintin	Foto frontal de índia (busto)
25	Rio Maici-Mirim	Parintintin	Grupo de índios posando
26	Paraná Manguarê	Parintintin	Foto frontal e de perfil de adolescente
27	Posto de pacificação	Parintintin	Expedição científica de Filadélfia posando com os índios
28	Rio Maici-Mirim	Parintintin	Foto frontal e de perfil de índio
29	Posto de pacificação	Parintintin	Índios simulam ataque ao PI de pacificação para um filme
30	Rio Maici	Parintintin	Foto frontal e de perfil de índio
30	Paraná Manguarê	Parintintin	Grupo de cinco índios
31	Manaus	Parintintin	Grupo de índios visita sede da IR

TABELA 4

Fotos do Relatório da IR1 de 1927

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
33	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Crianças perfiladas perante hasteamento da bandeira
34	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Crianças indígenas vestidas ouvindo gramofone
34	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Panorâmica de mandiocal
35	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Panorâmica de canavial

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
35	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Índios dançando em festa com traje civilizado
36	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Índios vestidos posando
36	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Dezenas de índios vestidos posando na frente do PI
37	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Grupo de índios com arco e flecha em ritual
37	PI Antonio Paulo, rio Maici	Parintintin	Alunos da escola do PI
38	PI Capitão Portátil, rio Maici-Mirim	Parintintin	Panorâmica do PI
39	PI Capitão Portátil, rio Maici-Mirim	Parintintin	Grupos de índios vestidos em frente da maloca
40	PI Capitão Portátil, rio Maici-Mirim	Parintintin	Grupos de índios vestidos em frente da maloca
40	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Índios vestidos na frente da sede do PI
41	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Casa construída por índios
41	PI do rio Ipixuna	Parintintin	O inspetor e três missionários ingleses
42	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Índio aparando o cabelo de índia
42	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Índias ralando mandioca
43	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Chefe de PI e crianças indígenas serrando madeira
43	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Casa indígena (construída com madeira)
44	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Casa indígena (construída com madeira)
44	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Crianças sentadas à mesa para refeição
45	PI do rio Ipixuna	Parintintin	Panorâmica do PI com índios perfilados
73	Fazenda São Marcos	Wapixana	Aspecto da fazenda São Marcos
73	Rio Branco	Wapixana	Índios Wapixana posando
74	Rio Branco	Wapixana	Índios da maloca da Serra Malacacheta
74	Rio Branco	Wapixana	Famílias indígenas viajando pelos campos
75	Rio Branco	Wapixana	Índia com criança ao colo
76	Rio Branco	Wapixana	Maloca de Tuxaua à margem do rio Jacamin
77	Rio Branco	Wapixana e Macuxi	Visita de Boanerges à maloca Taboa Lascada
78	Rio Branco	—	Turma do Cap. Boanerges passa à vau um rio
78	Rio Branco	?	Tuxaua, Cap. Boanerges e índios na maloca Jacamin
79	Rio Branco	—	Turma do Cap. Boanerges passa à vau um rio
81	Rio Branco	?	Tuxaua viajando com família no lombo de boi

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
82	Serra da Lua	–	Bolateiro trabalhando
84	Rio Branco	–	Panorâmica distante do Sanatório Gal. Rondon
85	Rio Branco	–	Encarregado, esposa e índios do Sanatório

TABELA 5

Fotos do Relatório da IR1 de 1928

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
6	Manaus	Parintintin	Meninos na oficina de alfaiate da escola de aprendizes artífices
7	Manaus	Parintintin	Meninos na oficina de ferreiro da escola de aprendizes artífices
8	Manaus	Parintintin	Meninos na aula primária da escola de aprendizes artífices
10	Rio Ipixuna	–	Missão evangélica inglesa no rio Ipixuna
11	Rio Maici	Parintintin	Panorâmica do PI, com índios perfilados perante a bandeira
13	Rio Maici-Mirim	–	Construção da sede do PI Capitão Portátil
14	Rio Ipixuna	Parintintin	Casal de índios Parintintin
15	Rio Maici	Parintintin	Índios posando na avenida do PI
24	Manaus	Parintintin	Família indígena visitando inspetor
25	Rio Juruá	Kulina	Índios do PI do rio Gregório
26	Rio Juruá	– /	Panorâmica do rio e do PI do rio Gregório
27	Rio Juruá	Kulina	Varadouro do rio Gregório à aldeia Kulina
28	Rio Juruá	Kulina	Dezenas de índios posando na frente do PI rio Gregório
29	Rio Juruá	Kulina	Índios trabalhando na casa de farinha do PI
30	Rio Juruá	Kulina	Índios cortando mandioca na casa de farinha
31	Rio Juruá	–	Plantação no PI Rio Gregório
32	Rio Juruá	Bendiapá	Família indígena na frente da maloca
33	Rio Juruá	Kanamari	30 índios posando na frente da maloca
34	Rio Juruá	–	Aspecto do PI Rio Gregório
35	Rio Juruá	Kulina	Crianças na sede do PI Rio Gregório
36	Rio Juruá	Kulina	Maloca no PI Rio Gregório
66	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Wanana/Kubéwa	Vestimenta usada em solenidades fúnebres
67	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tariana	Tuxaua em traje de festa
69	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tucano/Tariana	Carpité – vaso onde é depositado o Capi (bebida)

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
74	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tariana	Índia de frente (busto)
79	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tariana	Índia de frente (busto)
82	Rios Içana, Aiari e Uaupés	–	Croquis de Curt Nimuendaju demonstrando a distribuição dos índios nos rios Içana, Aiari e Uaupés
100	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tucano	Foto de índio (de frente/busto)
102	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Tucano	Índio de frente (corpo inteiro)
104	Rio Uaupés – Alto rio Negro	Macu, Tariana, Pira-Tapuia, Dessana e Tucano	Artefatos manufaturados pelos índios
105	Manaus	Pira-Tapuia, Tariana,Tucano	Índios visitam sede da IR
107-A	Rio Jauaperi		Mapa dos 50km reservados pelo Estado para os índios Waimiri
131	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios reunidos na capela da aldeia Laranjal
132	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Capitão Galdino com família (Tuxaua Mundurucu)
133	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Crianças na escola indígena da aldeia Laranjal
134	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Crianças na escola da aldeia S. José do Cipó
135	Rio Solimões	Miranha	Índios posando na visita de engenheiro da IR à aldeia Méria
136	Rio Solimões	Miranha	Missa celebrada no barracão do Tuxaua
137	Rio Solimões	Miranha	Plantação no aldeamento Méria
138	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando no aldeamento Laranjal
139	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Festa (casais indígenas dançando) na aldeia Laranjal
140	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando na aldeia S. José do Cipó
141	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando na aldeia Laranjal
142	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando na aldeia Laranjal
143	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando na aldeia Laranjal
144	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índios posando na aldeia S. José do Cipó
145	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Família de índios da aldeia Laranjal
146	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Aspecto do aldeamento S. José do Cipó
150	Rio Solimões	Miranha	Habitações e plantações na aldeia Méria
151	Rio Solimões	Miranha	Barracão do irmão do Tuxaua
152	Rio Solimões	Miranha	Barraca de índios na aldeia Méria
153	Rio Solimões	Miranha	Barracão com índios posando na aldeia Méria

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
154	Rio Solimões	Miranha	Grupo de índios do aldeamento Méria
155	Rio Solimões	Miranha	Índios posando durante visita de engenheiro na aldeia Méria
156	Rio Solimões	Miranha	Plantação na aldeia Méria
157	Rio Solimões	Miranha	Casa de farinha
158	Rio Solimões	Miranha	Índios posam com sacerdote
159	Rio Mari-Mari	Mundurucu	Índia fazendo farinha na aldeia Laranjal
160	Rio Solimões	Miranha	Padre benze cemitério dos índios
166	Rio Solimões	Miranha	Barracão do Tuxaua da aldeia Méria

TABELA 6

Fotos do Relatório da IR1 de 1929

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
13	Rio Purus	Apurinã	Avenida do PI Seruiní
14	Rio Purus	Apurinã	Trapiche em direção à sede do PI
15	Rio Purus	Apurinã	Trabalho indígena na serraria do PI
16	Rio Purus	Apurinã	Índio preparando mandioca na casa de farinha
17	Rio Purus	Apurinã	Grupo de índios posando
18	Rio Purus	Apurinã	Roçados da sede do PI Seruiní
19	Rio Purus	Apurinã	Jardim e horta do PI Seruiní
19	Rio Purus	Apurinã	Índios transportam madeira para construção
20	Rio Purus	Apurinã	Mulheres e crianças posando
20	Rio Purus	Apurinã	Homens e crianças posando
21	Rio Purus	Apurinã	Crianças posando
21	Rio Purus	Apurinã	Família indígena viajando de canoa
22	Rio Purus	Apurinã	Plantação de tabaco do PI
22	Rio Purus	Apurinã	Tuxaua com sua família
23	Rio Purus	Apurinã	Criação de gado
23	Rio Purus	Apurinã	Habitação e plantação indígena
24	Rio Purus	Apurinã	Trabalhadores nacionais com famílias localizados no PI
25	Rio Tuini	Jamamadi	Galinheiro da sede do PI
25	Rio Tuini	Jamamadi	Avenida da sede do PI
26	Rio Tuini	Jamamadi	Porto da sede do PI
26	Rio Tuini	Jamamadi	Volta do Purus com o rio Tuiní
27	Rio Tuini	Jamamadi	Roçados do PI
28	Rio Tuini	Jamamadi	Ordenha no curral
29	Rio Tuini	Jamamadi	Casa de farinha do PI Tuiní
53	Rio Solimões	Ticuna	Modelo de casa indígena do ig. Belém
54	Rio Solimões	Ticuna	Índio fabricando curare no ig. Preto

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
58-A	Rio Solimões	Ticuna	Croquis dos ig. Preto e Belém (Nimuendaju)
60	Rio Madeira	Mura	Aspecto do Lago da Josefa na vazante
61	Rio Madeira	Mura	Hasteamento da bandeira com índios na sede da aldeia do Lago da Josefa
61	Rio Madeira	Mura	Plantação de mandioca e milho, aldeia Lago da Josefa
62	Rio Madeira	Mura	Canavial na aldeia Lago da Josefa
62	Rio Madeira	Mura	Campo de pastagem na aldeia do Lago da Josefa
63	Rio Madeira	Mura	Foto de escola com alunos, professora, encarregado e bandeira ao fundo
64	Rio Madeira	Mura	Casa de farinha no Lago da Josefa
65	Rio Madeira	Mura	Sede da aldeia Lago da Josefa
65	Rio Madeira	Mura	Festa entre os índios Mura
66	Rio Madeira	Mura	Plantação de macaxeira na aldeia Lago da Josefa
67	Rio Madeira	Mura	Índia Mura transportando mandioca
92	Rio Maici-Mirim	Parintintin	Busto de índia
93	Manaus	Parintintin	Índios em visita ao inspetor
94	Manaus	Parintintin	Índios do rio Ipixuna em visita ao inspetor
95	Manaus	Vários	Índios órfãos sob a guarda do inspetor
99	Rio Tuiní	Jamamadi	Touro reprodutor do PI
99	Rio Tuiní	Jamamadi	Casa construída pelos índios
100	Rio Tuiní	Jamamadi	Vista geral da plantação
100	Rio Tuiní	Jamamadi	Pupunhas plantadas no PI
101	Rio Tuiní	Jamamadi	Construção de barracão
101	Rio Tuiní	Jamamadi	Casa de Tuxaua
102	Rio Tuiní	Jamamadi	Grupos de índios posando
102	Rio Tuiní	Jamamadi	Casa da sede do PI com índios posando
103	Rio Tuiní	Jamamadi	Encarregado registrando crianças indígenas
103	Rio Tuiní	Jamamadi	Trabalhadores nacionais localizados no PI
104	Rio Purus	Apurinã	Batelão e lancha do PI Seruiní
104	Rio Purus	Apurinã	Índio ordenha vaca
105	Rio Purus	Apurinã	Pavilhão escolar em construção
105	Rio Purus	Apurinã	Barracão em construção
106	Rio Purus	Apurinã	Tuxaua com a família
106	Rio Purus	Apurinã	Roça e plantações do PI Seruiní
107	Rio Purus	Apurinã	Índios chegando da pescaria
107	Rio Purus	Apurinã	Habitação dos índios

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
108	Rio Purus	Apurinã	Plantação de abacaxi
108	Rio Purus	Apurinã	Canavial do PI Seruiní
109	Rio Madeira	Mura	Mandiocal no Lago da Josefa
109	Rio Madeira	Mura	Milho no Lago da Josefa
110	Rio Madeira	Mura	Índio com esposa voltando da pesca
110	Rio Madeira	Mura	Índios posando na sede da aldeia do Lago da Josefa

TABELA 7

Fotos do Relatório da IR1 de 1930-31

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
27	PI no rio Seruiní (PI Marienê)	Apurinã	Panorama do PI, com fábrica de beneficiamento mais campo de criação
28	PI no rio Seruiní (PI Marienê)	Apurinã	Caldeira para máquina de beneficiamento
29	PI no rio Seruiní (PI Marienê)	Apurinã	Caldeira para máquina de beneficiamento
30	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Panorama do PI Tuiní
30	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Panorama da plantação
31	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Construção de casas do PI
31	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Plantação de cana-de-açúcar
32	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Casa construída para índios
32	PI do rio Tuiní (PI Manuacá)	Jamamadi	Índios dando ração às galinhas
34	PI do Capivara	Mura	20 índios e professores na frente da escola indígena
34	PI do Capivara	Mura	Foto do aldeamento com 20 índios ao fundo (longe)
35	Aldeia do Paracuúba, rio Autaz-açú	Mura	Alunos (± 40) dentro do barracão da escola indígena
35	Aldeia do Paracuúba, rio Autaz-açú	Mura	Adultos e crianças (± 70) na frente de maloca
36	Aldeia do Lago Guapenú, rio Autaz-açú	Mura	Famílias Mura na frente da maloca
37	Aldeia do Lago Guapenú, rio Autaz-açú	Mura	Interior de escola indígena do aldeamento (crianças perfiladas, ± 40)
45	PI do Lago da Josefa	Mura	20 crianças com professores (bandeira, etc.) no interior da escola Felipe Camarão

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
46	PI do Lago da Josefa	Mura	50 índios (famílias) na frente do PI
49	PI do Alto rio Uaupés	Diversos grupos	100 índios na frente do PI
50	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Panorâmica da aldeia Urubuquára
50	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	100 índios da aldeia Iuquíra-rapecuma
51	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Família (10 índios) em quatro canoas
52	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Ipanoré, povoação de índios Tariana
53	PI do Alto rio Papori	?	Dezenas de índios na frente do PI
54	PI do Alto rio Papori	Piratapuia	50 índios posando na aldeia Buiaquara
54	PI do Alto rio Papori	Piratapuia	50 índios posando, foz do Macu-paraná
55	PI do Alto rio Papori	Tucano	30 índios posando na frente de grande maloca
55	PI do Alto rio Papori	Piratapuia	Panorâmica de grande maloca, com 30 índios distantes, do lado de fora
56	PI do Alto rio Papori	?	Panorâmica da sede do PI
57	PI do Alto rio Papori	Karapanã, Piratapuia, Tucano	50 índios posando (à distância)
58	PI do Alto rio Papori	—	Foto de cachoeira
59	PI da foz do rio Querarí	Kubéwa	50 índios posando na frente do PI
60	PI da foz do rio Querarí	Kubéwa	50 índios posando na frente do PI
60	PI da foz do rio Querari	Wanana	40 índios posando na aldeia Cururu
61	PI da foz do rio Querari	Wanana	Panorâmica da maloca, com 30 índios ao longe
62	PI da foz do rio Querari	Tucano	Panorâmica da maloca da aldeia Umari-cachoeira, 50 índios posando
63	PI da foz do rio Querari	Tariana	Mulheres trabalhando com mandioca
89	Aldeia de Paracuúba (Autaz-açú)	?	Índio à frente de plantação de café
90	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Índias fiando e tecendo redes
90	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Bananal
91	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Índia costurando
92	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Índios em trajes de festa
93	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Plantação de abacaxi
93	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Plantação de pupunheira
94	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Passagem difícil no rio Tuiní
94	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Índias banhando crianças

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
95	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Índio com tatu morto em caçada
95	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Colheita de fruta do PI
96	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Roçado de macaxeira
96	PI do rio Tuiní	Jamamadi	Vista panorâmica de um roçado
97	PI do rio Seruiní	Apurinã	Oficina mecânica da sede
97	PI do rio Seruiní	Apurinã	Fábrica de beneficiamento
98	PI do rio Seruiní	Apurinã	Interior da fábrica de beneficiamento
98	PI do rio Seruiní	Apurinã	Sede do PI com índios na varanda
99	PI do rio Seruiní	Apurinã	50 índios na sede do PI (posando)
99	PI do rio Seruiní	Apurinã	Plantação de fruteiras
100	PI do rio Seruiní	Apurinã	Avenida na sede do PI
100	PI do rio Seruiní	Apurinã	Casa de farinha (foto externa)
101	PI do rio Seruiní	Apurinã	Avenida na sede do PI
101	PI do rio Seruiní	Apurinã	Índios triturando mandioca
102	PI do rio Seruiní	Apurinã	3 índias Apurinã em 1º plano
102	PI do rio Seruiní	Apurinã	6 índios Apurinã em 1º plano
103	PI do rio Seruiní	Apurinã	Índio aparando cabelo do Tuxaua
105	PI do Lago da Josefa	Mura	Engenho para cana-de-açúcar
105	PI do Lago da Josefa	Mura	Fabricação de mel e rapadura
106	PI do Lago da Josefa	Mura	Campo de pastagem
106	PI do Lago da Josefa	Mura	Plantação de milho e arroz
107	PI do Lago da Josefa	Mura	Plantação de milho e arroz
107	Alto Solimões/Ig. Belém	Ticuna	Maloca de índios do igarapé Belém
108	Alto Solimões/Ig. Belém	Ticuna	Aldeamento do igarapé Belém
108	Alto Solimões	Ticuna	Malocas do Mari-gapó, ig. Preto
109	Alto Solimões	Ticuna	Famílias do igarapé Tacana
109	Alto Solimões	Ticuna	50 índios da maloca Peretê, ig. Preto
158	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Varadouro que liga duas povoações
159	PI do Alto rio Uaupés	Piratapuia	Índios posando na porta de grande maloca
159	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Panorama da aldeia Iuquira-rapecuma (com índios)
160	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Panorama da aldeia Naná—rapecúma
160	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Sede do PI
161	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Ponte sobre igarapé, ligando povoação à aldeia
161	PI do Alto rio Uaupés	Piratapuia	Panorâmica da maloca Iacaré-ponta
162	PI do Alto rio Uaupés		50 índios na casa do Tuxaua, dia de festa

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
162	PI do Alto rio Uaupés	Arapáso	Aldeia Uitú-ponta, com 20 índios
163	PI do Alto rio Uaupés		Campo de criação de gado
163	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Panorâmica da aldeia Taracué
164	PI do Alto rio Uaupés	?	Maloca do Tuxana Nicolau, em Iauareté-cachoeira
165	PI de Vigilância, rio Querari	?	Posto de vigilância da foz do rio Querari – passagem de cachoeira
167	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Maloca Cigarra – igarapé com índios na frente
168	PI do Alto rio Uaupés	Piratapuia	Aldeia Curupira Ponta, índios na porta da maloca
178	Rio Tapauá	Mamori	Acampamento Mamori, no paraná do Mamori
178	Rio Tapauá	Mamori	Acampamento Mamori, no Paraná do Mamori
179	Rio Tapauá	Mamori	Roçados dos índios Mamori
182	Rio Tapauá	Mamori	Índios Mamorí no acampamento no Paraná do Mamori
182	Rio Tapauá	Mamori	Índios Mamorí no acampamento no Paraná do Mamori
183	Rio Tapauá	Mamori	Índios Mamorí no acampamento no Paraná do Mamori
183	Rio Tapauá	Mamori	Auxiliar Santana Barros faz recenseamento de crianças indígenas
184	Rio Tapauá	Mamori	Crianças Mamori do Paraná do Mamori
185	Rio Tapauá	Mamori	Cerâmica dos índios Mamori
185	Rio Tapauá	Mamori	Tapiri de índios Mamori
186	Rio Tapauá	Katuquina	Índio Katuquina do rio Coatá
186	Rio Tapauá	Katuquina	Índio em barcos, vindo ao encontro do auxiliar
187	Rio Tapauá	Katuquina	Mulheres Katuquina do rio Coatá
187	Rio Tapauá	Katuquina	Auxiliar Santana Barros faz recenseamento de crianças Katuquina do rio Coatá
188	Rio Purus	—	Trecho do rio
188	Rio Tapauá	Katuquina	Índias Katuquina do rio Coatá
189	Rio Tapauá	Katuquina	Maloca dos Katuquina do rio Coatá
191	Rio Tapauá	Paumari	Índios Paumari no lago do Tamandúá
191	Rio Tapauá	Paumari	Índios Paumari em casas flutuantes no Lago Tamandúá
192	Rio Tapauá	Paumari	Casa de farinha dos Paumari
193	Rio Tapauá	Paumari	Índios Paumari em viagem de canoa
194	Rio Tapauá	Paumari	Índios Paumari em canoas
196	Rio Tapauá	Paumari	Mulher Paumari do Lago Tamandúá

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
1179	PI do Alto rio Uaupés	—	Aspecto da sede do PI
1179	PI do Alto rio Uaupés	—	Passagem de uma igarité pelo Panará-mirim do Ipanoré
1180	PI do Alto rio Uaupés	—	Aspecto da povoação Iauareté-Cachoeira
1180	PI do Alto rio Uaupés	—	Aspecto da sede do PI
1181	PI do Alto rio Uaupés	Wanana	Maloca Taracuá-Igarapé, em dia de festa
1182	PI do Alto rio Uaupés	Wanana	Aldeia Caruru-Cachoeira
1183	PI do Alto rio Uaupés	—	Passagem de canoa pelo varadouro
1183	PI do Alto rio Uaupés	—	Passagem de canoa por cachoeira
1184	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Aspecto da povoação de Taracuá
1184	PI do Alto rio Uaupés	Arapáso	Índios da aldeia Louro-ponta
1185	PI do Alto rio Uaupés	Wanana	Maloca Iutíca dos índios Wanana
1185	PI do Alto rio Uaupés	—	Trecho de cachoeira
1186	PI do Alto rio Uaupés	Iurupari-tapuia	Índios na frente da maloca Bacaba-cachoeira
1186	PI do Alto rio Uaupés	Tucano	Índios na frente da maloca Umarí-cachoeira
1187	PI do Alto rio Uaupés	Tariana	Índios na frente da maloca Panapanã
1187	PI do Alto rio Uaupés	—	Passagem de canoa em cachoeira
1188	PI do Alto rio Uaupés	Wanana	Índios na frente da maloca Iutíca
1188	PI do Alto rio Uaupés	Wanana	Índia tecendo maqueira (rede)
1189	PI do Alto rio Paporí	Tucano	Índios na frente da maloca Tamaquarí
1189	PI do Alto rio Paporí	—	Passagem da canoa em cachoeira
1190	Rio Solimões	Ticuna	Índios visitam o inspetor em S. Jerônimo
1190	Rio Solimões	Ticuna	Índios visitam o inspetor em S. Jerônimo
1191	Rio Solimões	Ticuna	Índios na frente da maloca Maria Gapó do igarapé Preto
1191	Rio Solimões	Ticuna	Barraca de índio do igarapé Preto
1192	Rio Solimões	Ticuna	Índias do igarapé Preto, maloca Peretí, preparam açaí
1192	Rio Solimões	Ticuna	Barraca de índio do igarapé Preto
1193	Rio Solimões	Ticuna	Índios na frente da maloca Maria Gapó

Página	Local	Grupo indígena	Descrição da foto
1193	Rio Solimões	Ticuna	Barraca de índio com família, igarapé Preto
1194	Rio Solimões	Ticuna	Barraca de índio do igarapé Belém
1194	Rio Solimões	Ticuna	Igaçaba para bebida de festa Ticuna, igarapé Belém
1195	Rio Solimões	Ticuna	Barraca de índio do igarapé Belém
1195	Rio Solimões	Ticuna	Maloca de índio do igarapé Preto
1196	Rio Solimões	Ticuna	Índios na maloca do igarapé Preto
1196	Rio Solimões	Ticuna	Maloca do Tuxaua do igarapé Belém
1197	Rio Solimões	Ticuna	Maloca do Tuxaua do igarapé Tacana
1197	Rio Solimões	Ticuna	Índios do ig. Tacana em canoa visitam inspetor
1198	Rio Solimões	Ticuna	Maloca de capitão Ticuna do ig. Tacana
1198	Rio Solimões	Ticuna	Índios Ticuna em canoas visitam inspetor
1199	Rio Solimões	Ticuna	Índios na frente da maloca Peretê do igarapé Preto
1199	Rio Solimões	Ticuna	Índios na frente de barraca do igarapé Tacana

TABELA 8

QUADRO DOS POSTOS INDÍGENAS (PI) DA IR1

Posto Indígena	Local (geográfico)	Município	Ano de criação/ PI ativo ou extinto	Índios
MAHÁUA	Rio Jauaperi	Moura (AM)	1912-1931 (ativo)	Waimiri, Kabinari, Apurinã, Kaxináwa
PEDRO DANTAS depois MARIENÊ	Rio Seruiní	Lábrea (AM)	1919-1931 (ativo)	Apurinã
RODOLFO MIRANDA	Rio Jamari	Santo Antônio (MT)	1914-1931 (ativo)	Arikemes, Jarú, Pareci, Tupi, Kepi-kiri-uate, Pacaa Nova, Boca Preta, Karipuna, Curumbiara, Pimentera, Arara, Kaxináwa, Jauaperi
RIO ABACAXIS	Rio Abacaxis	Maués (AM)	1912-1916 (extinto)	
EMANUEL AMARANTE (PI de Pacificação)	Médio Rio Maici	Manicoré (AM)	1920-1931 (extinto)	Parintintin
MANUACÁ	Rio Tuiní	Lábrea (AM)	1921-1931 (ativo)	Jamamadi
SURUMÚ	Rio Surumú com Rio Cotingo	Boa Vista do Rio Branco (AM)	1922-1931 (extinto)	Macuxi

Posto Indígena	Local (geográfico)	Município	Ano de criação/ PI ativo ou extinto	Índios
ANTONIO PAULO	Baixo Rio Maici	Manicoré (AM)	1924-1931 (ativo)	Parintintin, Pirahã, Turá
MANOEL MIRANDA (Aldeia Capivara)	Rio Autaz-açú, Lago da Capivara	Itacoatiara (AM)	1922-1931 (ativo)	Mura
RIO ARIAHÚ	Rio Ariaú	Barreirinha (AM)	1921-1931 (extinto)	Mundurucu, Maués
RIO GREGÓRIO (Riozinho do Penedo)	Médio Rio Juruá	(João Pessoa) (AM) São Felipe	1925-1931 (ativo)	Kanamari, Kulina, Bendiapá, Jaminawa, Kaxinawa, Katuquina, Paraná, Tauari, Jamamadi, Katauixi
RIO UAUPÉS (Iauaretê-Cachoeira)	Alto Rio Uaupés	São Gabriel (AM)	1926-1931 (ativo)	Tariana, Maku, Wanana, inúmeros grupos “Tapuia”
CAPITÃO PORTÁTIL (PI de pacificação)	Rio Maici-Mirim	Manicoré (AM)	1921-1931 (extinto)	Parintintin
RIO IPIXUNA (PI de pacificação)	Médio Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (ativo)	Parintintin
ALTO RIO IPIXUNA (subposto de pacificação)	Alto Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (extinto)	Parintintin
CANAVIAL (subposto de pacificação)	Baixo Rio Ipixuna	Manicoré (AM)	1926-1931 (extinto)	Parintintin
RIO PAPORÍ (subposto)	Alto Rio Paporí	São Gabriel (AM)	1929-1931 (ativo)	Tariana, Tucano, Carapanã e Pira-Tapuia
RIO QUERARÍ	Foz do Rio Querarí	São Gabriel (AM)	1929-1931 (ativo)	
LARANJAL	Rio Mari-Mari	Borba (AM)	1929-1931 (ativo)	Mundurucu
LAGO DA JOSEFA	Lago da Josefa	Borba (AM)	1928-1931 (ativo)	Mura e Torá (Turá)
RIO CAMANAÚ (PI de Vigilância)	Rio Camanaú	Moura (AM)	1928-1931 (extinto)	
Entrepasto indígena de BOA VISTA	Boa Vista	Boa Vista do Rio Branco (AM)	1922-1931 (extinto)	
Entrepasto indígena de SÃO GABRIEL	São Gabriel	São Gabriel (AM)	1928-1931 (ativo)	Vários grupos

TABELA 9

Quadro das posses indígenas pretendidas pela IR1 em 1931

MUNICÍPIO DE MAUÉS

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
1	São José	4.000.000
2	Santo Antonio	4.000.000
3	Santo Antonio II	4.000.000
4	São José	2.000.000
5	Curupira	2.000.000
6	Esperança	500.000
7	Boa Saúde	500.000
8	Barreirinha	500.000
9	Barreirinha II	2.000.000
10	Vista Alegre	2.000.000
11	Rincão	1.000.000
12	Progresso	1.000.000
13	Providencia	150.000
14	São Francisco	3.000.000
15	Conquista	4.000.000
16	São João	2.000.000
17	Santo Antonio	2.000.000
18	Feliz Lembrança	2.000.000
19	Sant' Anna	2.000.000
20	São José	2.000.000
21	Boa Esperança	2.000.000
22	Terra Preta	1.000.000
23	Novo Futuro	2.000.000
24	Santa Rosa	2.000.000
25	Lauretana	2.000.000
26	São Pedro	2.000.000
27	Santa Maria	4.000.000
28	São Bento	4.000.000
29	São João	2.000.000
30	Icaratinga	4.000.000
31	São João II	4.000.000
32	São José	2.000.000
33	Lisboa	2.000.000
34	Retiro	2.000.000
35	São Sebastião	2.000.000
36	Livramento	2.000.000
37	Fonte Boa	2.000.000
38	Sacramento	1.000.000
39	Santa Fé	1.000.000
40	Santo Antonio	1.000.000
41	São Pedro	2.000.000

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
42	Bom Socorro	2.000.000
43	São José	500.000
44	Timbó	2.000.000
45	Bom Jardim	1.000.000
46	Cedro	2.000.000
47	Santa Rosa	500.000
48	Caiaíé	1.000.000
49	Castanhal	2.000.000
50	São Lourenço	2.000.000
51	Santa Cruz	2.000.000
52	Pindobal	2.000.000
53	Sem denominação	2.000.000
54	São João	2.000.000
55	São Francisco	2.000.000
56	Feliz Lembrança	2.000.000
57	Curupira	2.000.000
58	Barreirinha	2.000.000
Área total no município de MAUÉS		115.650.000m²

MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
59	Boa Vista	9.000.000
60	Padre	4.000.000
61	Jauari	9.000.000
Área total no município de Itacoatiara		22.000.000m²

MUNICÍPIO DE COARI

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
62	Aldea Cajuirí	10.000.000
Área total no município de Coari		10.000.000m²

MUNICÍPIO DE FONTE BOA

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
63	Barreirinha	25.000.000
64	Glória	6.000.000
65	Jejú	12.000.000
66	Quatipurú	1.600.000
67	Miriti	16.000.000
68	São Sebastião	6.000.000
69	Pirá-piririca	6.000.000
70	Tinamú-Pixuna	8.000.000
71	Aguti-mirim	2.000.000

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
72	Laranjal	4.500.000
73	Tajá-açú	4.500.000
74	Santo Antônio	8.000.000
Área total no município de Fonte Boa		99.600.000m²

MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
75	Boa Esperança	12.000.000
76	Vista Alegre	6.000.000
77	São Paulo	6.000.000
78	São José	6.000.000
79	Terra Preta	9.000.000
80	Araticú	9.000.000
81	Ponta Alegre	12.000.000
Área total no município de Barreirinha		60.000.000m²

MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
82	Maloca	9.000.000
Área total no município de Benjamin Constant		9.000.000m²

MUNICÍPIO DE MANICORÉ

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
83	Onça	64.000.000
84	Salsal	70.000.000
85	Não relacionada (erro do original)	
86	Caracaraí	150.000.000
87	Inajazinho	3.000.000
88	Palmeira	4.000.000
89	Maloca Cidade	25.000.000
90	Posse s/ denominação	800.000
91	Piquiá	25.000.000
92	Jatuarana	25.000.000
93	Flexal	6.000.000
ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
94	Soledade	2.000.000
95	Miriti	4.000.000
96	Passa-bem	6.000.000
97	Colônia S. João	1.200.000
98	Flexal	2.000.000
99	Tracuá	6.000.000
Área total no município de Manicoré		394.000.000m²

MUNICÍPIO DE BORBA

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
100	Coatá	6.000.000
101	Caiaué	4.000.000
102	Boca do Mapiá	20.000.000
103	Aracú	6.000.000
104	Jacundaí	8.000.000
105	Maricuera	3.000.000
106	Santa Rita	2.000.000
107	Periquito	2.000.000
108	Castanhalzinho	3.000.000
109	Pacova	6.000.000
110	Jutaí	2.000.000
111	Terra Preta	6.000.000
112	São Miguel	4.000.000
113	Ponta Fina	2.000.000
114	Fortaleza	6.000.000
115	Boa Vista	2.000.000
116	Chiadá	10.000.000
117	Pimental	6.000.000
118	Santo Antônio	24.000.000
119	Fronteira	12.000.000
120	Careca	4.000.000
121	Panema	4.000.000
122	Santa Maria	12.000.000
123	São José	4.000.000
124	São Joaquim	1.500.000
125	Onça Pendurada	2.000.000
126	São João	24.000.000
127	Cafesal	8.000.000
128	Capana do Aracú	15.000.000
129	Coçado	8.000.000
130	Conceição	12.000.000
131	Canumã	500.000
132	São Perro	10.000.000
133	Piracatinga	1.000.000
134	Cacoal	1.000.000
135	Aldea Aranaquara	25.000.000
136	Aldea Setemã	25.000.000
137	Aldea Arari	3.000.000
138	Boca do Tupana	4.000.000
139	Posse s/ denominação	4.000.000

Área total no município de Borba 302.000.000m²

MUNICÍPIO DE MANAUS

ORDEM	ÁREAS	ÁREAS TOTAIS (m²)
140	Peito Branco	2.000.000
141	Furo Novo	2.000.000
142	Fortaleza	5.000.000
Área total no município de Manaus		9.000.000m²

TOTAL GERAL: 1.021.250.000 m²

Relação dos terrenos que a inspetoria diz ter demarcado, porém sem ciência do governo:

ONÇA	com 4.132.012 m²
CUNHÃ	com 78.920.850 m²
JOSEFA	com 9.208.662 m²
LARANJAL	com 8.000.000 m²
SÃO JOSÉ DO CIPÓ	com 12.000.000 m²
Total	112.261.524 m²

Fontes: Relatórios anuais da IRI, Relatórios anuais do MAIC.

Anexo fotográfico



Crianças Parintintin ouvindo gramofone no posto “Antônio Paulo”, no rio Maici (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 34, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



A expedição científica de Filadélfia (EUA) no posto de pacificação dos índios Parintintin (SPI – Relatório anual da IR1, 1924, p. 27, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Ubirubiro – manifestação de agrado que os índios Parintintin fazem aos seus hóspedes civilizados (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 37, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Festa entre índios Parintintin no posto "Antônio Paulo", no rio Maici (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 35, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Índio Parintintin aparando o cabelo de sua mulher no posto de pacificação do rio Ipixuna (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 42, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Crianças Parintintin na hora da refeição, no posto de pacificação do rio Ipixuna (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 44, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Índios Parintintin, do rio Ipixuna, que vieram o ano passado a Manaus, em visita ao inspetor (SPI – Relatório anual da IR1, 1929, p. 94, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Meninos Parintintin na oficina de alfaiate da Escola de Aprendizes Artífices de Manaus (SPI – Relatório anual da IR1, 1928, p. 6, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Meninos Parintintin na oficina de ferreiro da Escola de Aprendizes Artífices de Manaus (SPI – Relatório anual da IR1, 1928, p. 7, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Um aspecto do posto “Antônio Paulo” no rio Maici (SPI – Relatório anual da IR1, 1928, p. 11, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



O encarregado do posto de pacificação do rio Ipixuna trabalhando com os meninos Parintintin (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 43, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Índias Parintintin preparando a mandioca para fabricação de farinha no posto de pacificação do rio Ipixuna (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 42, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do rio Tuiní – índio Jamamadi de volta de uma caçada onde matou um tatu (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 95, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do Seruiní – jovens da tribo Apurinã localizadas no posto (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 102, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



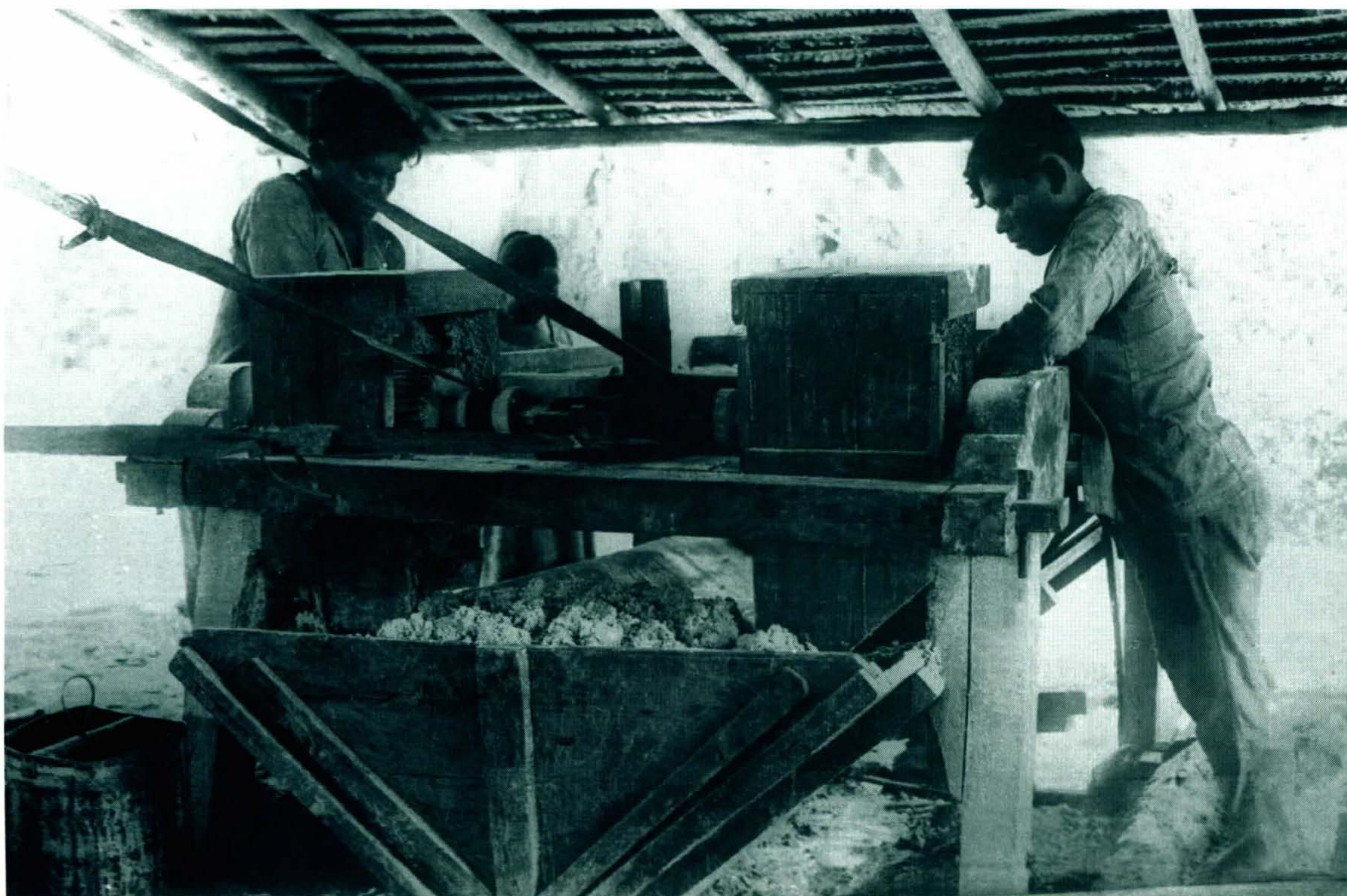
Posto indígena do Tuiní – índias Jamamadi em trajes de festa (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 92, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do Tuiní – índia Jamamadi costurando (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 91, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do Seruiní – índio Apurinã aparando o cabelo do tuxaua (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 103, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do Seruiní – índios Apurinã triturando mandioca (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 101, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Panorama do posto indígena do Seruiní, vendo-se, no primeiro plano, a fábrica para beneficiamento de produtos, e à direita, o campo de criação (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 27, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Rio Tapauá – índios Paumari em suas ubás – tipo de embarcação preferido pelos índios da Amazônia. No segundo plano estão suas casas flutuantes (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 194, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Rio Tapauá – grupo de índios Paumari localizados no lago do Tamanduá (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 191, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Alto rio Solimões – maloca de índios Ticuna do igarapé Belém (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 107, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do lago da Josefa – índios Mura na escola indígena “Felipe Camarão” (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 45, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Posto indígena do Capivara – índios Mura na escola indígena “Basílio de Magalhães” (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 34, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Lago da Josefa – índio Mura e sua mulher de volta da pesca (SPI – Relatório anual da IR1, 1929, p. 110, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



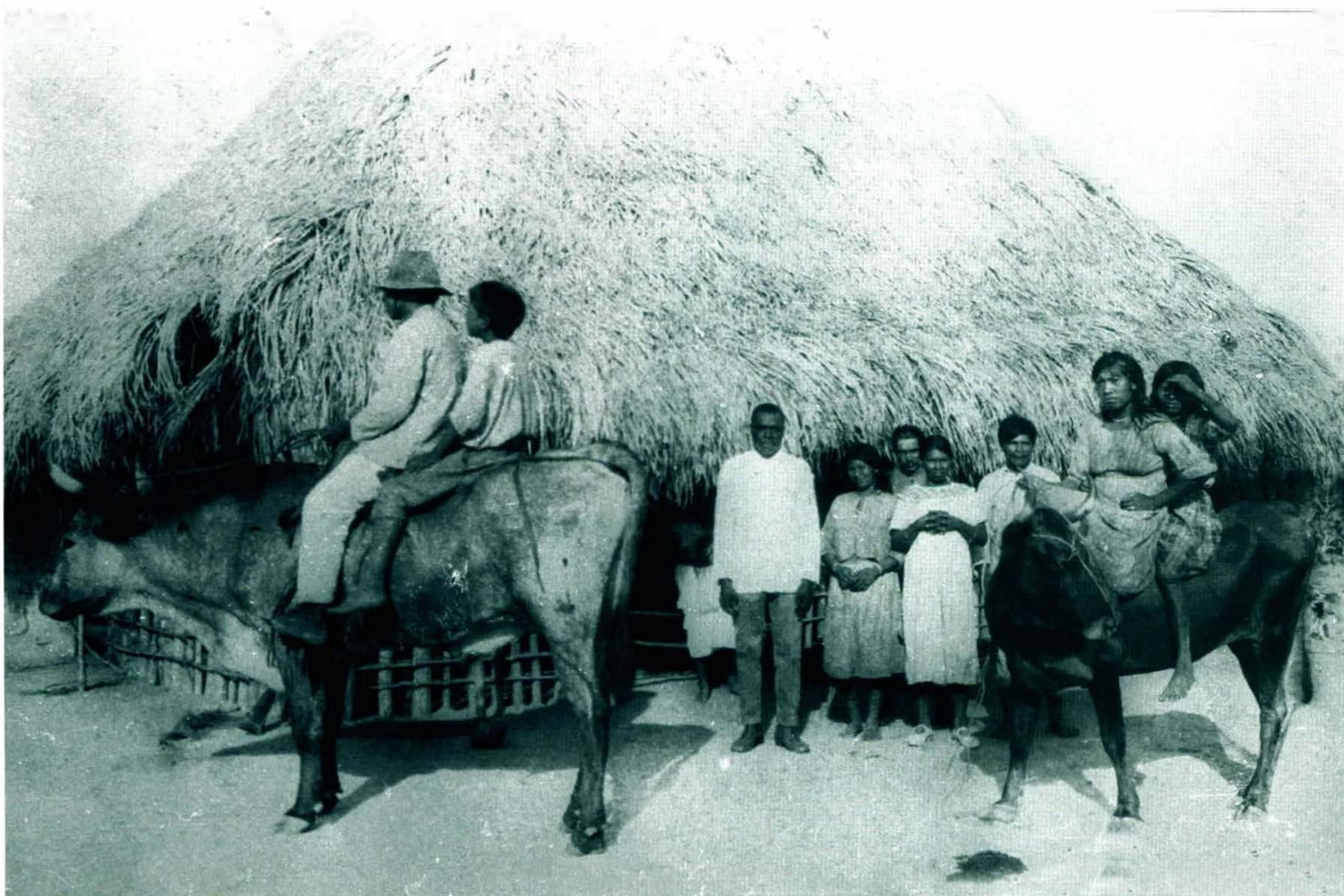
Posto indígena do Alto rio Paporí – maloca de índios da tribo Tucano (SPI – Relatório anual da IR1, 1930-31, p. 55, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Objetos manufaturados pelos índios das tribos Macu, Tariana, Pira-tapuia, Dessana e Tucano – rio Uaupés (SPI – Relatório anual da IR1, 1928, p. 104, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



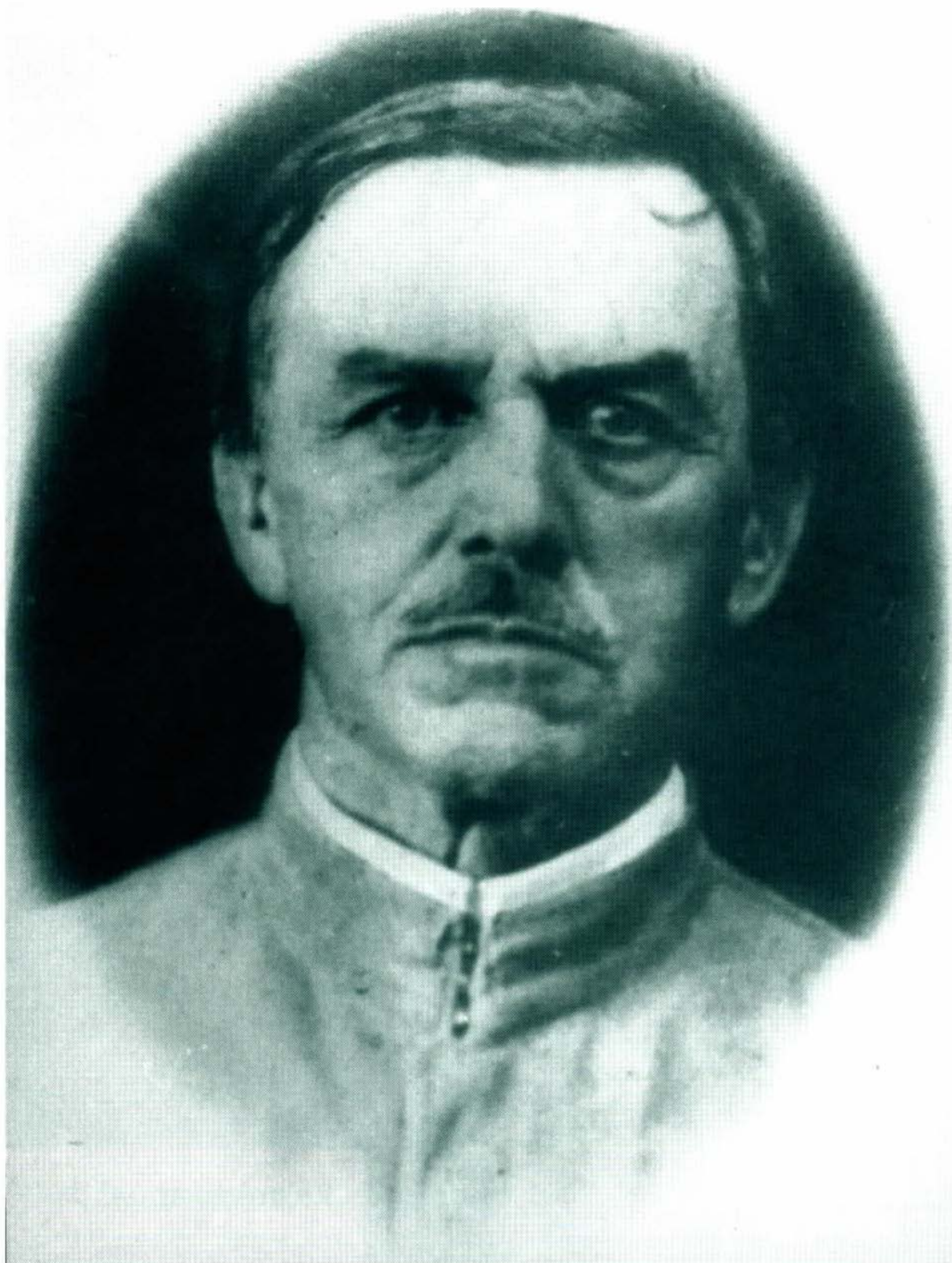
“Iacó-sutiro” – vestimenta usada pelos índios Wanana e Kubéwa, nas solenidades fúnebres. Rio Uaupés – Alto rio Negro (SPI – Relatório anual da IR1, 1928, p. 66, foto Anastácio Queiroz, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



O tuxaua Terêncio viajando com sua família na região da serra do “Uintau” – Rio Branco (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 81, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



Índios Wapixana viajando através dos campos do Rio Branco (SPI – Relatório anual da IR1, 1927, p. 74, acervo do Museu do Índio). Negativo produzido por João Domingos Lamônica.



O etnólogo Curt Nimuendaju,
pacificador dos índios Parintintin
(acervo do Museu do Índio)



Major João de Barros V. da
Silveira, Delegado de Índios no
Rio Purus. Foto publicada no
folheto de sua autoria, "A Noite
no Tártaro" (1928), p. 10. Bento de
Lemos tinha Silveira como um de
seus melhores auxiliares.



O Tenente Alípio Bandeira, primeiro Inspetor da IR 1 (acervo do Museu do Índio)

*Esta publicação foi produzida em 2009
pelo Museu do Índio – FUNAI no Rio de Janeiro,
e impressa em couché matte 90g/m² (miolo). O projeto
gráfico e a editoração eletrônica foram realizados pelo
Design Genuíno, empregando a família
tipográfica PMN Caecilia.*

O Museu do Índio é uma instituição governamental destinada à preservação e à divulgação do patrimônio cultural indígena. Criado em 19 de abril de 1953, possui um conjunto de acervos etnográficos que soma mais de 600 mil bens culturais, relativos à maioria das sociedades indígenas contemporâneas.

Hoje, o Museu do Índio se apresenta como uma casa de informação e formação de novas opiniões e mentalidades. Acolhe pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que envolvem a preservação e a difusão de suas culturas. A instituição tem adotado diferentes estratégias para conquistar novos públicos como a disponibilização de informações pela internet e a criação de espaços para a realização de exposições.

Dentro das iniciativas do projeto de modernização da instituição, destaca-se a nova linha editorial das publicações técnicas do Museu do Índio com o presente lançamento da série Publicações Avulsas. A coleção será composta por monografias baseadas, exclusivamente, nos acervos do Museu do Índio – ergológico, audiovisual e documental – e nas suas exposições. As publicações representam a consolidação da política de preservação e difusão do acervo do Museu do Índio.



ISBN 978-8

9 78 85 85

7002